

Fernando Venâncio

Estilo e Preconceito. A língua Literária em Portugal no tempo de Castilho

Lisboa, Edições Cosmos, 1998

[primeira parte]

Introdução

Objectivos

Uma reflexão subvalorizada

A reflexão literária contemporânea do Romantismo português nunca foi, até hoje, objecto de aturada prospecção. Mesmo quando sobre ela se dissertou, a visão revelou-se limitadora. Continuam numerosos os ensaístas sistematicamente subvalorizados, quando não ignorados.

Num estudo de 1912, Fidelino de Figueiredo, não o mais desatento dos observadores, considerava ter-se o nosso romantismo desacompanhado da reflexão crítica. Para o compreender dessa situação, aduzia a ausência quer de uma «completa inteligência crítica» quer de uma «educação filosófica» nos intervenientes. E aludia explicitamente a Garrett, «um volúvel, um superficial, um esteta», e a Castilho, que teria divulgado «o gosto da futilidade» e assinado trabalhos críticos denunciadores «duma completa incapacidade».¹ Não existiriam, à época, quer a «direcção crítica» quer a «consciência literária». E isso explicaria terem-se críticos de potencial formato, como Rebelo da Silva ou Andrade Ferreira, limitado ao exercício da história literária e da investigação biográfica. Não podendo nós supor qualquer má-fé na apreciação (pelo contrário, já que o antagonista privilegiado de Fidelino, Teófilo Braga, ainda vivo, se reveria com gosto em tal julgamento), temos de inferir que o historiador não dispunha de informação que levasse a outras conclusões.

Idêntico afunilamento do campo explorado, revela-o Fidelino na sua *História da crítica literária em Portugal*, o único estudo de intenção globalizante da reflexão crítica e ensaística do período romântico.² Assim, e embora Alexandre Herculano, António Pedro Lopes de Mendonça, Rebelo da Silva, Andrade Ferreira e Teófilo Braga recebam uma atenção minimamente adequada, dá-se uma depreciação da restante ensaística. No caso entre todos gritante de António Feliciano de Castilho, mostra Fidelino o cuidado de iniciar o comentário pela afirmação de uma «completa incapacidade crítica» no autor, de uma falta de «compreensão clara da sua época literária», da ausência nele de «um único pensamento

originalmente belo e profundo», neste último particular abrindo, como a seu tempo pudemos ver, a única excepção da apreciação do *Eurico*. A explícita alusão de Fidelino à recolha de artigos em *Vivos e mortos*, de 1904, integrante das *Obras Completas* de Castilho, permite-nos supor que, também aqui, a informação do comentador era modesta. Ao subtrair à vista a restante produção castilhana, Fidelino, mais provavelmente, ignorava-a.

Trinta anos mais tarde, essa ignorância, ou de qualquer modo essa secundarização, seria dolorosamente ilustrada por António Salgado Júnior num longo, e de resto meritório, estudo que a Castilho dedicou em 1947.³ Apontando uma fase que iria de 1836 a 1847, o comentador tem-na por «nula para o poeta — e para o artista de um modo geral». Mas em momento algum atentou Salgado na assombrosa actividade crítica e ensaística que foi, exactamente então, a de Castilho. Nesse período, e apenas no âmbito da ensaística, produziu ele uma dezena de textos fundamentais, entre eles a «Conversação preliminar a ‘A confissão de Amélia’» em *A Noite do Castelo* (1836), o «Prólogo» à 2ª edição de *A Primavera* (1837), a «Notícia literária acerca da srª D. Francisca de Paula Possollo da Costa» (1841), o «Prólogo» às *Metamorfoses* de Ovídio (1841), a série de artigos sobre «Língua portuguesa» na *Revista Universal Lisbonense* (1842), o «Prólogo» a *O judeu errante* (1844), as «Notícias da vida e obras» de Bernardes (1845) e Bocage (1847). Mas não há dúvida: a limitada circulação de muita da produção castilhana não será estranha a esses julgamentos.

A convicção da debilidade crítica do conjunto do nosso romantismo é visível, igualmente, em Jacinto do Prado Coelho, que afirmava: «Moderado, sensato, avesso a grandes especulações, submetido durante longos anos ao magistério do «árcade póstumo», o Romantismo português não elaborou (nem sequer assimilou no plano teórico) um pensamento estético paralelo à criação literária.»⁴ Em estudo anterior, já escrevera: «Na crítica literária, Lopes de Mendonça é o único valor português anterior ao Realismo; Garrett no *Bosquejo* e nos prefácios, Herculano, nos lúcidos e ponderados artigos do *Repositório Literário*, haviam já exercido uma função orientadora.»⁵ Isto é: da década de 30 até à emergência do realismo, o ensaísta não enxerga acção orientadora sublinhável para além destes autores. De igual modo, nenhum dos ensaios sobre Garrett coevos do autor recebe a atenção de uma investigadora como Ofélia Paiva Monteiro no seu, de resto empolgante, estudo *A formação de Almeida Garrett* (2 vols., Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1971). Toda a reflexão nacional oitocentista está, igualmente, ausente de *A legitimação em literatura* de Silvina Rodrigues Lopes (Lisboa, Edições Cosmos, 1994), cujo capítulo «A autonomização da literatura», por exemplo, não perderia com a ilustração do caso português. Neste contexto, é significativa a convicção em que vemos laborar Annabela de Carvalho Vicente Rita da «escassez de bibliografia» sobre a «cronística oitocentista».⁶ Não foi, decerto, o caso português, dada a contínua reflexão que, como vimos, no século XIX acompanhou entre nós a produção folhetinística, e que a investigadora desaproveita. Que essa reflexão tome, predominantemente, a forma, também ela, de «crónica», eis o que não a torna nem despicienda nem invisível.

No decurso das últimas décadas, alguns autores vieram assinalando essa escassez de estudos, fossem eles pontuais ou globais, sobre a crítica e a estética do Romantismo literário português. Assim, em 1974, Jorge Osório sublinhava na bibliografia portuguesa sobre o Romantismo a ausência de «estudos sobre a sua estética, quer nos refiramos a uma estética da criação, quer, numa perspectiva social, a uma estética da recepção.» Prosseguia o autor: «São raros os estudos que, mesmo centrados numa personalidade literária ou artística, se dedicam à focagem da problemática da sensibilidade respectiva e da filosofia que pode acompanhá-la.» E ainda: «Sente-se que largas zonas da sensibilidade oitocentista continuam, ao que parece, a não preocupar a investigação portuguesa, que tende para incidir as suas análises sobre o campo da historiografia e da ideologia, deixando na sombra aspectos que mereceriam a sua inclusão em estudos subordinados a um tema como este: a estética do romantismo.»⁷

Igual foi o sentimento de João Palma-Ferreira quando, em 1984, afirmou: «Poucas vezes, e raras com inteira isenção, se procedeu, entre nós, à revisão sistemática das ideias críticas, históricas, estéticas e filosóficas que, de algum modo e particularmente desde o Romantismo, informaram o corpo de doutrina da literatura portuguesa.» E o ensaísta pormenorizava factores que, em seu entender, tinham «impedido, ou pelo menos desencorajado, as obras de síntese que, sem ambições despropositadas mas amplamente generosas, reconstituam, ainda que parcialmente, o já vasto corpo de doutrina, de investigação e de informação crítica e histórica da literatura portuguesa.»⁸

É, porém, Palma-Ferreira a destacar como valioso contra-exemplo o de Fidelino de Figueiredo, autor de uma *História da crítica literária em Portugal* (2ª ed. revista, Lisboa, 1916). O próprio Palma-Ferreira se encarregará, no livro de que se citou e no que se lhe segue⁹, de um levantamento de materiais para uma nova ‘história da crítica’, de resto ainda não levada a cabo. Este nosso trabalho inscreve-se nesse vasto terreno e tem por objectivo fornecer um capítulo ao estudo das ideias literárias em Portugal.

Se é inegável a ausência, no período em apreço, de um ensaísta, ou conjunto articulado de ensaístas, em que se manifestasse uma reflexão teórica e crítica sistemática, nem por isso é menos inquestionável (julgamos mesmo demonstrá-lo neste estudo) que essa reflexão foi preocupação de toda uma época. Ainda quando frequentemente difusa, ou não estruturada segundo opções plenamente reflectidas, ela foi patentemente coerente.

Ultimamente, alguns sinais de uma recuperação da reflexão literária do nosso romantismo vêm-se tornando visíveis. Um deles, achamo-lo no volume V da *História crítica da literatura portuguesa*, de Carlos Reis e Maria da Natividade Pires¹⁰, onde se faz largo recurso ao ensaísmo de Oitocentos. Outro é a atenção à ensaística e à reflexão literária de Camilo Castelo Branco, como estudos recentes de Carlos Reis, Álvaro Manuel Machado e Telmo Verdelho vêm mostrar.¹¹ A reedição e o estudo de ainda mais textos ensaísticos do período (em particular de Lopes de Mendonça, Pinheiro Chagas e Rebelo da Silva) parecem-nos os passos seguintes a merecerem concretizar-se.

Um estudo histórico-cultural

Vão ocupar-nos aqui os textos doutrinários, programáticos e metaliterários que, em contexto português, entre 1835 e 1875 apreciaram o uso da língua, em particular na sua utilização literária, tanto na própria época como nas precedentes. Não nos ocupa, importa aqui assinalá-lo, a pura *descrição* que do idioma é feita. Concebemo-lo, a este, apenas como âmbito de opções estéticas, isto é, como linguagem que ora se vê encarecida ora censurada.

Um certo número dos textos que aduziremos manteve até hoje a atenção dos estudiosos, mas outros, por certo a maioria, passaram despercebidos, inclusive dos contemporâneos. Tem razão Jorge Osório quando afirma que os «textos teóricos e doutrinários de românticos portugueses têm sido relegados para planos secundários de interesse. Mais ainda: mesmo quando a eles se recorre, mormente no caso dos primeiros românticos, esquecem-se os textos anteriores, exactamente aqueles que integram o horizonte da teoria literária e artística a que os mais novos respondem, e sem os quais não se podem compreender cabalmente as razões e os intuitos dos inovadores».¹²

Estudaremos, pois, os textos na sua contemporaneidade, isto é, na qualidade de testemunhos, ingénuos ou lúcidos, mas reveladores de uma convicção, de uma opção, de um ponto de vista. (Voltaremos, abaixo, à noção de contemporaneidade, em contexto metodológico). A luz lançada por um testemunho contemporâneo é, ao mesmo tempo, limitadora (já que condiz com o objecto as restrições da perspectiva histórica) e esclarecedora (dado que sublinha nesse objecto as tendências, e daí as constantes, do tempo

comum a ambos). Como o formulou Joel Serrão: «O testemunho de um contemporâneo é sempre um documento insubstituível, quer pelo que revela da testemunha mediante a selecção e valorização dos eventos, quer pelo que revela dos acontecimentos em si, — uma e outros considerados funcionalmente, ou seja, interdependentes». E ainda: «Donde, para mergulhar na ambiência literária das várias épocas do século e, mediante ela, nas vivências epocais, a necessidade de organizar bibliografia exaustiva de tudo quanto se publicou, para, depois, se procurar entrever em conjunto a função ou as funções da expressão literária oitocentista.»¹³

Trata-se, assim, no nosso caso, de um estudo histórico-cultural, que porá em evidência uma mentalidade literária, com as suas preferências, as suas atitudes ora esclarecidas ora compulsivas, os seus fantasmas, os seus, já claros já presumíveis, móveis. E, se as conhecidas ou supostas relações pessoais dos intervenientes iluminam algumas opções, não parece menos seguro afirmar que as movimentações globais escapavam à percepção da generalidade deles. Entre essas realidades inapreciáveis estiveram o exacto lugar de António Feliciano de Castilho, a maleabilidade de fundo nas suas posições e, mesmo, o delineamento de uma cadeia *anti-castiliana*, em cujos nós mais salientes se achavam Herculano, Lopes de Mendonça e Antero (informações sumárias sobre estes e outros autores do período estudado encontram-se no fim desta Introdução). É uma cadeia duradoira e acérrima, por fim vitoriosa, mas nem por isso menos devedora a fundamentais mal-entendidos. Tentaremos mostrá-los.

Tensões e confrontos

A *língua*, os seus modos de utilização, os conseguintes nela obtidos, foram um objecto constante de preocupação no período a que nos reportamos. A atenção ao que se escrevia — tratasse-se da própria escrita ou da dos outros — era patente, não raro assumindo formas de obsessão. Sendo de todos os tempos, essa atenção atingiu no período aqui estudado um paroxismo. Ela acompanhou a revitalização literária, sensível a partir de 1835, e constituiu o *pendant* literário da liberdade de expressão politicamente recém-conquistada. Ela demonstrava a emergência de um juízo crítico desassombrado e a implantação de uma leitura activa e exigente.

Foi esse, obviamente, um período literário de acrescida tensão. Nesse clima de aturada observação mútua, um erro inadvertido, uma afoiteza menos controlada, ou injustificável, e as reputações corriam riscos. Daí a contínua necessidade de tudo «abonar», de tudo prever, de não ser apanhado em falso. Todavia, irão rareando as notas de rodapé a justificar opções, que vinham do século anterior. Há, pois, uma coragem nova, mas não menos a convicção de que os olhares críticos nem por isso desarmarão. O estado de vigilância manter-se-á. E surgem momentos em que a tensão explode. São as *polémicas*, de que, neste estudo, se apreciarão mais pormenorizadamente cinco: a de 1842, em que António Feliciano de Castilho se enfrenta com D. João de Azevedo (Cap. 3.1.); a de 1850, que opõe Castilho a António Pedro Lopes de Mendonça (Cap. 10.3.); a de 1862, em que, a pretexto do poema *D. Jaime*, se confrontam Ramalho Ortigão e, entre outros, José Feliciano de Castilho (Cap. 3.3.); e as duas *questões* mais célebres e estudadas, a Coimbrã, em 1865-1866 (Cap. 8), e a do «Fausto», em 1872 (Cap. 9.2.).

Não admira que se prescrevesse a vernaculidade, se apregoasse a obediência gramatical. Na prática, todavia, as posições revelavam-se contemporizadoras, razoáveis, e não se ia muito além de exigir propriedade, clareza e lógica. Na pior das hipóteses, produziam-se vozeios apocalípticos que, se impressionavam (e nunca o sabemos de certeza), não elucidavam grandemente. Dificilmente se poderia atingir mais e melhor: as atitudes normativas, prescritivistas, estavam desapoquiadas de alguns, decisivos, auxílios. Faltavam os

pontos de referência, obras com envergadura e autoridade suficientes para decidir entre realizações idiomáticas alternativas. Nunca se dirá (em todo o caso, nunca se escreverá): ‘isto ou aquilo está errado porque tal manual, tal tratado, o censura’. Para tanto, a descrição linguística era deficiente, a standardização pouco acentuada. Recorria-se, pois, mais vezes que o aconselhável, à «índole do idioma» como fundamentação de opções. De resto, a invocação do «uso» era algo oportunista, numa sociedade tão altamente hierarquizada. E a própria abonação pelos «clássicos» ia embater na fraca divulgação dos mesmos. E, assim, a tolerância irá aumentando, cada vez mais apoiada por uma filologia histórica ou descritiva. De uma fixação no valorizar (ou de, pelo menos, conservar) do idioma, haverá de passar-se à descoberta da importância de o descrever. A preocupação por ‘como devem exprimir-se os portugueses’ tornar-se-á menos exclusiva, e crescerá a curiosidade por ‘como se exprimem eles na realidade’.

A relevância de Castilho

Autores houve, e obviamente entre os mais apreciáveis, em que esses comentários e críticas frequentemente se acompanham de uma (por vezes, atida) reflexão, e mesmo da exposição de um ideário. São particularmente os casos de Herculano, de Castilho, de Mendonça e de Antero de Quental. Neles se tem os principais mestres de opinião.

Campeão dessa grande, persistente e reflectida exigência consigo próprio e com os outros é António Feliciano de Castilho. Não admira que, no seu tempo, se lhe atribuísse uma centralidade na arena literária, de resto nem sempre de sinal positivo. Mas, e esta conclusão impõe-se-nos, os contemporâneos de Castilho ficaram longe de medir a importância, ou mesmo a persistência e coerência, da sua doutrinação. E, assim, não só a vastidão da sua actividade de ‘doutrinário’ entrou no esquecimento, como das posições aí assumidas, e em particular algumas de incontornável vanguardismo, não restou memória. A opinião dominante a seu respeito sublinha, hoje, em Castilho — como Alberto Ferreira com assentimento sintetiza — um «conservadorismo intelectual, moral e político».¹⁴

Esta depreciação de Castilho iniciou-se ainda no seu tempo, e assumiu forma consistente a partir da Questão Coimbrã. Já entretanto desconhecido como doutrinador (havemos de pormenorizá-lo no Cap. 10), Castilho acabará tido, por Adolfo Coelho, na conta de «metrificador académico» e «corifeu da *cotterie* literária», de cérebro «refractário aos processos da lógica».¹⁵ Joaquim de Vasconcelos decidiu, mesmo, que Castilho, «como literato, é um *anacronismo*», e ademais ignorante.¹⁶ Mas já desde 1862 Castilho se via transformado em alvo fácil, e por tal modo que até um obscuro localista se sentia suficientemente escudado para apostrofar nestes termos os literatos: «Pois consentis que o sr. Castilho se vos assente na inteligência para daí definir dogmas todas as suas fantasias literárias?»¹⁷ Quando Antero de Quental, no mais aceso da refrega coimbrã, garantir que Castilho será, não tarda, «esquecido para sempre», uma parte dessa profecia estará entretanto cumprida. Nessa altura, em 1865, já ninguém, fora do círculo familiar (o irmão José e o filho Júlio) de António Feliciano, recorda o clarividente ensaísta que, trinta ou vinte anos antes, intervieria na coisa literária.

Lamentou José Régio não se ter Castilho libertado «do labéu de academicismo, reaccionarismo e formalismo ociosos», perguntando-se se alguma vez «se lembrará de o reabilitar a caprichosa moda, deixando de o ver pelos ardentes olhos de Antero.»¹⁸ E é um facto: ninguém mais radicalmente, e eficazmente, do que Antero haveria de negar a Castilho uma idoneidade intelectual. «Não diz nada, nada ensina, não concorre para o movimento geral», escreve Antero.¹⁹ Eis o ponto de vista que irá vingar, mesmo que admitamos, com Joel

Serrão, haver Castilho constituído apenas «um pretexto simbólico para a exautoração de todos quantos em Portugal exerciam uma tutela retórica, alheia às realidades do tempo e, por isso mesmo, impeditiva dos rumos do futuro.»²⁰ O certo é que o prestígio e a capacidade de convicção de Antero tornaram definitivo o descrédito de Castilho e inspiraram subsequentes juízos. Alguns deles mortíferos.

Assim, Teófilo Braga escreveria a seu respeito: «Sem plano na sua actividade, nunca manifestou uma originalidade qualquer.»²¹ E mais tarde: «Amava as letras pelas letras, em prosa era um estilo encobrendo habilmente a falta de ideias.»²² Um crítico mais jovem, Moniz Barreto, que se movimentava nas mesmas águas, diria de António Feliciano que se entretivera «com coisas inferiores e fúteis, exprimindo numa língua morta ideias alheias.»²³ E mesmo Eça de Queirós, considerando embora «úteis» ainda «um ou dois Castilhos», havia, em texto de 1896, de solidarizar-se com a «altiva troça» de Antero ao «déspota do purismo e do léxico.»²⁴ Não sofre qualquer dúvida: ao asseverar, acerca de Castilho, que «o futuro não saberá de suas doutrinas, não se lembrará de seus ensinamentos», e que «o sr. Castilho será esquecido para sempre»²⁵, Antero, mais do que pronunciar um diagnóstico reservado, tornava-se primeiro executor da sua própria vontade. A ignorância, por parte dele, da quase totalidade de décadas de esclarecida doutrinação castiliana explica em boa medida esta tragédia.

O doutrinador literário Castilho tornou-se, assim, no âmbito da história da crítica portuguesa, um incógnito. Esse processo teria, possivelmente, sido combatido (ter-se-ia pelo menos retardado) com a reunião em volume, durante a sua vida, de estudos seus, tal como a que se fez de ensaístas coevos (como Lopes de Mendonça, Pinheiro Chagas, Andrade Ferreira, Luciano Cordeiro). A edição das *Obras Completas*, feita entre 1903 e 1910, viria demasiado tarde para qualquer efeito benéfico. As reedições da sua obra no decurso do século XX (enumeramo-las em secção especial da Bibliografia) não contemplam os seus estudos literários, que de resto jamais constaram de antologias doutrinárias portuguesas. E Castilho é, deve também conceder-se, dificilmente antologável. A sua reflexão literária, uniformemente fruto de pretextos circunstanciais, raras vezes atingiu a respiração ampla do *ensaio*.

É um destino estranho, este, para quem, como António Feliciano, era dominado pela ânsia de ensinar. Não só a de ensinar a fazer (podendo suspeitar-se que, por vezes, apenas faz ‘para mostrar como deve fazer-se’), como também a de ensinar a ver, a apreciar, a julgar. Todo o seu percurso doutrinário é uma insaciada vontade de mover os ânimos a um recto juízo e a uma criação exigente.

A lente deformante de «1865»

O esquecimento a que a actividade ensaística de António Feliciano de Castilho se viu votada equivale, tendo-se em conta o seu carácter desafrontado, assim como as suas dimensões e insistência, a uma perda cultural inequívoca. Esse esquecimento vê-se, ainda nos nossos dias, ilustrado pelo seguinte somatório de elogios: «Castilho pôs a sua fé virgiliana na agricultura, e nos conhecimentos úteis, e no método de leitura repentina, e na arte de metrificacção, e nos bons modelos clássicos, e na acção moralizadora de romances edificantes.»²⁶ Parece claro: ainda quando a imagem dum Castilho ‘esclarecido’ sobrevive, o labor do jornalista e doutrinário das letras não obtém já qualquer menção.

Mesmo ensaístas que mais largamente se detiveram em Castilho, como foram Castelo Branco Chaves e António Salgado Júnior, insistem na obra do poeta, do «artista», do pedagogo.²⁷ O mesmo se observa em José-Augusto França, que contudo atribui um papel interventor à produção literária de António Feliciano, produção que, diz, pôs a «questão da linguagem poética» da sua geração. Concretizando: «Depois dos requintes de Filinto Elísio,

tendia-se para uma liberdade que ia da familiaridade elegante de Garrett aos piores abusos da adjectivação inflamada dos ‘dramalhões’. Castilho tentou pôr um pouco de ordem nesta situação. O seu admirável conhecimento da língua, todo auditivo, colocava-o numa situação privilegiada.»²⁸

O ensaísta e o crítico em Castilho receberam mais alguma atenção num comentário de J. A. Osório Mateus, que apreciaria uma «reavaliação crítica do papel [de Castilho] no mundo político-cultural que foi o seu.»²⁹ Lembra quanto a visão que hoje se tem de Castilho é «herança da Geração de 70», e que é «um olhar necessariamente polémico e, por isso mesmo, redutor, simplista, extremamente caricaturante.» Osório Mateus destaca a castiliana concepção da escrita como «trabalho», a sua «campanha contra a facilidade, a improvisação, o desleixo de muita da escrita oitocentista», a denúncia, enfim, do «mito romântico da ‘inspiração’», que Antero teria abraçado. E conclui: «Essa oposição não poderia deixar de fazer lume, de provocar as múltiplas controvérsias que o historial literário registou» (pág. 37). Parece-nos uma análise de extraordinária pertinência [1].

A lente deformante que, a partir de 1865, Antero de Quental e Teófilo Braga interpuseram entre Castilho e os espectadores vindouros resulta, por vezes, em bem distorcidas imagens. Assim, pôde Alfredo Pimenta colocar António Feliciano no campo da «autoridade», que contrapõe ao da «independência».³⁰ Assim, pôde Nuno de Sampaio afirmar que Castilho «não contestou nada... senão os contestantes.»³¹ Autores há, todavia, e como acima vimos, que escapam aos efeitos da desfocagem. Há que juntar-se-lhes António Coimbra Martins e António Ribeiro dos Santos. O primeiro, cem anos após a «Questão Coimbrã», faz dela uma apreciação extremamente lúcida, em que ninguém é poupado mas igualmente não desqualificado. Particularmente arguta é a sugestão da convicção castiliana de que «a literatura portuguesa se corrompera antes de madura», de que ela «traz em si, constantemente, o germe fatal do barroco, que pode a todo o momento frutificar de novo.» A «escola de Coimbra» seria para Castilho, suspeita o ensaísta, «um avatar do barroco».³² Por seu lado, António Ribeiro dos Santos, alertando para a reputação negativa que gerações de críticos acerca de Castilho passivamente aceitaram, bem como para a progressividade de concepções manifestada por Castilho, sublinha quão fundamentais eram as afinidades entre este e Antero. Um e outro «tentaram generosamente arrancar Portugal do seu atraso secular».³³

A avaliação de Castilho

Sobre a figura de António Feliciano de Castilho tem reinado uma estranha forma de vilipêndio, talvez a mais estranha da nossa história cultural. É um vilipêndio que se acompanha, forçoso é concluí-lo, da mais patente impunidade. Em termos ainda afáveis, dá-se-o como «adjectivoso árcade» (Ana Maria Almeida Martins); fala-se de «estética arrebicada» (Jacinto do Prado Coelho); de «tradicionalismo retrógrado» (Alexandre Cabral); retrata-se-o como «pirotécnico minhoto de metáforas sinestésicas e de fogos de Bengala vocabulares» (Vitorino Nemésio). Já menos simpaticamente, vinca-se a «abissal» diferença que, como escritor e como homem, o separaria de Antero; sugere-se que, por 1865, teria perdido «todo o senso crítico» (Alberto Ferreira) e representaria «valores negativos a que só era possível aplicar uma crítica negativa» (João Gaspar Simões). Com bastante menos consideração, diz-se-o «insignificante», e o seu nome «desprezível» (João Medina). Por fim, a impunidade permite atribuir-lhe «insinuações tolas» (Cruz Malpique), juízos produzidos «tolamente» (Ana M. Almeida Martins), ou «bêtement» (Álvaro Manuel Machado). Em suma: o que em outros costuma com facilidade perdoar-se é em Castilho condenado. Tudo se passa como se a necessidade de um desforço continuasse actual.

Este tratamento de Castilho, como de um vulgar «fora-da-lei», parece-nos — por maior consideração que, noutros âmbitos, esses investigadores nos mereçam — a expressão de uma primária fanfarronice, a milhas de qualquer grandeza de alma, e com estranhas mas inequívocas marcas de correcção política.

Exemplo particularmente eloquente da negatividade que hoje envolve a abordagem de Castilho, encontramos-lo na obra, a muitos títulos fundamental, *Les romantismes au Portugal. Modèles étrangers et orientations nationales*, de Álvaro Manuel Machado.³⁴ As referências aí feitas a Castilho servem-se, na sua quase totalidade, de termos marcadamente depreciativos [2]. Particularmente elucidativo nisso é Machado quando, colando-se a Teófilo Braga (juiz que, de resto, reconhece duvidoso), lhe cita a afirmação de não ter tido Castilho «outro plano literário senão glorificar por todas as formas a sua pessoa», e de ter contribuído «fortemente para corromper as ideias literárias do seu tempo». Estas afirmações são tomadas da *História do romantismo em Portugal*.³⁵ Em *Garrett e o Romantismo*³⁶, Teófilo repetiria a asserção de que Castilho «contribuiu fortemente para corromper as ideias literárias do seu tempo». Comenta Álvaro Manuel Machado: «Surtout en ce qui concerne la ‘corruption’ des idées littéraires du romantisme au Portugal, il nous semble que Teófilo Braga a tout à fait raison» (pág. 230). Ora, só de um Castilho profunda e comodamente desconhecido tal poderia afirmar-se. Sintomático é que Machado não estude, de Castilho, senão dois ensaios (a crítica ao *Eurico* de Herculano e o prefácio a *Paroles d’un croyant* de Lamennais), e mesmo esses dois, a nosso ver, deficientemente avaliados [3].

Não sendo fito do presente estudo uma ‘reabilitação’ de António Feliciano de Castilho, só podemos todavia concordar com Alberto Ferreira, quando afirma que «a reabilitação de certos nomes e obras não exprime apenas um acto moral: é a maneira de afirmar aquilo que somos»³⁷. A nós, bastou-nos o ensejo de retirar ao esquecimento a ensaística castiliana e a de numerosos contemporâneos seus. Um juízo total sobre a personalidade de Castilho (e uma reabilitação, ou tentativa dela, apelaria a semelhante juízo) não constituiu preocupação primária deste estudo. Isto não significa que, também, tenhamos perdido de vista (sem todavia o termos por particularmente esclarecedor para o nosso propósito) quanto de menos abonatório a sua personalidade, aqui ou ali, apresentou: uma inenarrável leviandade, um indesmentível pendor para o oportunismo e a lisonja do Poder, uma pontual mas mesmo assim desconsoladora leveza de critérios, o recurso à intriga como expediente de defesa, os seus gravosos silêncios, enfim, a fuga ao esclarecimento, mesmo quando prometido [4].

Considerámos, sim, que tais fraquezas se viam razoavelmente compensadas por qualidades (estas não menos pronunciadas), como foram a sua insaciável curiosidade intelectual, uma capacidade de trabalho que pessoas menos deficientes estariam por vezes longe de desenvolver, a atormentada necessidade de enfrentar tabus e preconceitos, de acumular conhecimentos, de experimentar soluções. Indefectivelmente. Desde a sua primeira intervenção ensaística, em 1835, até à última das suas polémicas versões de Molière, em 1875, ano da sua morte. Numa mistura, fascinadora mas não menos desconcertante, de fundibulário e mestre-escola. Tudo isto, por junto, não permite a impressão de um saldo negativo.

Uma persistente herança

A alcunha de «árcade póstumo» dada a Castilho, e que tanta fortuna iria ter, era num sentido imerecida: pela exclusividade da oposição a ele. Com efeito, Castilho não estava sozinho na concepção da literatura como um domínio de *formas*, e da língua como matéria informe de

que a literatura, e só ela, se apossa (a língua é estudada na literatura, é a literatura que forma a língua). Patentemente, o Arcadismo penetrou até bem longe no nosso período, e Herculano permaneceu, durante largo prazo, isolado na sua denúncia da fixação nos modelos clássicos. Não é por acaso que tanto os ensaístas arcádicos das *Memórias de Literatura Portuguesa* como, e sobretudo, Filinto e Bocage são, durante dois dos nossos quatro decénios, referências no atinente à língua e à história literária.

Como expôs Aníbal Pinto de Castro, a absorção da crítica francesa em Portugal na segunda metade do século XVIII revelou-se fecunda, mas excessivamente durável. Por «cómodo imobilismo», por «inepta desactualização» do corpo docente. Assim se explicaria que «a estética neoclássica tenha perdurado tanto entre nós, mantendo até muito tarde o seu vincado carácter normativo e o seu efeito anquilosante.»³⁸ E não só a estética, como a teorização, que já não tem ouvidos para as concepções que, por inícios do novo século, além-fronteiras se desenvolvem.³⁹ No País, acabaram-se o estímulo e até a curiosidade.

A verdade é que, para Castilho e numerosos contemporâneos, o classicismo é uma segurança. Podem as concepções do dia atingir cotações espectaculares, a herança que eles detêm acumulou persistente valor.⁴⁰ O classicismo é-lhes, também, um álibi. Daí que, em 1865, António Feliciano se permita anunciar que não discute. Ele é-lhes, por fim, um direito. Para eles vale ainda o que Francisco Rebelo Gonçalves declarava desses predecessores arcádicos: «Ainda mesmo que o sentimento estético dos Arcades fosse estranho para o seu tempo — que o não foi — haveria sempre que reconhecer-lhes, por dever literário rudimentar, a faculdade de viverem para uma Arte ideal, de criarem uma Beleza muito sua, valendo e subsistindo por si própria.»⁴¹ Mesmo que, no espírito de Castilho, o classicismo seja, como Hernâni Cidade disse do arcade Garção, mais *processo de técnica* do que *atitude de espírito*.⁴²

O álibi de Castilho era, todavia, sobremaneira refinado, e, poderíamos supô-lo, convincente. Ao tomar distâncias frente aos clássicos portugueses («os chamados clássicos portugueses»), e defender um classicismo permanente, «de todos os tempos», criava um espaço de manobra que o aproximava de Herculano e de Antero. Castilho sabe que eles, denunciando os modelos históricos, prezam, como poucos, a expressão exigente, ‘clássica’, notoriamente herdada desses modelos. Esse — intui Castilho — é, neles, o ponto fraco, que nunca assumem, e a todo o momento lhes será apontável. Na longa e surda luta em que António Feliciano se envolve com Herculano e seus seguidores, o desempenho clássico deles *todos* há-de funcionar como um subterrâneo elemento de chantagem.

Metodologia

As opções centrais

Neste exame da teorização e dos juízos críticos de uma época, centramos a atenção nas *tomadas de posição explícitas*. Encontram-se elas, na sua forma mais elaborada, em textos *ensaísticos* e em textos *pedagógicos*. De forma derivada, mas frequentemente ainda assaz explícita, achamo-las em textos *críticos* (recensões de obras ou apreciações globais de um autor). Com mais reduzida mas ainda real explicitude, deparam-se-nos tomadas de posição inseridas em textos *literários*. Obtiveram, pois, a nossa atenção tanto as monografias (obras de intenção sobretudo didáctica) como as colaborações em periódicos (em particular recensões e ensaio), e foram-nos de utilidade textos mais circunstanciais, como prefácios ou posfácios e introduções a obras próprias ou alheias.

Em termos mais genéricos: não é a práxis textual, isto é, a produção literária, o que constitui nosso objecto de estudo, mas as *concepções estéticas* que a pretexto dessa produção (ou, como se disse, por vezes mesmo no interior dela) se vêem explicitamente produzidas.

Conserva-se, assim, exterior ao nosso escopo a comparação entre edições de um texto literário (que levariam, por exemplo, a pôr em evidência as opções do *poeta* Castilho no momento em que, por 1837, procede a uma reescrita de *A Primavera*). Embora tal tarefa devesse poder levar à identificação de elementos esclarecedores, optámos pela análise exclusiva das posições explícitas. Evitámos, pois, em toda a linha a leitura do ‘implícito’. Não convertemos, portanto, puros factos de escrita em «opções» de feitura, por conscientes que possamos supô-las.

Evidentemente, guiou-nos o cuidado de não fazer de cada afirmação um ‘documento’, de não dotá-la indiscriminadamente de valor representativo, criterioso, probante. Verdade é, todavia, que o mais anódino pretexto pôde, mais de uma vez, conduzir a significativas tomadas de posição, assim escondidas sob a pura circunstancialidade. É muito particularmente o caso de António Feliciano de Castilho. Quase sempre, mesmo nos seus momentos mais felizes, a sua produção teórica parte de ensejos aleatórios. Assim, é o comentário justificativo do emprego de um esdrúxulo em fim de verso (no caso, o vocábulo «hórridos») que oferece oportunidade a longuíssima, e fundamental, exposição das poéticas divergentes de Bocage e Filinto.⁴³ Outros, igualmente anódinos mas exemplares pretextos são as «Notas» de Cunha Rivara às *Reflexões sobre a língua portuguesa* de Francisco José Freire (Lisboa, 1842) e a *Análise crítica sobre os vícios de linguagem que se encontram nas duas cadernetas de Filosofia adoptadas no Liceu de Braga, acompanhada de reflexões gerais* de Gabriel de Moura Coutinho (Braga, 1857).

Pareceu-nos impraticável determinar qual, num conjunto de opiniões, se provou ser a *dominante*. Isso suporia uma quantificação das opiniões, com a determinação de uma norma, de um máximo divisor comum, que servisse de padrão para o avaliar das tomadas de posição individuais. Na realidade, apenas se conseguem vagos contornos de valor quantitativo: o relativo peso de certas publicações e de certos autores, o relativo sucesso de pontos de vista. Propusemo-nos, antes, a *reconstituição de um debate*, por vezes circunscrito, por vezes à escala nacional, em que diferentes pontos de vista conseguiram evidenciar-se. Seguimos o desenrolar desse debate, e apontamos nele quais os pontos de vista que, num momento determinado, revelaram uma maior, e quais uma menor, intensidade.

Não nos preocupou a sistemática determinação de filiações de pensamento. Para tanto, afigura-se-nos o período (quarenta anos) circunscrito em demasia. Igualmente não foi preocupação central um rastreio de elementos que delineassem evoluções de pormenor (p. ex., pela comparação metódica das edições de obras pedagógicas). Procura-se, sim, sempre que possível, evidenciar uma evolução de concepções individuais, delineável, por exemplo, em Castilho ou Latino Coelho. Não é, também, a *pertinência* dos juízos na época produzidos o que no nosso intuito pesa, mas os juízos em si mesmos. Uma ilustração banal: não vamos ‘conferir’ nos jornais da época se eles eram ou não, como então se afirmou, um «ninho de galicismos». Pode mesmo duvidar-se da exequibilidade de tal prospecção, ao não dispormos de uma listagem exaustiva, ou mesmo fíável, dos termos então dados como galicismos. O que fazemos, sim, é tomar nota da censura, e colocá-la no contexto, esse sim apontável, da reinante hipersensibilidade ao galicismo.

Também não são centrais, no nosso âmbito, temáticas como o estado do ensino (pela análise de programas, por exemplo), ou a grande disputa — que penetra até longe no nosso período — sobre a origem, celta ou latina, do nosso idioma. A elas reservamos apenas um espaço marginal ou esparsas referências. Do mesmo modo, não detiveram grandemente a nossa atenção as *condições de produção* literária. Elas estão suficientemente estudadas por

Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos (*Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*, Lisboa, Presença, 1988) e por José Tengarrinha (*História da imprensa periódica portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Caminho, 1989). Também o conhecimento do contexto literário propriamente dito foi por nós considerado adquirido, limitando-nos a remeter aqui para estudos como os de Alberto Ferreira (em particular, *Perspectiva do romantismo português (1833-1865)*, 2ª ed., Lisboa, Moraes, 1979), de Jacinto do Prado Coelho (*Introdução ao estudo da novelística camiliana*, 2 vols., 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982-1983) e de Carlos Reis e Maria da Natividade Pires (*História crítica da literatura portuguesa*, vol. V, *O Romantismo*, Lisboa, Verbo, 1993).

Seja, pois, claro: não fazemos ‘história da literatura’, escrevemos só um capítulo de história literária. Propomo-nos, tão-só, sistematizar a reflexão teórica ou programática do âmbito da língua literária, levada a cabo em Portugal num período de quarenta anos.

A demarcação do período

Tomamos como global termo *a quo* o ano de 1835, aquele em que se iniciou a ensaística castilhana. O primeiro texto de António Feliciano de Castilho considerado aqui é o Prefácio que em 1835 escreveu para *A Noite do Castelo e Os Ciúmes do Bardo, seguidos da Confissão de Amélia* (Lisboa, 1836). Desse mesmo ano, datam ainda o opúsculo de João Pedro Ribeiro, *Reflexões filológicas* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1835) e o ensaio «Poesia. Imitação - Belo - Unidade» de Alexandre Herculano (in *Repositório Literário*, 1835). Mas duas publicações do ano anterior, 1834, são suficientemente importantes para o nosso propósito para as incluímos no nosso ‘corpus’, e na realidade para o iniciarem. São elas o estudo de Herculano «Qual é o estado da nossa literatura? Qual é o trilho que ela hoje deve seguir?» (in *Repositório Literário*) e as *Lições elementares de eloquência nacional* de Francisco Freire de Carvalho (Rio de Janeiro, Eduardo Laemmert, 2ª ed., Lisboa, 1840). Estas duas obras constituem, aliás, também elas, a estreia dos seus autores no terreno ensaístico que apreciamos.

Como veremos (Cap. 7.1.), Castilho colocava em 1834 o surto de uma geração socialmente «nova, ardente, ambiciosa». Mas desse momento datava ele também o desenvolvimento de uma literatura banal.⁴⁴ Um artigo não assinado de *O Farol* (nº 36, de 25-XI-1848) enxerga também em tal época o início de uma renovação cultural, que teria tornado irreconhecível o país, incluindo o país literário. Aí se lê: «Não parece que um espírito inventor anima esta sociedade, que a si mesma se torna desconhecida no curto espaço de dez ou doze anos? Em política e em literatura, nas ciências e nas artes, não se inventam princípios novos, não se alevantam novos sistemas, não se combatem novas teorias? Não nasceu e morreu toda uma literatura gigantesca, que se chamou *romântica*, e que vai dando lugar à literatura do bom senso e da verdade, intermédia às regras escolásticas de Aristóteles e aos desvarios desregrados dos autores descabelados de há vinte anos?» Introduzindo o novo periódico *A Esmeralda. Semanário Universal*, o seu «redactor», J. Marcelino Matos, celebra a expansão das «letras» à burguesia. O fenómeno dataria, em Portugal, de 1834, início do «reinado da burguesia como potência», e significaria um «grande progresso no mundo intelectual».⁴⁵ Ajunta o jornalista: «Apenas são passados dezasseis anos e já a nossa história literária está enriquecida de grandiosos monumentos.»

Também os historiadores de literatura Óscar Lopes e António José Saraiva reconhecem um *tournant* literário por volta de 1835, evidenciado nos fundamentais artigos de 1834-35 de Herculano no *Repositório Literário* do Porto (examiná-los-emos no Cap. 2.1.), nos poemas de Castilho de 1835 («*pastiches* românticos», a denunciarem «o triunfo entre nós do novo gosto literário») e no início da publicação do *Panorama* em 1837.⁴⁶

No extremo oposto temporal, a última peça ensaística de Castilho marca um final ao nosso ‘corpus’. Trata-se do prefácio, de 1874, ao *Dicionário de rimas* de Eugénio de Castilho. É um termo final, também ele, longe de compulsivo, já que acabou incluída a produção dos dois anos seguintes. De 1875 datam alguns textos relevantes, de que destacamos o *Manual da História da literatura portuguesa* de Teófilo Braga e o estudo de Júlio de Castilho *António Ferreira, poeta quinhentista*, e, do ano imediato, o *Curso de literatura portuguesa* de Camilo Castelo Branco (continuação e conclusão do de Andrade Ferreira), assim como uns *Esboços críticos*, curioso estudo de um, de resto obscuro, António Falcão Rodrigues, que constituem uma despreziosa, e por isso útil, apreciação do momento em que a nossa prospecção vai encerrar-se.

As tomadas de posição anteriores a 1834 ou posteriores a 1876, da autoria de intervenientes do período, e quando relevantes, serão objecto de apontamento em *notas*.

Também em nota figurarão os comentários de autores, sobretudo ensaístas, que acerca do período aqui considerado, ou de uma das suas facetas, fizeram estudos. O conjunto destes textos constitui a Bibliografia Secundária, exposta no final deste estudo.

A constituição do corpus

A bibliografia foi seleccionada segundo a perspectiva em que nos colocámos. Este procedimento, em si óbvio, permite seguidamente agrupar, em conjuntos de maior ou menor magnitude, os temas, e só esses, que neste estudo visamos (são exemplo de vastos conjuntos as intervenções da Questão Coimbrã, de 1865, ou da do «Fausto», em 1872).

Essa mesma nossa perspectiva leva, assim, também, a ignorar estudos que, na aparência, se colocariam no centro do nosso interesse. É o caso de dois longos estudos de Latino Coelho, um sobre Garrett, na *Revista Universal Lisbonense*, e outro sobre Castilho, na *Revista Contemporânea*. Ambos estes estudos — e a isso não será estranho o facto de terem ficado, um e outro, inacabados — são escassos em considerações sobre a linguagem dos dois autores. O caso é tanto mais de sublinhar quanto esses ensaios deveriam fornecer a um observador privilegiado, como é Latino, a oportunidade de expor pontos de vista ou, até, eventualmente, de esclarecer opções.

Em contrapartida, ensaístas obscuros forneceram contributo de algum relevo para o nosso propósito. Como escreveu Joel Serrão: «Na maioria dos estudos de história literária, no nosso tempo realizados, tende-se a valorizar aqueles autores que, entre nós, ainda gozam de audiência, e a esquecer os que tiveram o seu tempo, e passaram de moda.» E explicita: «Das reacções que [os primeiros] em nós despertam, imaginarmos os contemporâneos deles a percepcioná-los com os ‘nossos’ próprios olhos, eis um salto mais fácil de dar que evitar... Nós fizemos e fazemos necessariamente uma determinada selecção estética das manifestações literárias que o século passado nos legou: mas na época em que tais obras foram publicadas, pensava-se delas o mesmo que nós? As reacções que elas suscitavam eram as nossas?»⁴⁷

Tivemos na conta de ‘obras do período’ os inéditos recentes nele dados a conhecer. A esse âmbito pertence *O mentor da mocidade ou Cartas sobre educação* de Manuel Borges Carneiro (Lisboa, Imprensa Nacional, 1844). Não é todavia o caso da acima referida edição, em 1842, das *Reflexões sobre a língua portuguesa* do árcade Francisco José Freire.

Não considerámos ‘obras do período’, embora lhes façamos oportuna referência, as simples reedições. Estão neste caso três obras: o *Glossário das palavras e frases da língua francesa que por descuido, ignorância ou necessidade se tem introduzido na locução portuguesa moderna, com o juízo crítico das que são adoptáveis nela* (3ª ed., Lisboa, Academia das Ciências, 1846; 1ª ed. 1816, 2ª ed., em volume, 1827); a *Teoria do discurso*

aplicada à língua portuguesa, em que se mostra a estreita relação e mútua dependência das quatro ciências intelectuais, a saber: ideologia, gramática, lógica e retórica (2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1836; 1ª ed., 1819) de António Leite Ribeiro; e o «Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa» (republicado em *O retrato de Vénus e Estudos de história literária*, Porto, Viúva Moré Editora, 1867; 1ª ed. in *Parnaso Lusitano*, Paris, 1826) de Almeida Garrett.

O lugar de edição não é, em sentido nenhum, determinante. Decisivo é que uma publicação se destine a um público *português*. Assim, incluímos, a par das obras (a grande maioria) editadas no território nacional, um apreciável número de outras que viram a luz quer no Rio de Janeiro quer em Paris.

Um certo número de obras de consulta foi de fundamental relevância na nossa pesquisa bibliográfica. Assim, revelaram-se inestimáveis guias as bibliografias constituídas pelas seguintes obras, ou aí integradas:

Centro de Estudos Filológicos de Lisboa

Bibliografia filológica (1937-1952), s.d., vol. 8, «Estudos e artigos filológicos, 1800-1922»

Fernandes, R. M. Rosado

«Breve introdução aos estudos retóricos em Portugal», in Heinrich Lausberg, *Elementos de retórica literária*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª ed., 1972

Ferreira, Alberto e Maria José Marinho

Bom senso e bom gosto. Questão Coimbrã. Textos integrais da polémica, Lisboa, Portugália Editora, 4 vols., 1965-1970

Figueiredo, Fidelino de

«Bibliografia portuguesa da crítica literária», in *A crítica literária como ciência*, 2ª ed., Lisboa, Clássica Editora, 1916

Lacape, Henri

Contribution à une bibliographie de Camilo Castelo Branco, Paris, Maurice Lavergne, 1941

Lisboa, Eugénio (coord.)

Dicionário cronológico de autores portugueses, I-III, Lisboa, Publicações Europa-América, 1991-1994

Monteiro, Ofélia Milheiro Caldas Paiva

A formação de Almeida Garrett, 2 vols. Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1971

Palma-Ferreira, João

Literatura portuguesa. História e crítica, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985
Subsídios para o estudo da evolução da história e crítica da literatura portuguesa, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1986

Rodrigues, A. A. Gonçalves

A tradução em Portugal, 2º vol., 1835-1850, Lisboa, Icalp, 1992; 3º vol., 1851-1870, Lisboa, Isla, 1993

Ribeiro, José Silvestre

História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal, Lisboa, Academia das Ciências, particularmente vols. VI, 1876, VII, 1878 e VIII, 1879

Silva, Inocêncio Francisco da / Brito Aranha

Dicionário bibliográfico português, 22 tomos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859-1923

Não obstante uma prospecção aturada, textos de importância para o nosso propósito haverá que terão escapado à nossa atenção. Deficiências de apoio bibliográfico explicarão em parte esta circunstância. Se é certo que, para o estudo de alguns autores, se dispõe de um aparato bibliográfico da maior segurança (os casos de Antero de Quental⁴⁸ e de Lopes de Mendonça⁴⁹), em outros, e decerto não dos menores, as deficiências continuam graves. No concernente à produção de crítica e de ensaio literário não existem bibliografias exaustivas de Camilo (não obstante o impressionante labor de vários compiladores [5]) nem de Almeida Garrett, de Latino Coelho, de Pinheiro Chagas, de Rebelo da Silva. No caso de António Feliciano de Castilho, é muito relativo o préstimo da edição das *Obras Completas* (Empresa da História de Portugal, 1903-1910), da responsabilidade de Júlio de Castilho, dada a 'revisão', inclusive com intervenções censórias, de que os textos foram objecto.

Além disso, no caso de algumas (felizmente escassas) espécies, foi-nos impossível o confronto com o original. Estão nesse número o prefácio de Castilho a *O judeu errante* de Sue (Lisboa, 1844), de que amiúde citaremos⁵⁰, e ao *Dicionário de rimas* de Eugénio de Castilho (Lisboa, 1874), a carta-prólogo de Rebelo da Silva a *Mulher funesta, homem funesto*, de Mateus de Magalhães (1865) e a recensão de João de Deus a *Ideias e Sonhos* de António de Sousa Pinto (1872). Estão também nesse caso as primeiras edições de *Noções de poética* e de *Manual de estilo* de Delfim Oliveira Maia.

No período, foi meritória a actividade de José Silvestre Ribeiro na reunião de materiais que permitissem a confecção de uma história da língua e da literatura, reunião a que ele procedeu a partir de 1848 na *Revista Universal Lisbonense*, com reedição em *Primeiros traços duma resenha da literatura portuguesa* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1853).

Deve, neste contexto, acentuar-se quanto foram tardias, no período, as obras de reflexão geral, de apreciação global, de grande síntese. Entre elas estão as de Teófilo a partir de 1871 (*História do teatro português*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1871; *Teoria da História da literatura portuguesa*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1872; e *Manual da História da literatura portuguesa*, Porto, Livraria Universal, 1875) e o *Curso de literatura portuguesa* de Andrade Ferreira e de Camilo (Lisboa, Matos Moreira & C^a, 1875 e 1876). Os estudos monográficos também não abundam. São decerto bons exemplos deles o estudo sobre Garrett feito por Rebelo da Silva («A escola moderna literária. I. O sr. Garrett», in *A Época*, 1848), o de José Feliciano sobre Bocage (Rio de Janeiro, Garnier, 1867), o de José Silvestre Ribeiro sobre Lucena (Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1868), o de Júlio de Castilho sobre António Ferreira (Rio de Janeiro, Garnier, 1875). Mas, como se vê, Garrett é, aqui, o único contemporâneo.

De perspectiva alargada, mas de reduzido arrojado, são os vários contributos de Francisco Freire de Carvalho: *Lições elementares de eloquência nacional* (Rio de Janeiro, Eduardo Laemmert, 1834), *Lições elementares de poética nacional, Seguidas de um breve ensaio sobre crítica literária* (Lisboa, Tip. Rolandiana, 1840) e *Primeiro ensaio sobre história literária de Portugal, desde a sua remota origem até o presente tempo* (Lisboa, Tip. Rolandiana, 1845).

Outras opções metodológicas

Ortografia e pontuação

Na transcrição dos textos, optou-se pela uniformização da *ortografia* segundo a norma hoje vigente. Nada nos pareceu suficientemente advogar a conservação das ortografias originais. Não só não é este um trabalho de edição ou de recuperação textual, como não havia, à época, qualquer standardização no domínio ortográfico. Não era raro, mesmo, a ortografia modificar-se de edição para edição duma mesma obra. Foi o caso do *Manual de eloquência sagrada* de Inácio Roquete na edição de 1857 e seguintes. Noutros casos, a iniciativa individual era ditada por opções ortográficas. Assim, e na apreciação de Almeida Garrett, recorrera José da Fonseca, na sua edição parisiense do *Parnaso Lusitano*, de 1826, a uma ortografia fantasista, «galega» e «que faz rir a gente» (in *Tratado de Educação*, 1829). Ela conserva-se em 1837, quando Fonseca publica o volume *Prosas Selectas* (Paris, Braudy), onde se encontram grafias *outro-si*, *antiguo* e bizarras semelhantes. Por seu lado, Castilho adopta aqui ou ali uma ortografia de radical simplificação (p. ex. no Prólogo à tradução de *O novo amigo dos meninos* de Saint-Germain Leduc, Lisboa, 1854). Aí se encontram grafias como *oje*, *á-de*, *qiz*, *eiscéto*, *ótimo*, *fraze*, *sintáce*.

A exigência de clareza levou-nos, em alguns casos, a modificações na *pontuação*, e particularmente na virgulação. Alguns usos da vírgula são patentemente abusivos. É o caso da segunda e terceira virgulação em «Escrevendo-o, prestou o sr. Vieira de Castro, um belo serviço. E ninguém podia contar melhor, aquela vida angustiosa e brilhante,» etc.

A vírgula era corrente, e como que de preceito, antes da copulativa «e», assim como antes dum «que» relativo, fosse ele restritivo (caso em que sempre eliminámos) ou explicativo (caso em que se conservou). Deste modo, numa sequência como «O homem, que quiser ser sábio, deve remontar» etc., omitimos ambas as vírgulas. Um caso mais complexo constitui a sequência «Uma causa em que vai interessada a honra, e o crédito da língua, e da literatura portuguesa» etc. Se a omissão da última vírgula parece pacífica, já o omitir da primeira é de duvidoso ganho. Pode mesmo haver vantagem em conservá-la, assim se preservando o factor surpresa, criado pelo acréscimo de «e o crédito» após um feminino singular como «vai interessada». Castilho confessa ter recorrido na tradução das *Metamorfozes* a uma virgulação excessiva, que dizia destinada a orientar a recitação.⁵¹ E Garrett, em correcção manuscrita de textos publicados, procedeu à eliminação da vírgula antes da copulativa «e» e do relativo «que».⁵²

Cronologia e contemporaneidade

Não se parte, na ordenação das intervenções, de uma *cronologia* em termos absolutos. (Só o intentámos em casos particulares, como o das polémicas, sendo exemplos a que travaram em 1842 Castilho e D. João de Azevedo, e, mais conhecidas, a da Questão Coimbrã e a do «Fausto»). Na maior parte dos casos, uma ordenação estrita apenas se limitaria a *sugerir* uma cronologia. Ela pressuporia em cada interveniente o conhecimento de *tudo* o que sobre um dado tema se escrevera até ao momento do seu contributo.

Há, de resto, exemplos de uma contemporaneidade notoriamente duvidosa. Assim, a «Carta» de Tomás Ribeiro inserta na 3ª edição de *Um livro* de Camilo Castelo Branco, e redigida em começos de Setembro de 1865, insere-se objectivamente nos debates preparatórios da Questão Coimbrã, mas só verá a luz em fins de Dezembro, quando a polémica atingia o auge. (O volume, esse, traz a datação de 1866). Caso em tudo semelhante é o da «Carta-prefácio» de Rebelo da Silva ao romance *Mulher funesta, homem funesto* de Mateus de Magalhães, e que pormenorizaremos no princípio do Cap. 8.

Pode duvidar-se da real contemporaneidade de correspondências particulares que não tenham obtido divulgação durante o período. (Não é, evidentemente, o caso das ‘cartas abertas’). Por essa razão, delas fizemos um discreto uso.

As influências estrangeiras

A filiação em doutrinação estrangeira de concepções em Portugal vigentes é um exercício elucidativo, mas forma tão-só uma das perspectivas (a de relações *genéticas*) para a compreensão de tais concepções. Perspectiva não menos esclarecedora, é a da homogeneidade, ou continuidade, das ditas concepções. É esta segunda perspectiva (a das relações *sincrónicas*) que aqui se adoptou. Um estudo genético é de importância num contexto comparatista, não no do levantamento de concepções vigentes, aquele em que aqui nos movemos.⁵³ Procurámos uma reconstituição do *micro-clima português* num determinado sector do universo conceptual literário, e num dado período. Acreditamos que o importante não é que pensadores e estetas portugueses tenham sido influenciados — facto, em si, não propriamente assombroso —, mas que a materiais importados eles tenham fornecido uma forma e uma elaboração próprias. A demonstração, aliás, de uma radical dependência de estímulos externos não pode nunca condicionar essencialmente a apreciação de um ideário estético.

Deixámos, pois, de lado a consideração das *leituras estrangeiras* dos autores em apreço. Eles estão, por vezes vivamente, conscientes dessa tutela, e referem-se-lhe com razoável frequência. Assim, não só a universal filiação a Horácio, doutrinador da produção poética, e a Quintiliano, legislador do discurso em prosa, se faz objecto de confissão, mas igualmente a de mestres menos remotos, como Buffon, Boileau ou La Harpe, ou contemporâneos, como Hugo, Pelletan, Gustave Planche ou Michelet. As suas obras são lidas quase sempre no original, havendo todavia uma ou outra divulgação portuguesa.⁵⁴ Por vezes, a dependência é frontalmente assumida, sendo nisso paradigmáticas as *Lições de Eloquência* e de *Poética* (respectivamente de 1834 e 1840) de Francisco Freire de Carvalho, que informa ser a sua exposição frequentemente uma glosa de Quintiliano e de Hugo Blair.⁵⁵

O domínio da influência estrangeira encontra-se adequadamente examinado em estudos fundamentais, como o de Vitorino Nemésio, com *Relações francesas do Romantismo português* (Coimbra, 1936), o de Gerd Moser, com *Les romantiques portugais et l'Allemagne* (Paris, 1939), o de José-Augusto França, com *O Romantismo em Portugal* (Lisboa, s.d. [1974-1976]), o de Maria Manuela Gouveia Delille, com *A recepção literária de H. Heine* (Lisboa, 1984), enfim o de Álvaro Manuel Machado, com *Les Romantismes au Portugal. Modèles étrangers et orientations nationales* (Paris, 1986) e com *Do Romantismo aos Romantismos em Portugal* (Lisboa, 1996).

Tenha-se, de resto, em conta esta desassomburada observação de Óscar Lopes, referente à época aqui estudada, de que «o gosto da nossa minoria culta coincidia notavelmente com o da maioria francesa inculta». E lembra também o ensaísta que um mero encaminhar das investigações «ao reconhecimento de repercussões da cultura estrangeira» não fará senão sublinhar o alto grau de «refringência» portuguesa às influências de fora.⁵⁶

[1] Essa pertinência foi, de resto, já assinalada por David Mourão-Ferreira no ensaio «Ao encontro de Castilho», in *Critério*, nº 4, 1976, pp. 27-32 e 64. (Trata-se de conferência proferida em Dezembro de 1975 na Academia das Ciências de Lisboa. Ver *Memórias da Academia*, 1977, pp. 55-68). Aí se faz uma apreciação da bibliografia sobre Castilho desde o estudo de Castelo Branco Chaves.

[2] Assim, a propósito de certa versão castiliana, diz-se-a «plus une adaptation recherchée qu'une traduction rigoureuse» (p. 123); fala-se da «rhétorique fastidieuse de Castilho» (p. 138); de uma «démagogie mêlée à du nationalisme étriqué» (p. 139); do «rôle négatif joué par Castilho dans l'évolution du romantisme au Portugal» (pp. 229-230); «Castilho se trompait lourdement» (pp. 231-323); «ses idées littéraires réactionnaires» (p. 233), etc., etc.

[3] Fizemos referência ao primeiro caso, o do *Eurico*, no Cap. 7 nota 39. Quanto ao comentário a Lamennais, ou mais exactamente (procedimento, como vimos, comuníssimo em Castilho) a pretexto de Lamennais: certa passagem algo pessimista de Castilho (A. M. Machado fala de «une réthorique nettement ultra-romantique»), mais do que revelar um desfasamento, ao fim e ao cabo óbvio, em relação a mentalidades generalizadas em França, espelha as perplexidades, para não dizer a ausência de perspectivas, que por essa época (1835) a perpetuação do caos político e social gerava em Castilho. Trata-se de uma situação aguda, que ele (como apreciaremos no Cap. 1.1.) breve ultrapassaria.

[4] Sobre os silêncios de Castilho, com razão anotou Teófilo Braga: «Castilho nunca disse uma palavra do grande lírico João de Deus» (*História do romantismo em Portugal*, ed. cit. p. 490). João de Deus tinha, sim, em 1863, censurado a Castilho a sua reserva perante Camões. A tendência para fugir ao esclarecimento foi objecto de mais detida consideração no Cap. 10.1.

[5] Destacamos João Costa, *Castilho e Camilo. Correspondência trocada entre os dois escritores*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924; Júlio Dias da Costa, *Dispersos de Camilo*, 5 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924-1929; Alexandre Cabral, *As polémicas de Camilo*, 4 vols., Lisboa, Portugália Editora, 1965-1967; Alexandre Cabral, *Páginas quase esquecidas*, 2 vols., Porto, Inova, 1972-1973; Alexandre Cabral, *Correspondência*, 5 vols., Lisboa, Livros Horizonte, 1984-1986; Justino Mendes de Almeida, *Obras Completas. Vol. XII. Crónicas*, Porto, Lello & Irmão, 1990.

Capítulo 1

Uma visão histórica

1.

António Feliciano de Castilho dá, desde 1835, exemplo de aturada reflexão sobre a escrita, concebendo esta como actividade fundamentalmente estética. A produção literária coeva justifica para ele, mas também para a generalidade dos coevos, as maiores preocupações. Reina, com efeito, a convicção de viver-se uma época de degeneração do idioma, e, correlativamente, de haver conhecido ele um estado de perfeição, localizado em Quinhentos.

Semelhante estatismo, a princípio dominante, irá perdendo terreno. Crescerá a ideia de um «classicismo» próprio a cada época. Mas, enquanto tal concepção não chega, responsabilizam-se pela insuficiência presente a escassez de conhecimento da língua portuguesa e de suas virtualidades e propõem-se medidas para superá-la. Papel importante é reservado à crítica literária, a que caberia a missão de atentar nas qualidades e defeitos da escrita, quer passada quer actual. Uma reflexão mais propriamente teórica sobre a crítica é, contudo, tardia.

1.1. «Neutral sou»

O ano de 1835 é, para o doutrinador Castilho, crucial. Ao preparar a publicação do poema *A Noite do Castelo*, que se dará no ano seguinte, tem ocasião de, num prefácio, clarificar posições como autor de literatura e expressar algumas opções fundamentais.

A quem pudesse apontar na sua produção a ausência de ecos da realidade social contemporânea, informa: «Tarde conheci os homens e o século; mas ainda a tempo lhes fugi, atirando-me para o seio do passado, para a conversação dos que já não vivem, e depois para os meus sonhos inocentes de poesia.»¹ Para interlocutores, escolhe aqueles que, como ele, retiram felicidade dos «deleites do imaginar». Aqui se encontra formulada, já, a sua concepção da actividade literária como labor primordialmente *estético*.

No prefácio em questão, enumera Castilho os ‘merecimentos’ de uma obra literária. Dá como primeiro a «originalidade», mas apressa-se a retirar-lhe premência, considerando que mesmo um achado devido a outrem pode acabar, graças a uma novidade da linguagem, valorizado. (É um ponto de vista que o acompanhará a vida toda, e de que nos iremos ocupar largamente no Cap. 9.1., a propósito da tradução). Depois, reconhece importância ao que denomina a «disposição», o ordenamento das matérias. Capital é, porém, entre todos, o âmbito da «elocução», onde estão em causa quer a linguagem e a sua genuinidade, quer os conseguintes do estilo. No seu próprio caso, estes últimos reflectem um «particular gosto», e mais exactamente um anseio de «independência». Clássico, ele? Romântico? «Neutral sou», esclarece.

O volume *A Noite do Castelo e Os Ciúmes do Bardo*, que aparecerá em 1836, inclui outra, e alargada, reflexão. É pretexto dela uma tradução da *Confession d’Amélie* de Delfine Gay, feita em tempos, e que Castilho se prepara para dar a público sem mais revisão. Numa «Conversa Preliminar» (a primeira de quantas produzirá pela vida fora), traça o retrato

desenganado, algo apocalíptico, de um idioma, «a formosa, a formosíssima língua portuguesa», que importa salvar de um «naufrágio». Segundo o ensaísta, já só em velhos textos e remotas aldeias ele conserva a sua feição autêntica. Penitencia-se ele agora de descuidos passados, propondo-se daí em diante preservar essa língua que, em seu dizer, «a nenhuma cedera, se nós o quiséssemos.» E prossegue, num fraseado procuradamente arcaizante:

Oh! que o queria eu, se essas fossem minhas forças! E agora me dói do muito tempo que pela não conhecer desperdicei para o seu cultivo. Pelo que, se em meus antigos escritos não posso acabar comigo que me resolva ao fastio de inteiros os derreter, para novamente os vaziar em fôrma daquele estilo dos nossos bons tempos, que todo expira singeleza, brandura e inocência, ao menos me obrigo que nos que doravante traçar e escrever, levarei todos meus sentidos postos em tão louvável diligência (ib., p. 174).

A execução de tais planos (a que ele próprio diz reconhecer alguma «generosa temeridade») garantir-lhe-á, espera, a satisfação e a glória de «atravessar por um século bárbaro, sem que nele me contamine».

Sempre na doutrinação de Castilho sucederá que, feita a exposição por vezes patética de alguns gravames, se passe à proposição de medidas, algumas mais realistas que outras, mas invariavelmente transparentes. No presente caso, são indicadas como urgentes as seguintes: a reedição de livros antigos ainda julgados proveitosos, a confecção de um dicionário de qualidade, o incremento de obras teatrais, a tradução cuidada de autores romanos. Exceptuando a actividade lexicográfica, que nunca o aliciou suficientemente, é esse o programa que, nos decénios que vão seguir-se, o doutrinador porá em execução [1].

1.2. Uma degeneração

As inquietações de Castilho no atinente à degenerescência do idioma são partilhadas por alguns contemporâneos.

O pedagogo Francisco Freire de Carvalho (1779-1854) afirma, no capítulo final de *Lições elementares de eloquência nacional*, de 1834: «A verdadeira eloquência depende essencialmente do perfeito conhecimento da língua em que o orador há-de falar ou escrever» [2]. Esta asserção, em si óbvia, prende-a Carvalho com uma deficiência real. Se a eloquência falha entre nós, isso deve-se ao «escassíssimo» conhecimento do idioma, assim como à «depravada» maneira de que é uso falá-lo ou escrevê-lo. É corrupto o nosso vocabulário, são limitados os nossos giros frásicos, a nossa compreensão da semântica é primitiva, ignoramos no essencial a sintaxe. Estranha situação, esta, considera Carvalho. Dispondo de tantas riquezas, «vivemos em extrema penúria de meios para exprimir com elegância, com graça e com valentia as nossas ideias», assim fomentando a corrupção de tão perfeito idioma. E as consequências estão à vista: transmitimos aos vindouros uma língua «despida da sua nativa pureza, correcção, graça e valentia». A urgência dos seus ensinamentos parece a Carvalho óbvia.

Em termos semelhantes se exprime, num artigo da *Crónica Literária* de Coimbra de 1840, o publicista Agostinho de Mendonça Falcão (1783-1854)² e, alguns anos depois, de novo Castilho.³ Em 1854, afirmará este que a língua se tem «excessivamente desnacionalizado» em todos os seus sectores [3].

Como se vê, a maioria dos autores atribui a decrepitude hodierna à ignorância de antigos conseguimentos. Raros responsabilizam pela degenerescência o *establishment* cultural. Um destes, um obscuro mas desinibido Francisco António de Campos (de que

falaremos ainda no Cap. 4.1.), censura a «raça estacionária de puristas, que não reconhecem progresso nas línguas e que se opõem a todo aperfeiçoamento». Supõem eles «que uma língua se acha perfeita quando os escritores a empregam e que lhes não é lícito continuar a enriquecê-la. Não é assim. Os escritores é que aperfeiçoam as línguas, e este difícil trabalho é obra de longos anos e de contínuas aquisições.»⁴

Mas este ponto de vista mantém-se minoritário. O poeta e crítico José Maria da Costa e Silva (1788-1854), que entre 1850 e 1855 publica, em dez volumes, um *Ensaio biográfico-crítico sobre os melhores poetas portugueses*, enuncia opinião dominante, quando imputa à negligência na leitura dos bons autores «a corrupção do gosto, que vai começando a sentir-se, e o haver tão poucas pessoas que escrevam a nossa língua com a elegância e pureza do memorável século de quinhentos» (t. 1, 1850, p. 7). Repare-se, todavia, nessa constatação de uma ‘reserva’ de eleitos: «o haver tão poucas pessoas». Ela far-se-á, doravante, mais audível. Em 1856, o jovem ensaísta Gabriel de Moura Coutinho (1834-1859) sublinhará a existência de «alguns escritores muito aprimorados e que, sem afectarem de nimamente puristas, escrevem todavia com um gosto puro, respeitando a castidade da linguagem.»⁵ Assim se exprimirá também Castilho, alguns anos depois, mesmo reconhecendo que esse número é pequeno e a sua influência limitada.⁶

A toada elegiaca pelo idioma irá esmorecendo. E é já um testemunho tardio aquele que o estudante coimbrão Caetano Teixeira Coelho (1841-1863) faz ouvir num ensaio de 1861, «Um lance de olhos pela língua»⁷, onde afirma: «É coisa já bem dita e bem redita (mas nunca por isso perderá) que vai a pobre da nossa rica língua toda por aí de foz em fora à perdição, sem muitos acreditarem já em modo que a possa valer.» E um pouco mais adiante: «Parece que está a língua a dar a ossada. Muito dela temos prevaricado! Semelha a nossa língua ordinária, ao pé da que dantes se escrevia, casa terreira e palhaça com mármore à ilharga». Uma desafeição indiscriminada pelo panorama contemporâneo não sobreviveria, ao menos nesta forma extrema, à década de 40. Uma queixa como a de Camilo Castelo Branco (1825-1890, ver a seu respeito Cap. 7.4.) acerca dos «livros modernos», que levariam «a suspirar por um tempo em que grassava o bom costume de se escrever português em Portugal»⁸, pertence, em 1869, mais propriamente à classe das confidências exclamativas.

1.3. As excelências do idioma

Se, na apreciação do estado da língua, os autores recorrem, aqui ou ali, à gesticulação trágica, é porque no seu conceito a perda é infinda. Daí que o lamento costume acompanhar-se de um proclamar, não raro nostálgico, de quantas excelências o idioma poderia ainda hoje apresentar.

Nessa exaltação de primores evidencia-se Castilho. O prefácio à *Noite do Castelo* aclama a terra onde se fala «tão formosa língua e tão sonora como esta portuguesa, tão fluente, tão matizada de figuras, tão viçosa de graças, tão arrojada em pompas, tão refeita e abundosa de antiga seiva, tão flexível para todos os usos». Mesmo que o pareça, não é fácil apanhar Castilho em GRATUITIDADES. As acumulações citadas revelam bem pouca redundância, e aqueles epítetos correspondem a tantas outras características do idioma que, particularmente por esta época, ele se detém a explicitar (ver Cap. 3, em particular § 4). Com razão escreverá, em 1849, numa Nota à peça *Camões*: «Não é para aqui amplificar excelências da língua portuguesa; assaz e de sobra o tenho feito há anos e o tinham feito antes de mim outros melhores do que eu.»⁹ Castilho sabe que toda uma tradição de magnificação da língua portuguesa o precede.

Muitos desses depoimentos do passado serão reunidos, em 1853, pelo publicista José Silvestre Ribeiro (1807-1891), nos *Primeiros traços duma resenha da literatura*

portuguesa.¹⁰ Aliás, o carrear de testemunhos em defesa do idioma era, à época, procedimento vulgar. Existe uma convicção insistente, que nunca se crê bastantemente apregoada, de que a língua portuguesa sobrepuja a todas as demais. Para o já citado Agostinho Falcão, «nenhuma é tão rica, tão eufónica, tão variada, e tão azada e própria para os diferentes estilos e para os vários assuntos em prosa ou verso» (loc. cit., p. 326). E Costa e Silva, no capítulo «Da língua portuguesa e sua índole» do *Ensaio sobre os melhores poetas*, junta aos louvores do idioma larga citação de textos, que ilustrariam quer a ausência de «dissonância ou aspereza», quer a «concisão, força e perspicuidade» do português [4].

É verdadeiramente indefectível este juízo *positivo* do idioma, e corrente este afirmar das suas peculiares posses. Infelizmente, jamais encontramos alguma mais detida concretização desses dotes da língua, e só através de exemplificações pontuais conseguimos reconstruí-los. Mas, mesmo genérica, é valiosa a anotação do pedagogo Manuel Borges Carneiro (1774-1833), que, em *O Mentor da mocidade ou Cartas sobre educação*, aparecido em 1844, afirma consistir a nossa riqueza não «na abundância de palavras diversas que exprimam as mesmas ideias; mas em ter bastantes palavras para exprimir as diversas ideias.»¹¹

1.4. Um processo histórico. I

A uma noção de degenerescência da língua no presente correspondia, obviamente, a concepção dum momento anterior de superioridade, e mesmo de perfeição. Alguns espíritos menos possantes confinaram-se a uma concepção mítica, a-histórica. Outros pensadores, e entre eles se conta Castilho, mais conscientes da historicidade, raciocinam a partir de uma transitoriedade global, mesmo quando concebem a existência de um instante privilegiado.

Assim sucede no já citado artigo de Falcão na *Crónica Literária*, de 1840, que supomos constitua, durante o período que aqui consideramos, a primeira *história da língua portuguesa* [5]. A esta se outorga uma «infância», tempo de rudez e aspereza [6]. A dinastia de Aviz introduziu um «progressivo adiantamento», indo a língua assim «marchando para a sua perfeição», cujo cume se atingiu na primeira metade de Quinhentos. Segundo o autor, a língua decaiu de uma idade de *ouro* (1480-1550), através de uma de *prata* (até 1626), de *bronze* (até 1700) e de *ferro* (até 1755), para penetrar na hodierna, de *barro*. A actual corrupção, que já em Seiscentos se desenhava, terá tido por causas os estudos escolásticos, o «espírito geral de tudo subtilizar» e a frequente utilização de livros estrangeiros e de traduções deficientes (cf. págs. 298-302) [7]. Mas Falcão, longe de entregar as armas, sublinha a viabilidade actual duma «restauração».

Também na *Crónica*, um anónimo expusera pouco antes, com apurada noção de relatividade, a convicção de que «todas as línguas vivas das nações civilizadas estão tendo contínuas e frequentes mudanças e adquirindo, pela sucessão dos tempos, novos vocábulos e novas frases.»¹² O português comprovaria tal asserção. Inesperada é, pois, a afirmação subsequente, de terem os sucessivos melhoramentos conduzido, já no decorrer de Quinhentos, a «um alto grau de polidez e perfeição» do idioma.

Em Castilho, a noção da mudança natural dos idiomas está presente, mas sob feições conflituosas. Concebe o ensaísta que, na sua «viagem pré-estabelecida», o nosso planeta avança rumo à unificação das línguas.¹³ Previsto para o longínquo ano 3000, esse desenlace, autenticamente inelutável, impõe à era actual uma dupla atitude: a cedência à atracção e, ao mesmo tempo, a resistência à mesma. O afrouxar de uma ou de outra conduzirá, a curto prazo, à perdição do idioma. Mas uma coisa é certa: concluído esse gigantesco processo, ao português restará o estatuto de «amuleto do pátrio amor.»

Catorze anos volvidos, em 1859, este cenário escatológico mantém-se. Mas a perplexidade redobrou. As línguas, sustenta o pensador, «são progressivas por índole e essência» e «de seu natural mutáveis, crescediças, perfectivas.»¹⁴ Os numerosos empréstimos entre idiomas funcionam como impulsionadores da unificação futura. Esse processo, importa hoje secundá-lo. Em tal contexto, «o puritanismo, a vernaculidade escrupulosa e ciumenta deverão ser rejeitados por quimeras, por sonhos de estacionários ou retrógrados, e atentados contra o progresso.» As continuadas trocas, essas mesmas «peregrinas excelências», se é certo acarretarem uma descaracterização, viabilizam a crescente integração prevista. «Assim se caminha para a língua universal», opina.

Poderia supor-se que no hodierno «abastardamento do falar nativo» Castilho vislumbrasse já (ainda que a não saudasse) essa grande convergência futura. Não é esse o caso. Primeiro, interroga-se sobre o modo de conciliar duas exigências: «estabilidade e progresso; fidelidade ao passado (que o merece) e devoção para com o futuro (que a merece ainda mais).» Em seguida, num mais pronunciado recuo, aconselha uma conspiração para o refrear do processo:

Devemos conspirar de boamente, conspirar com os factos, que fatal e unanimemente para lá correm, para que a linguagem que nos ensinaram nossos pais passe, quanto possível melhorada, aos nossos filhos; mas nem por isso havemos de admitir como melhoramento toda e qualquer mudança precipitada, violenta, caprichosa, irreflectida ou néscia que se alvitre (pág. 7).

Não resta dúvida. Castilho não só não consegue formular uma saída, como fica aquém de um remate propriamente airoso, ao optar por uma dupla condenação e um «meio-termo» que, como habitualmente, não se dará ao cuidado de definir.

É, pois, fanatismo, além de absurdo [...] pretender, como alguns, que a linguagem, uma vez chegada a certo desenvolvimento, a que aprouve chamar *clássico*, se conserve nele perpetuamente estacionada; é negar a perfectibilidade, lei suprema da Providência. Mas é igualmente bárbaro e néscio o senso daqueles outros que, opondo excesso a excesso, pretendem por modos violentos transformar e maturar a linguagem. Nisto, como em tudo, é no *meio-termo* que está a virtude, a razão e a utilidade (pág. 12).

A incapacidade de definição advém daquilo que para António Feliciano será eterno cavalo-de-batalha: a *construção do período* português, que considera perigar sob acção do modelo francês. (A esta matéria voltaremos detidamente no Cap. 3.4.). O equilíbrio que Castilho diz perseguir (e que, sendo ambivalente, não é menos um avanço em relação a concepções imobilistas) desemboca, afinal, na pura resistência. Tudo se passa como se a perspectiva da grande convergência universal dos idiomas não lhe trouxesse, no plano lexical, demasiadas preocupações (logrando até, aqui e ali, entusiasamá-lo), mas se tornasse, no domínio sintáctico, em autêntico pesadelo. Ou, por palavras dele: «Os idiomas tendem, convergindo, a unificarem-se. Embora seja assim; *mas nesta delicada matéria da construção da frase nacional é que melhor cabe, e mais se deve, não ceder senão pelejando* [...]. Quando afinal houvermos de ser vencidos e triunfados, não insultaremos o progresso, mas registraremos como facto: *que neste particular se lhe consumaram graves sacrifícios*» (cursivos nossos). Quando, porém, vemos o articulista acabar lembrando a importância de nos premunirmos a tempo «contra a total ruína da galharda construção da nossa língua», temos de confessar que a confusão se tornou total.

O fantasma da convergência dos idiomas inquietará Castilho durante toda a sua existência. Eloquentemente disso, dado o seu carácter privado, será uma carta ao irmão José, de 1868, onde se fazem estas reflexões: «Sem nos opormos à corrente imperiosa que a

todos nos arrasta, sempre nos fica bem o forcejarmos para que em nós a transformação (aliás providencial e inevitável) só gradual e insensivelmente se opere.»¹⁵ E a Júlio Dinis, igualmente por carta, confessará a impressão de a língua portuguesa tender para uma absorção pelo francês, mas formula contudo votos de que «os homens mais insignes deste pobre cantinho, que ainda conserva a sua autonomia [...], fossem os últimos a ceder à torrente, e lhe resistissem, ainda sabendo que ela ao cabo os devia de afogar.»¹⁶ O então idoso Castilho, não defendendo soluções particularmente estimulantes, dava ainda assim provas de duradouras convicções.

1.5. Um processo histórico. II

Acompanhámos, por um momento, o percurso de António Feliciano de Castilho. É a partir de meados do século — aonde regressamos — que uma alternativa se desenha. O tempo presente não é nem pior nem melhor que períodos anteriores, e pode mesmo superá-los.

No Prólogo aos seus *Ensaios de crítica e literatura*, de 1849, o crítico e jornalista António Pedro Lopes de Mendonça (1826-1865, ver a seu respeito Cap. 7.5.) mostra quanto lhe é estranha a tese da corrupção hodierna. «Estivemos dois séculos em repouso quase completo. A nossa língua sofreu a mesma operação que na agricultura se chama *pousio*. Ressuscitaram novas ideias, lutaram novos interesses, moveu-se o povo, sequestrado a toda a acção política — o que aconteceria à língua? Agitou-se, modificou-se, transformou-se, enriqueceu-se» [8]. E ainda: «A imutabilidade da língua é impossível numa sociedade que se transforma: ela há-de corrigir-se, embelezar-se, crescer nas tradições e nos monumentos literários, não pode, sem atraiçoar a época e falsear a arte, limitar-se a uma imitação servil e inglória» (pág. 100).

As posições do *outsider* Lopes de Mendonça encontrarão eco no também jornalista, mas um tanto mais velho António Augusto Teixeira de Vasconcelos (1816-1878), que demonstra em 1862 igual ausência de reservas mentais: «Não asseguro que a boa frase portuguesa se vá desbaratando, nem afirmo o contrário. Há exemplos para tudo. [...] Boa era a frase do século XVI para exprimir as ideias de então. Escreviam os nossos clássicos a linguagem do seu tempo. Façamos nós outro tanto. Não sejamos anarquistas, mas não propendamos para reaccionários. Viemos ao mundo em tempo de revolução. [...] E queremos que lhe escape a linguagem? Não creio que seja possível.»¹⁷ Pouco depois, no prefácio de um romance seu, repetir-se-ia quase literalmente: «*Procuro escrever com clareza a linguagem do meu tempo*, conforme a falam e escrevem as pessoas cultas e ajuizadas. [...] Escreviam no século XVI os nossos escritores a linguagem culta de então. Porque não faremos outro tanto?» [9].

Ao bom observador Teixeira de Vasconcelos não passava despercebida a pretensão de António Feliciano em influir, mesmo travando-a, na deriva do idioma. Comentando a «Conversação preambular» de Castilho ao poema *D. Jaime* de Tomás Ribeiro — ensaio a que chama «delicado trecho de excelente prosa portuguesa» —, Vasconcelos declara ver aí «o escrito literário em que o Castilho deixou correr mais livremente a pena e em que se entregou menos ao empenho de resistir à transformação inevitável da linguagem.»¹⁸ Assim, nos seus momentos menos voluntariosos, ou menos atentos, o prefaciador estaria a realizar o programa que ele próprio, Vasconcelos, preconizava: *a construção da língua clássica do tempo presente*.

José Feliciano de Castilho (1810-1979), o irmão de António Feliciano, polemista frequentemente disposto a carregar de negrimes o momento actual, concebe uma contínua perfectibilidade da língua, e sustenta, mesmo, ter-se o idioma português «ido de século para

século beneficiando.» E ajunta: «É mais culto hoje o português que o de Quinhentos, como o de Quinhentos se avantajou ao de Trezentos.»¹⁹

Uma rara, embora não espectacular, evolução é a que se observa no pensamento do académico José Maria Latino Coelho (1825-1891, ver a seu respeito Cap. 7.5.). Numa Nota do seu «Elogio histórico» de Francisco de São Luís²⁰, desenvolve uma curiosa variante da tese da degeneração, encarando-a como processo «natural». Destaca o papel de São Luís na definição de uma política do idioma, e aponta nessa actuação algum excesso de severidade. Ergue, em seguida, uma concepção da história da língua, na realidade um primor de ambivalência. Opina Latino que, após os «brilhantes triunfos literários» de Quinhentos e de Seiscentos, a língua portuguesa acabou transformada em turva torrente. Uma profusão de novos conceitos clamava, então, por uma expressão portuguesa, e a única resposta era dada pelo neologismo abusivo e indecoroso. E é aí que intervém o filólogo São Luís (1766-1845), «regrando a variação», assim velando pelas feições peculiares do idioma. Porém, ao defender — na expressão de Latino — o princípio de que «a locução dos quinhentistas era o compêndio de todas as perfeições», e que estas deveriam ainda hoje respeitar-se, São Luís apresentava exigências irrealistas. Impraticável, esse estabelecer de padrões de perfeição, opina Latino. Com efeito, esclarece, desde Fernão Lopes até António Vieira (e note-se, de passagem, o recuado deste último termo), o português «vai tomando nova conformação, perdendo por [...] natural excreção dos idiomas os elementos já inúteis ao organismo, inalando do exterior a nova substância da sua nutrição». Esse processo inscreve-se noutra ainda mais vasto, o da corrupção universal dos idiomas. O grego e o latim apresentam já menor perfeição que o sânscrito, não passando os idiomas românicos, por sua vez, de «produtos da lenta decomposição [...] de linguagens mais completas e primorosas». Mesmo assim (e a inflexão é, pelo menos, surpreendente), cada novo estágio de língua experimenta a insuficiência do que o precedeu para exprimir conceitos novos, do que se segue constituírem os neologismos uma «fatal necessidade». A ninguém será dado, remata Latino Coelho, deter «a corrente necessária da inovação». A debilidade do raciocínio é visível. Tal como sucede com Castilho, é em vão que Latino procura conjugar a inelutabilidade dos processos globais com propósitos de salvaguarda nacional.

Ao iniciar-se a década de 70, deparamos com um Latino Coelho senhor de um mais definido ideário. O pretexto é, agora, a redacção do *Relatório da Comissão encarregada de propor à Academia Real das Ciências de Lisboa o modo de levar a efeito a publicação do Dicionário da Língua Portuguesa* (Lisboa, 1870). A autoria de Latino está patente na nota final, que adverte: «A responsabilidade dos fundamentos filológicos deste relatório pertence inteiramente ao relator.» Outra nota informa que António Feliciano de Castilho integrava a Comissão, mas que esteve ausente dos trabalhos, por doença. Em diferente circunstância, a redacção do Relatório quase certamente lhe teria cabido. Mas, como veremos (Cap. 6.2.), o relator e o doutrinador ausente não divergiam importantemente na apreciação dos estádios anteriores do idioma.

O *Relatório* dá a Latino a oportunidade de oficializar pontos de vista que vem defendendo, entre eles uma concepção relativizadora no atinente à linguagem clássica. A perspectiva da universal corrupção vê-se, agora, abandonada. Todo o relevo vai doravante para o organismo-língua que, submetido a processos em tudo semelhantes aos do mundo biológico, se acomoda de contínuo ao meio circundante. Baldada empresa será, pois, tentar «fixar de vez um idioma, prescrevendo-lhe uma imutável constituição.». Conclusão: «*Não há, não pode haver uma linguagem clássica única, exclusiva, imperatória. Cada época tem a língua que lhe convém*» (pág. 9, cursivo nosso). O conceito de «clássico» abrange agora a totalidade da história literária, e inclui, tal como para Teixeira de Vasconcelos, a actualidade.

Mas mesmo a visão esclarecida de Latino Coelho não convence a todos. Numa apreciação ao *Relatório* de Latino — uma reacção pronta, dado que entre os dois opúsculos mal dista um mês —, o linguista Francisco Adolfo Coelho (1847-1919) di-lo «acanhado», «superficial», cientificamente ultrapassado, insuficiente.²¹ Visa com isto particularmente as «generalidades» acerca da vida dos idiomas, onde, segundo ele, na exposição do relator, «a ciência se acha substituída pela retórica e uma erudição superficial em matéria de glótica». E acrescenta: «É um facto conhecidíssimo que as línguas se transformam; nunca se duvidou dele; não valia a pena insistir tanto numa noção elementaríssima.» A questão crucial era, em seu entender, investigar o modo como elas se transformam, e a que leis isso obedece.

Adolfo, tendo tecnicamente razão, parece não dar-se conta do que naquela doutrinação *oficial* havia de ousado. Se Latino insiste num ponto julgado óbvio, é que os seus interlocutores são outros que não Adolfo Coelho [10], um aliado objectivo. As concepções ali expostas podem mesmo considerar-se, agora, definitivamente adquiridas. E assim pode o obscuro autor de uns singelos *Esboços críticos* escrever em 1876: «A ideia decompõe-se, modifica-se, e a linguagem, que é o reflexo dela, acompanha-a. [...] O imobilismo na língua é um anacronismo, [...] é sempre fatal. [...] Condono, pois, a teima de alguns dos nossos escritores, e alguns de subido quilate, de nos darem bons modelos do estilo clássico, dos *quinhentistas*.»²² A batalha pelo reconhecimento do presente podia considerar-se, pois, ganha.

1.6. Medidas regeneradoras

Era de esperar que quantos, no decurso de decénios, disseram lamentar o presente descalabro da língua apontassem, também, remédios que permitissem superá-lo. Assim foi realmente. Já em 1834 o autor das *Lições elementares de eloquência nacional*, Freire de Carvalho, propunha que, a exemplo das «nações mais civilizadas», se estudasse «com séria aplicação os princípios filosóficos da gramática universal, e depois os da gramática do nosso próprio idioma»; que se cavasse «nas ricas minas dos nossos bons clássicos, particularmente os do século de Quinhentos» e o que de proveitoso se encontrou nos posteriores.²³ Num estudo de 1840, sublinhava a necessidade de se conhecer a origem, o desenvolvimento e a estrutura do idioma, visto fundar-se «na significação, propriedade e energia dos vocábulos» a capacidade da escrita de transmitir impressões da realidade.²⁴ Também Falcão traça um programa regenerador, que se lhe afigura de urgente aplicação. «A não tratar-se de remédio presentâneo e eficaz, o mal crescerá ao ponto de se desesperar inteiramente da sua cura.»²⁵ Por outro lado, afirma, só será viável uma restauração em que se empenhem quer as instituições (academias, sociedades literárias) quer os «bons engenhos». Visto ser o desconhecimento do idioma causa principal do estado de coisas, a primeira medida a tomar deverá ser o estudo do mesmo, centrado na «lição aturada e bem dirigida» dos nossos modelos, mas conjugado com o da gramática, já que este permitirá identificar nos clássicos as incorrecções. Não menos útil, por fim, considera Falcão o uso cuidado da língua, tanto por escrito como oralmente, por parte dos professores de todos os níveis.²⁶

Num importante trabalho de 1842 (no Cap. 3.1. será feito dele mais aprofundado exame), Castilho expõe um programa de restauração, assente naquilo que designa por «uma grande liberdade» e «uma grande sujeição». Advoga, assim, uma liberdade de criação, sobretudo vocabular, de que diz: «Corre ela por fora dos limites do necessário, derrama-se até aos confins do útil.»²⁷ Mas tal liberalidade («tão liberais somos», acentua, não sem sugestão) haverá, em última análise, de vergar-se a uma aceitabilidade, entendendo-se esta como coadunação à «nossa vernaculidade do dizer, do sentir e do pensar.» Trata-se, pois —

esclarece o publicista, numa terminologia técnica nele inabitual —, de uma «doutrina restritiva».

Não obstante uma apreciável unanimidade no apontar de rumos à acção regeneradora, a sua efectivação será decepcionante. A única proposta programática que se concretiza é a vulgarização dos clássicos mediante a edição moderna das suas obras (a este tema será dada no Cap. 6.3. ampla atenção). E mesmo aqui pode duvidar-se da pertinência da estratégia. Era, com efeito, corrente a convicção de que os textos clássicos funcionavam por virtude própria; isto é, que a leitura deles era, por si só, geradora de comportamentos linguísticos. Nunca, no período, se produzirá uma definição suficientemente operatória da *norma clássica*, quer com base na sua suposta sobrevivência popular quer graças a um exame sistemático do ‘corpus’ clássico. Para tanto faltava, obviamente, um instrumentário. Mas por aí mesmo se sublinha quanto, nesta ordem de ideias, o simples exprimir de intenções e o apelo a intuídas realidades conseguia contentar os espíritos.

1.7. O papel da crítica

Em 1840, Francisco Freire de Carvalho publica um *Breve ensaio sobre a crítica literária* [11]. É o primeiro trabalho (e, até aos ensaios de Luciano Cordeiro em 1868, o único sistemático) a debruçar-se sobre o tema. Aí é definida a crítica como «a arte que ensina a discernir o verdadeiro merecimento dos autores», o que, elucida Carvalho, constitui «uma verdadeira arte liberal». Durante a maior parte do seu estudo, demora-se o ensaísta em questões como o «engenho», o «gosto» e suas fontes de prazer, particularmente a «sublimidade» e a «beleza». São aduzidos exemplos portugueses, os mais recentes dos quais se referem a José Agostinho de Macedo.

Para o pedagogo António Cardoso Borges de Figueiredo (1792-1878), a crítica distingue o belo do defeituoso e pesa o mérito dos escritores. «Como ainda nos grandes mestres se topa com alguns defeitos, importa que à *história* se ajunte a *crítica*, ou a aplicação do bom gosto às diferentes produções do espírito.»²⁸ É uma concepção da crítica como ciência *exacta* que aponta virtudes e defeitos. Ela não aliciaria a toda a gente. Para alguns, ela constitui um estádio ultrapassado. Assim o julga Alexandre Herculano (1810-1877, ver a seu respeito Cap. 7.3.). Num artigo de 1839, no *Panorama*, acerca da edição das obras de Garrett, e lamentando não poder deter-se a avaliar-lhes a relevância, Herculano diz que em caso nenhum se teria entregado a um exame de defeitos. É para ele uma questão de princípio. Até nesse ponto, diz, a «revolução literária» foi completa. «Os antigos críticos alimentavam-se de podridão, e por isso o seu maior empenho era buscar erros e vícios nas produções do engenho. Hoje, a crítica, mais generosa, indaga formosuras e méritos para os revelar ao mundo.»²⁹

Comparável é a posição do crítico e historiador Luís Augusto Rebelo da Silva (1822-1871). Num estudo também sobre Garrett — estudo fundamental, que apreciaremos amiúde, e sobretudo no Cap. 7.2. — congratula-se o autor com a «regeneração» operada na crítica, que «não se espreguiça já, como o verme, roendo verso a verso, página a página as obras que avalia.»³⁰ Pelo contrário: remontando à esfera da inteligência, a crítica coetânea, no dizer de Rebelo, «eleva-se da anatomia do verso à fisiologia intelectual.» Está assim superada uma limitativa erudição («A little learning is a dang’rous thing», cita, de Pope); superada está também a autoridade de Aristóteles, esse «crítico filho da decadência grega, anatómico e não criador dos admiráveis poemas que analisa».

O real exercício da crítica no País provoca apreciações díspares. Costa e Silva, no *Ensaio biográfico-crítico*, é de opinião que Portugal é a única nação europeia em que a crítica literária é ainda inexistente.³¹ Em 1852, um autor de manuais, Delfim Maia, produz a respeito

dos críticos esta tirada que decerto se pretendia devastadora: «Parasitas da literatura, não podendo ter uma vida própria, procuram viver à sombra dos outros. Ignorantes das regras da arte, incapazes de sentir e avaliar o que é belo, arvoram-se atrevida e loucamente em juízes do que não entendem.»³² A apreciação do poeta Bulhão Pato (1829-1912) não é mais indulgente: «Os *malsins* da imprensa não deixam passar o mais leve *artefacto* sem miúda e escrupulosa análise; estes furiosos operadores andam sempre de escalpelo na mão.»³³ Em 1870, Pato negará simplesmente a existência de crítica entre nós. Segundo ele, faltam os «conselhos salubres», imperam a «lisonja» ou a «afronta gratuita e grosseira», há, por fim, a penúria na «indústria das letras».³⁴ Estes quatro factores são impedimento ao desenvolver-se de uma crítica. Outros, como o poeta e jornalista António de Serpa (1825-1900), consideram a crítica que em Portugal se exerce «de ordinário benévola e indulgente»³⁵, ou, como o publicista José Maria Andrade Ferreira (1823-1875), uma «crítica *amiga*», mas nem por isso menos injusta e prejudicial.³⁶ O dramaturgo Ernesto Biester (1829-1880) lamenta que os juízos negativos não se façam habitualmente acompanhar das razões que os ditam.³⁷

Latino Coelho mostra ter da actividade crítica uma concepção exigente. Lembrando que mesmo «os maiores autores têm sido criticados», sendo disso exemplo Vítor Hugo, garante que «a crítica é que faz as boas literaturas, e sobretudo a crítica sem considerações de ninguém.» E, servindo-se de um conhecido dito de Lopes de Mendonça, exprobra a crítica que «supre a análise com pontos de admiração.»³⁸

Também para Castilho a crítica «tem obrigação de ser severa, muito especialmente onde pressentir o gérmen de um verdadeiro talento.»³⁹ Já quanto ao efectivo ofício da crítica em Portugal, a sua apreciação é notoriamente amarga. Poderia falar-se até de uma radical relação conflituosa, tão primárias formas lhe toma a sátira. Assim, em 1854, objurga nos críticos um «gosto espartilhado, frisado, perfumado, pespontadinho, açucarado e mesureiro», desdenhador de tudo o que seja chão, modesto, português de lei.⁴⁰ Anos depois, em 1862, desejará que Tomás Ribeiro se veja poupado aos «comentadores fanáticos, praga de eunucos servis que pululam em roda de todos os máximos vultos poéticos.»⁴¹ Mais defensivo, em 1865, na Carta ao editor Pereira sobre o *Poema da Mocidade* de Pinheiro Chagas, prevê que «a crítica hostil» se vá entregar ao julgamento de minudências. E estende-se numa trabalhosa resposta por adiantado aos «esmerilhadores impertinentes de um ou outro descuido do nosso autor em meros pontinhos acidentais da forma.»⁴²

O jornalista e crítico José Duarte Ramalho Ortigão (1836-1915, ver a seu respeito Cap. 7.7.) tenta, em *Literatura de hoje*, opúsculo de 1866, uma ‘tipologia’ do labor crítico. Aí distingue: a crítica «de impressão», o pior género, mas o mais corrente; a crítica «de exame», que alumia as «belezas» e aponta as «discrepâncias»; por fim, a «de confronto», de análise do livro, «acareando-o cautelosamente com os seus predecessores e os seus pares.»⁴³

A ‘função’ que a crítica possa ter, exprime-a percuientemente um folhetinista portuense, A. [António Urbano?] Pereira de Castro, para quem a crítica é «a razão averiguando a origem do sentimento produzido pelas obras de arte, e revelando os meios por que o artista conseguiu causar a sensação estética do belo.»⁴⁴ E, no início da sua colaboração no *Distrito de Évora*, José Maria Eça de Queirós (1845-1900, ver a seu respeito Cap. 7.7.), dissertando sobre «Crítica de Literatura e de Arte», lembra quanto se exige da crítica que seja «justa, profunda, elevada», e que não se submeta «às predominâncias oficiais, à influência dos cenáculos, à religião dos grémios.» Perante a «eclosão» de ideias e de formas, ela há-de aplaudir, aconselhar, verberar.⁴⁵

Uma tentativa de ‘teoria’ da crítica, vamos encontrá-la nos estudos que o publicista Luciano Cordeiro (1844-1880) fez aparecer em 1868 em diversos periódicos e reuniu no seu *Livro de crítica*.⁴⁶ A crítica é, segundo ele, ciência ancilar da filosofia. Ela verifica, sintetiza, julga. Esta concepção, acentua Cordeiro, contradiz o conceito vulgar de crítica. Este redu-la a um processo «psíquico» e transforma automaticamente os seus cultores em «guardadores

louváveis dos *cânones* tradicionais, [...] eunucos inutilizados para a procriação intelectual». Esta caracterização de Cordeiro poderia visar António Feliciano de Castilho, por quem o crítico, notoriamente, não alimenta qualquer admiração. O epíteto despiedoso e, ao fim e ao cabo, algo excessivo de «árcade póstumo» (pág. 182), é provavelmente Luciano Cordeiro quem, por essa altura, o cunha [12].

[1] Em *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos* (Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 289), recorda Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, com o testemunho do próprio Castilho, ter subjazido ao propósito da tradução de autores romanos uma intenção menos ‘pedagógica’, a de um nostálgico «ressuscitar o passado através da poesia». Proponente de tal «missão literária» teria sido Francisca Possolo, que mantinha um salão literário na capital.

[2] Rio de Janeiro, Eduardo Laemmert, 1834, p. 247. O livro foi editado durante estadia no Brasil do autor, miguelista exilado. Carvalho, anote-se, não alimenta, em terreno doutrinal, preocupações de originalidade, informando-nos ter consultado, e mesmo extensamente copiado, Cícero, Blair, Soares Barbosa, Francisco José Freire e sobretudo Quintiliano (cf. p. VIII). Em 1845, Alfredo Vítor Pereira Nunes decalcará, por sua vez, as suas *Noções elementares de retórica* (Coimbra) sobre a obra de Carvalho.

[3] Cf. Prólogo, Saint-Germain Leduc, *O novo amigo dos meninos*, t. I, Lisboa, 1854, p. XXXI. Um eloquente anónimo da *Ilustração* de 1846 (será A. A. Teixeira de Vasconcelos? será J. M. da Costa e Silva?) produz estas reflexões, onde, com clareza jamais superada, se estabelece um paralelo entre o respeito do idioma, o da Pátria e o da moral: «Quem não se doerá de ver esta formosa língua portuguesa — tão pura e donosa língua — invadida e assolada por afectadas estrangeirices? (...) Não faremos citações, troaremos, porém, severamente contra o geral dessas publicações que lentamente minam e arruínam a língua e a moral. (...) Nem haverá amor às coisas da Pátria aí aonde não for prezada a língua que falavam nossos pais e em que se acha estampada a memória dos antigos feitos. Não faltarão ânimos indolentes que digam aqui, disfarçando a preguiça com a indiferença: «Que importam as palavras para o destino duma nação?» A palavra é tradução do pensamento. Quando este se desvaira, adoptando por seu o que lhe vem de longe, é então que as galas da nacional linguagem são preferidas [preteridas?] por arrebiques estrangeiros. Não terá, portanto, nacionalidade nas ideias, não a terá também no coração, quem na língua a não tiver.»

[4] «Abunda a língua portuguesa em variadas rimas, sem que precise usar delas, pois não há nenhuma em que saiam tão bem os versos soltos; pode à vontade do escritor empregar os artigos, ou prescindir deles; usar da inversão, ou seguir a ordem natural» (op. cit., pág. 23). São citados, em seguida, com pouco esclarecedor comentário, Francisco Rodrigues Lobo, João de Barros, Luís de Sousa e Bernardo de Brito.

[5] «Considerações sobre a língua portuguesa e seu estudo», loc. cit. Anteriores visões de conjunto tinham sido fornecidas por António das Neves Pereira e por Almeida Garrett. O primeiro havia, no seu «Ensaio crítico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se serviram os nossos bons escritores do século XV e XVI» (*Memórias de Literatura Portuguesa*, t. IV, 1793, 339-466 e t. V, 1793, 152-215), traçado uma história da língua. O mesmo fez Garrett no «Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa» (*Parnaso Lusitano*, Paris, Aillaud, 1826). Ver também Cap. 2.1-2., nota 25.

[6] Recorde-se que, da lírica medieval, a época quase só conhece a produção de D. Dinis e do que se denominava «alguns trovadores obscuros».

[7] A queixa à deficiência das traduções vem já de Filinto Elísio e do Almeida Garrett de *O Cronista*, de 1827. É uma queixa que há-de prolongar-se por grande parte do período. De salientar que os nomes dos prevaricadores raramente são referidos. Um dos que estavam nas mentes, e que esporadicamente se vê nomeado, é José Manuel Ribeiro Pereira, tradutor das *Aventuras de Telémaco* (Lisboa, 1780, com reedição em 1784), texto efectivamente eivado de galicismos, mas de grande popularidade.

[8] Prólogo, Lisboa, 1849, pp. XIV-XV. Sobre a actividade crítica de Lopes de Mendonça leia-se Fidelino de Figueiredo, *História da crítica literária em Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Clássica Editora, 1916, pp. 124-128. E também Jacinto do Prado Coelho, «Lopes de Mendonça», in João Gaspar Simões

(org.), *Perspectiva da literatura portuguesa do século XIX*, I, Lisboa, Ática, 1947, 253-255. E, sobretudo, M. Manuela Tavares Ribeiro, «Teorias e teses literárias de António Pedro Lopes de Mendonça», in *Revista de História das Ideias*, vol. 2, Coimbra, 1978-1979.

[9] *O prato de arroz-doce*, Porto, 1862 (cursivo nosso). Meses depois insiste: «Eu tenho dito e não me canso de repetir que os bons escritores do século décimo sexto usavam da linguagem do seu tempo, e que nesse discreto empenho os devemos imitar, usando da que mais geralmente é adoptada pelos contemporâneos autorizados» (Crónica de 24-X-1862, reproduzida in José Augusto Vieira de Castro, *Camilo Castelo Branco. Notícia da sua vida e obras*, 2ª ed., Porto, 1862).

[10] Em 1887, Latino assinará novo *Relatório* sobre a confecção do mesmo Dicionário. Aí terá ocasião de alterar, num sentido apontado por Adolfo, algumas das opções de 1870, mas manterá as concepções vitalistas do desenvolvimento das línguas, que Adolfo considerara «sem valor científico, puramente retóricas» (*O Relatório do Sr. Latino Coelho*, p. 9).

[11] Está integrado nas *Lições elementares de poética nacional, seguidas de um Breve ensaio sobre a crítica literária. Para uso da mocidade de ambos os hemisférios que fala o idioma português*, Lisboa, 1840. Em nota preliminar, informa o autor ser este estudo «um resumo da doutrina escrita sobre o mesmo assunto pela delicada pena de [Hugo] Blair, apenas com leves alterações e modificações». Para o nosso propósito, importa menos o grau de originalidade do ensaio que o tipo de doutrinação que, no contexto aqui em apreço, ele introduz. Já em 1834, nas *Lições elementares de eloquência nacional*, Carvalho recomendara instantaneamente o *Curso de retórica e de belas-lettras* de Blair.

[12] Não conseguimos localizar em *A Revolução de Setembro* de 1868-1869 o original do artigo onde a expressão inicialmente figuraria. Não é, igualmente, de excluir que tivesse sido outra a publicação que o inseriu. É nesse texto, todavia, quanto pudemos apurar, que a designação «árcade póstumo» teve a sua mais remota aparição.

O inventivo epíteto tem, equivocadamente, sido atribuído a outros autores. João Gaspar Simões imputou-o a Eça de Queirós (*Diário de Notícias* de 8-VIII-1968), E. Guerra da Cal a Antero de Quental (*Língua e estilo de Eça de Queirós*, 4ª ed., Coimbra, Almedina, 1981, p. 59), Álvaro Manuel Machado a Teófilo Braga (*Les Romantismes au Portugal*, Paris, 1986, p. 229).

De Antero, encontramos, em começos de 1865, uma velada referência a Castilho, que se vê contado entre os «modernos árcades». No fim desse ano, chama-lhe, agora abertamente, «o nosso árcade» (fornecemos as referências no Cap. 10.4). Em 1871, Teófilo englobava tacitamente Castilho num grupo de «neo-árcades» (ver *História do teatro Português*, t. IV, p. 120). A denominação «árcade póstumo», utilizou-a num texto de 1880, onde se lê: «O juízo acerca do mérito [de Castilho] resume em uma palavra, que se conservará como a fórmula definitiva da sua individualidade literária — era um árcade póstumo» (*História do Romantismo em Portugal*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1880, p. 491). Teófilo — podemos supô-lo — sublinha a pertinência de uma designação, que, concebida por Luciano Cordeiro, se teria tornado entretanto corrente.

Capítulo 2

A reflexão teórica

2.

Por inícios do período, experimenta-se fortemente um vácuo em matéria de doutrinação e pedagogia. As referências são ainda os autores de fins do século anterior e começos do corrente. Francisco Freire de Carvalho preenche parcialmente tal lacuna, mas o atraso nacional em investigação e ensino linguísticos e literários será assinalado ao longo de todo o período, não obstante os esforços desenvolvidos por Silvestre Ribeiro e Teófilo Braga.

Não admira, pois, que a indefinição de conceitos seja geral. Só lentamente as noções de «língua» e de «linguagem», de «língua» e de «literatura», se vão autonomizando e ganhando, desse modo, em nitidez. Na definição de «poesia», predomina longo tempo uma componente formalista, gradualmente relativizada pela intervenção 'idealista' do eixo Herculano-Mendonça-Antero. Mas uma caracterização distintiva de «poesia» e «prosa» fará sempre apelo a factores idiomáticos.

2.1. O vazio doutrinal

Em carta a António Feliciano de Castilho, de Abril de 1841, anuncia o investigador Heliodoro da Cunha Rivara (1807-1874) ter no prelo um inédito de Francisco José Freire (Cândido Lusitano, 1719-1773), doutrinador da Arcádia. «Meteu-se-me na cabeça fazer-lhe algumas notas e acrescentar-lhe uma introdução», escreve.¹ No ano seguinte, aparecida já a obra (*Reflexões sobre a língua portuguesa, escritas por Francisco José Freire, publicadas com algumas anotações pela Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis*), Rivara informa o correspondente de que não devem as Notas ser-lhe atribuídas indiscriminadamente, já que o editor a algumas refundiu e em outras fez acréscimos [1]. E, com efeito, os editores esclareciam, numa Advertência, advirem de Rivara «mui preciosas bases para as notas». Aqui atribuímos-lhas globalmente. De algumas, fundamentais, sabemos, por informação do próprio Rivara na segunda carta referida, terem saído à luz «intactas».

Nada tem de bizarro, por esta época, a publicação, com intenção pedagógica, de obra de um árcade. Os mestres que com mais frequência se cita e aduz como apoio são ainda os de finais de Setecentos. A grande sombra tutelar (como no Cap. 6.5. se mostrará) continua a ser Filinto. E são de destacar os ensaístas das *Memórias de Literatura Portuguesa*, em particular Francisco Dias Gomes², António Pereira de Figueiredo³ e, objecto de singular insistência, António das Neves Pereira [2]. De princípios do século XIX, citam-se, mas com raridade, José Agostinho de Macedo, António Ribeiro dos Santos e Francisco Manuel Trigoso, e apenas Francisco de São Luís⁴ gozará de persistente audiência.

A verdade é que, em inícios do nosso período, é sentido, nos domínios da linguagem e da literatura, um vazio doutrinal. Alexandre Herculano assevera, em 1834, que «a parte teórica da literatura há vinte anos que é entre nós quase nula.»⁵ Desejaria ele ver, pois, formado «um corpo de doutrina» que contivesse os moldes de uma futura poesia portuguesa e expressasse «juízos imparciais» sobre a produção das diferentes eras e escolas «em relação ao seu génio particular e à filosofia geral das letras.» Mais almejava o ensaísta a emergência de

«uma poética nova», que, junto com o abandono das antigas formas poéticas, trouxesse ao «génio» a possibilidade de «beber as suas inspirações num mundo de ideias mais análogas às dos nossos tempos.» Igual empenho deveria merecer a eloquência (como veremos, conceito redutor, equivalente de ‘prosa’), a fazer objecto de uma segunda parte de um «curso literário». E Herculano acrescentava não ser tanto o estudo da «forma» o que em tudo isso se teria em vista («que sapientíssimos retóricos, copiando-se uns aos outros, de sobejo explicaram»), como sobretudo a formulação de princípios do género oratório aplicáveis à situação concreta portuguesa. Expunha depois, circunstanciadamente, o conteúdo de um «curso de literatura», insistindo para que alguém se dispusesse a escrevê-lo.

No ano seguinte, voltará Herculano ao tema, vincando o que de prejudicial para a produção literária havia numa indefinição doutrinal. Advertia ele: «Se as opiniões estivessem determinadas, o mal ainda não seria tão grande; mas é num caos que nos vamos mergulhar, do qual nos tiraremos talvez muito depois das outras nações.»⁶ E relembra a necessidade de uma ‘filosofia’ da arte, sem a qual, diz, «as teorias formais ficam sem fundamento».

O apelo de Herculano estava, sem ele o saber, a ser ouvido. Nesse ano de 1834, o miguelista exilado Francisco Freire de Carvalho, já atrás referido, fazia editar, no Rio de Janeiro, umas *Lições elementares de eloquência nacional* (Rio de Janeiro, 1834). Era o primeiro volume dum planeado ‘Curso completo de princípios de Literatura nacional’, e pretendia fornecer «noções claras, exactas e adequadas aos usos actuais» da eloquência. Para tal, expõem-se as doutrinas de autores antigos, gregos e romanos, que «são principalmente os que devem ser estudados por todos quantos desejam fazer-se distintos como eloquentes.» Frequentá-los, a estes, só ficará bem a quem estiver encarregado de exprimir-se em público.

Poderia perguntar-se se era esta doutrinação declaradamente tradicional o que Herculano requeria. Facto é que, quando em 1840 sai segunda edição (esta, de Lisboa) das *Lições* de Carvalho, Herculano saúda o volume com um inequívoco entusiasmo, no *Panorama*⁷, e formula votos de que também, brevemente, se publiquem as anunciadas *Lições de poética* do mesmo autor, o que sucederá nesse mesmo ano.⁸ Na sua revista, escreve então Herculano: «Podemos agora afirmar que possuímos um curso elementar de Belas-Letras, ao par do estado actual dos conhecimentos humanos» (ib., 5, 1841, pág. 160). Que nem todos, todavia, compartilham na satisfação de Herculano mostram-no Joaquim José do Vale, que faz publicar uma *Arte poética* (Porto, 1842), e Bernardino Joaquim da Silva Carneiro, autor de uma *Poética para uso das escolas* (Coimbra, 1843), ambos se declarando insatisfeitos com as obras disponíveis no mercado. Nem um nem outro, porém, igualam as qualidades de exposição de Freire de Carvalho. Mesmo assim, é quase inconcebível que Herculano reconheça na obra deste último, profundamente confirmadora de pontos de vista e abordagens tradicionais, a «poética nova» que vinha augurando. Talvez ele se tenha rendido à incapacidade de produzir-se melhor entre nós.

Neste contexto, não pode deixar de estranhar-se o silêncio que envolveu duas obras que se diria dignas do maior interesse. Referimo-nos a *Teoria do discurso aplicada à língua portuguesa* de António Leite Ribeiro e a *O mentor da mocidade ou Cartas sobre educação* do já citado Manuel Borges Carneiro. Até certo ponto compreende-se esse silêncio. Não só nenhum deles era literato de profissão, como ambos eram já falecidos quando enceta o período que consideramos, quase nada mais tendo publicado no campo literário do que a obra referida. Ribeiro (1785-1829) fora professor de cadetes militares, e a primeira edição do seu livro aparecera em 1819. Em 1836, surgia uma «segunda edição correcta e emendada», apresentada num ante-rostro como «Elementos de Belas-Artes para uso da mocidade portuguesa». Carneiro, por seu lado, fora sobretudo jurista, sendo o citado livro editado, em 1844, a partir de apontamentos que deixara. O facto é que tanto a *Teoria do discurso* como *O mentor da mocidade* possuem qualidades pedagógicas — a transparência da exposição, o

judicioso das opções, a adequação dos exemplos, o estimulante dos raciocínios — que, no nosso período, só episodicamente viriam a ser superadas. Ribeiro, não aspirando, diz, ao aduzir de «verdades novas», conseguia expô-las com a nitidez de que o seguinte trecho dá exemplo:

A regra fundamental para bem se escrever, na qual se podem resolver todas as outras, é: *pôr em linguagem correcta, e na ordem mais clara e natural, as ideias que queremos transmitir*. E, na verdade, se nós pensássemos sempre claramente e fôssemos bem senhores da linguagem em que escrevemos, poucas regras nos bastariam; e conseqüentemente em nossa expressão haveria *propriedade, clareza, unidade, força e exactidão*. Podemos estar certos que, todas as vezes que nos exprimimos mal, há em geral alguma falta na maneira de conceber o objecto: frases embaraçadas, obscuras e sem força são quase sempre efeito de pensamentos embaraçados, obscuros e sem força.⁹

Quanto ao livro de Borges Carneiro, que havemos de citar a propósito de vários temas, ele vinha, segundo o editor, preencher uma lacuna: a de ensinar a escrever. O próprio autor referia a vantagem de uma linguagem correcta, de um estilo elegante, de uma escrita regular, acrescentando: «Aqueles que pensam que a matéria é tudo e a forma pouco ou nada enganam-se muito; pois em todas as coisas a forma ou feitiço é metade e às vezes mais.»¹⁰

As queixas ao défice científico nacional nos domínios da linguagem, que nunca de todo desaparecerão, hão-de conhecer uma nova premência, já quase atingido o outro extremo do período. Aí será o destemido Francisco Adolfo Coelho a sublinhar o atraso do País na investigação linguística, se comparado à Alemanha, à Inglaterra e à França. Em 1868, escreve: «Portugal está em filologia pouco mais ou menos no ponto em que essas nações estavam no começo deste século. [...] Os livros sobre a nossa língua ou em que dela se fala, que mais recentemente se têm escrito entre nós, fazem-nos pensar que há erro na data da sua impressão», supondo-se esta, diz, mais propriamente no século de Setecentos.¹¹ E destaca, neste particular, *O génio da língua portuguesa* de Evaristo Leoni, de 1858, obra que, por mais de uma vez, referiremos.

2.2. *Uma história da literatura*

A falta de «cursos de Belas-Letras», pretende Castilho colmatá-la com os seus *prefácios*.¹² Efectivamente, ao vácuo doutrinal corresponde o vácuo pedagógico. Há, em primeiro lugar, uma deficiência no ensino do idioma. Castilho assinala, em 1842, a falta de «escolas de língua» que permitissem que «desde o princípio nos criemos com o português.»¹³ Mas ainda em 1861 haveria o autor de manuais Delfim Maia (1829-1887) de queixar-se de, até data recente, a língua portuguesa quase não ser ensinada nos liceus. Como declara, «os alunos saíam das aulas sem ter lido nenhum ou quase nenhum dos clássicos, e das propriedades do nosso idioma, e dos preceitos mais simples da arte de escrever pouco ou nada sabiam.»¹⁴

Notória se fazia, também, a inexistência de uma ‘história da literatura portuguesa’. O incansável Francisco Freire de Carvalho havia produzido um *Primeiro ensaio sobre história literária de Portugal*, obra ideada, e talvez redigida, em 1814, mas revista e editada em 1845 [3]. O autor apresentava-a como «o primeiro escrito regular e metódico» sobre a matéria, e convidava «espíritos laboriosos e eruditos a empreenderem uma completa e bem trabalhada *História literária de Portugal*». Esse estudo erudito, denunciador de um imensamente lato conceito de ‘literatura’, detém-se, com efeito, em Filinto.

José Silvestre Ribeiro adopta, em 1849, uma metodologia ao mesmo tempo mais restritiva e mais sólida. Em estudos que até 1851 publica na *Revista Universal Lisbonense*,

procede à reunião de materiais para a elaboração de uma história da literatura. Trata-se, na realidade, de uma bibliografia demoradamente comentada dos «subsídios que possuímos para a História da Literatura Portuguesa» e dos «diversos trabalhos filológicos sobre a Língua Portuguesa.» Os artigos de Silvestre Ribeiro serão depois reunidos numa monografia, modestamente intitulada *Primeiros traços duma resenha da literatura portuguesa* (Lisboa, 1854). Na Introdução, o autor faz o rol de disciplinas que, a seu ver, importaria se ensinasse. São elas: a Crítica, a Gramática filosófica [entenda-se, universal], a Linguística, a Poesia, a Oratória, a História, a Moral, a História Literária. E acrescenta que, a serem tais disciplinas ministradas, nada deveria obstar a fazê-lo a nível de Faculdade. A obra, valiosíssima, deveria receber continuação num segundo tomo, que se ocuparia particularmente da Língua e da Crítica Literária. Silvestre não virá a publicá-lo.

É no terreno da pedagogia literária, também ela achada deficiente, que importa apreciar a já assinalada publicação póstuma das *Reflexões sobre a língua portuguesa* de Francisco José Freire, já na origem uma obra pedagógica, destinada a instruir «teoricamente aos escritores principiantes a usarem da nossa linguagem com a correcção e energia que lhe é devida» (pág. 1). Era uma tarefa, aos olhos do autor, nunca antes empreendida, e assim a verá ainda Heliodoro Rivara [4]. As Notas deste, afirmando-se um diálogo, aqui e além rectificador, com o livro de Freire, são pretexto para uma doutrinação hodierna. Mas, conjuntural, a reflexão de Rivara não compensará suficientemente as carências da obra do árcade.

Será o próprio Rivara a pôr em evidência a «Necessidade de uma história literária de Portugal», como intitula um estudo de 1848, onde denuncia «a negligência e insensibilidade dum povo sepultado num verdadeiro torpor intelectual.»¹⁵ Aí se sublinha a insuficiência do já vetusto «Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa» de Garrett (1799-1854, ver a seu respeito Cap. 7.2.) [5], assim como do *Primeiro ensaio* de Carvalho. Mas, a curto prazo, a gravidade do diagnóstico há-de manter-se. Em 1850, José Maria da Costa e Silva chamará a Portugal a única nação europeia «que não possui a história da sua literatura, nem mesmo da sua poesia»¹⁶, e José Maria de Andrade Ferreira dirá do *Ensaio* de Costa e Silva que ele «apenas lança os alicerces para tão vasta fábrica.»¹⁷

Em 1857, Rebelo da Silva traça um quadro sombrio da investigação literária em Portugal. A história da nossa literatura, declara, «apenas começa a tentar-se».¹⁸ A crítica literária contenta-se em «esboçar, em rápidos e fugitivos quadros, somente algumas das feições características dos séculos que nos precederam.» Deste modo, faltam aos escritores as referências («os subsídios») que lhes permitiriam um labor mais profícuo. Não se pode, porém, esperar que tais estudos se realizem enquanto forem «friamente recebidos e sempre desamparados de protecção» (pág. 59). Porque o facto é esse: «A curiosidade pública não os favorece; o ensino, por acanhado e incompleto, não os cita nem conhece.»

Em 1863 e 1864, Andrade Ferreira publicará uma história da literatura de feição pedagógica.¹⁹ Ela verá de novo a luz em 1875, como monografia, intitulando-se então *Curso de Literatura Portuguesa* (Lisboa, 1876). Numa introdução a este último, e reflectindo sobre a ‘necessidade’ da obra, o autor procede ao balanço de quase um século de estudos literários. Lembra as *Memórias* da Academia nas décadas finais de Setecentos; refere, formulando reservas, os *Ensaio*s de Freire de Carvalho e de Costa e Silva; sublinha o papel renovador de Teófilo Braga, cujos trabalhos não constituiriam ainda, todavia, «uma história total de literatura portuguesa». Da sua própria *história*, dirá que ela «dispõe os materiais para a realização desse intento.» Estranhamente, os *Primeiros traços* de José Silvestre Ribeiro, que se haviam proposto essa exacta tarefa de inventariar materiais, são esquecidos neste *tour d’horizon*. Ferreira, que vem a falecer em 1875, não levará o intento além do século de Quinhentos. Será Camilo Castelo Branco a encarregar-se da continuação do *Curso*, no ano seguinte.²⁰

É com a *História da literatura portuguesa* de Teófilo Braga (1843-1924, ver a seu respeito Cap. 7.6.) que um esforço de sistematização se inicia no domínio da história literária. De 1869 a 1872 dez volumes verão a luz.²¹ Trata-se de estudos de investigação, não de obra primariamente pedagógica. A severa crítica de que foram objecto — em particular da parte de Oliveira Martins, Antero de Quental e Pinheiro Chagas — movia-se, compreensivelmente, na ordem das questões de fundo. Importante para o nosso propósito é a afirmação, particularmente acutilante, que a portada da *Teoria da História* ostenta: «Na luta entre as tradições latinas e o génio das literaturas da Idade Média, a literatura portuguesa foi a que mais sacrificou o carácter nacional ao classicismo e a que mais perdeu da sua originalidade». A obra de Teófilo visa, mais do que tudo, demonstrar essa tese anti-clássica e apeladora ao «génio» nacional.²² (Os pontos de vista de Teófilo serão examinados disseminadamente no decurso da nossa exposição.)

Quanto à prática do ensino, as coisas não chegarão nunca a verdadeiramente satisfazer. Sobre o manual mais em uso no período, o *Bosquejo histórico* de Borges de Figueiredo, opinará em 1872 Adolfo Coelho: «O compêndio de história de literatura clássica e portuguesa adoptado na maioria dos nossos liceus é um documento de ignorância e estultícia.»²³ E o crítico lembra um demolidor comentário que dessa obra se fizera anos antes [6].

Porém, se é um facto terem a investigação e a pedagogia linguísticas e literárias sido (exceptuada a obra de Teófilo) deficientes na *sistematização*, já os conseguimentos parcelares foram frequentemente notáveis. Deles nos ocuparemos nos parágrafos seguintes.

2.3. Língua e linguagem

Em finais de 1836, Castilho prepara nova edição, a segunda, do poema *A Primavera* e, como é seu costume, sente-se na obrigação de assinalar e fundamentar algumas novas opções. Num prólogo (e, como já se disse, ele pretende-os peças pedagógicas), lembra a necessidade, basilar, de uma adequada gestão da língua. Esta é a «ferramenta», aí se tem os «instrumentos», que importa «ajuntar, conhecer, escolher e apontar». E cita — como farão numerosos autores no período — os versos de Boileau que dão como decisivo esse domínio do idioma: «Sans la langue, en un mot, l’auteur le plus divin / Est toujours, quoi qu’il fasse, un méchant écrivain» [7].

«Língua» não é, porém, sobretudo nas duas primeiras décadas do período, termo de frequente uso. E compreende-se. A atenção — longe de preocupações mais propriamente linguísticas de codificação ou de descrição — centra-se na «correção», na «pureza», qualidades menos do *sistema* que do *desempenho*. E é este que se tem em vista com a designação, bastante mais habitual, de «linguagem».

Uma demarcação dos dois conceitos — língua e linguagem — encontramos-a apenas, e ainda assim em exposição algo labiríntica, num texto do gramático José Inácio Roquete (1801-1870). Tudo leva a crer que Roquete concebe a língua como realidade ‘virtual’, de que a linguagem seria ‘realização’.²⁴

Esta acepção da «linguagem», que a faz coincidir com «elocução», ou mais latamente com *expressão* (em princípio, *escrita*), recebe no período larguíssimo uso. O primeiro a dela se ocupar é Freire de Carvalho, nas *Lições elementares de eloquência nacional*.²⁵ (Como já fizemos notar, e como mais detidamente veremos no § 6 deste capítulo, o termo «eloquência» não implica particular restrição. É com ele que, nesta primeira fase do período, frequentemente se designa a ‘prosa’). Segundo Carvalho, a «elocução» consiste na «escolha de vocábulos e sua colocação na oração, próprias a dar força e beleza aos pensamentos».

Distingue-a de «elocução gramatical», com que se designaria o simples verter de um conteúdo mental em palavras. Terreno exigente, esse da elocução, acrescenta Carvalho, já que pressupõe o perfeito conhecimento do idioma. Exigentíssimo, para mais, dada a riqueza de vocábulos e variedade em frases do português (cf. págs. 60-61).

Uma distinção entre língua e linguagem conserva-se em Castilho implícita. O terreno da *língua* abarcaria três sectores «essenciais»: o *vocabulário*, isto é, «os materiais com que se há-de edificar o discurso»; a *gramática*, que os agrega; e a «*retórica inicial*», que, pelas relações que estabelece entre os materiais, realça neles «ora a força, ora a graça, ora graça e força juntamente.»²⁶ O vocabulário é de carácter «progressivo», adaptável. A gramática, particularmente a sintaxe, pertencendo ao «génio da língua», é, por isso, de difícil violação. Já outro tanto não sucede à «retórica» (aqui coincidente com o que prefaciador denomina habitualmente «contextura», ver Cap. 3.4.), a qual, não obstante pertencer, também ela, ao «génio da língua», é justamente, e com grande facilidade, subvertível.

A *linguagem*, concebe-a Castilho como um capital («catedral») de que se entra, ou não, na posse. A ela se chega por contacto com realizações tidas como exemplares. «Para escrever português é indispensável ter lido e ler português», o que se faz nos autores clássicos, daí surgindo o desejo de imitá-los.²⁷ Na perspectiva de António Feliciano, a leitura dos clássicos tem por fito primordial a aprendizagem da linguagem e, com ela, da escrita. Tal como os seus *prefácios*, essa leitura tem como único e absorvente objectivo o formar jovens *escritores*.

2.4. Língua e literatura

A indefinida fronteira entre língua e literatura vê-se exemplarmente expressa no título e na epígrafe de um estudo anónimo da *Crónica Literária* de Coimbra, de 1840, que várias vezes haveremos de citar. Enquanto o título reza «Desejos de um *amigo da literatura* portuguesa», diz a epígrafe (dos *Poemas* de António Ferreira): «O Ferreira, dirão, *da língua amigo*» (cursivos nossos). No corpo do artigo, parte-se de uma coincidência material das duas noções.

Igual concepção transparece de um ensaio do mesmo periódico, que já apreciamos no Cap. 1²⁸, em que Agostinho Falcão expõe as fases de desenvolvimento do nosso idioma. Os momentos áureos ou os de decadência da língua, são-no igualmente da literatura. O estudo sério da «pura linguagem» dos clássicos deverá levar ao apreço a que a língua tem direito e conduzir, deste modo, a uma restauração. O próprio estudo da gramática, quer o dos «princípios da Gramática geral» quer o das gramáticas do idioma (Barros, Morais, Jerónimo Soares, entre outros) tem por fito, como também já anotámos, permitir «extremar nos clássicos o correcto do vicioso».

Por outro lado, as definições que se dá de «literatura» demonstram não raro um espectacular alargamento do conceito. É esse particularmente o caso dos compêndios. O campo de visão alarga-se até se abarcar com «Literatura» as Humanidades e nela se incluir, nalguns casos, as Ciências. «Literário» é, então, o que genericamente disser respeito à cultura [8]. Numa acepção mais popularizante, «literário» diz-se daquilo que se publica na imprensa não-política [9].

Por sua vez, o *Bosquejo histórico* de Borges de Figueiredo, ao determinar a «natureza da Literatura», propõe uma acepção lata e uma estrita:

A Literatura exprime pela linguagem, debaixo de formas diversas, os conceitos, sentimentos e paixões do espírito humano. Assim que, na sua acepção mais ampla, ela compreende todo o vasto campo das ciências e das letras, cujo domínio abraça toda a extensão do pensamento. A

literatura, porém, propriamente dita é distinta das ciências e da erudição, designando o corpo das *Humanidades e Belas-letras* e as produções do génio em cada uma.²⁹

Como exemplos de Humanidades dá Figueiredo a Lógica e a Gramática, dividindo em seguida as Belas-letras em Poesia, Eloquência e História. A quarta edição da obra, de 1868, com o título de *Sinopse do bosquejo histórico*, embora denote progressos no domínio da exposição das matérias, mantém igual doutrina. As *Lições de literatura* do pedagogo José Simões Dias (1844-1899) adoptam uma divisão semelhante.³⁰

José Silvestre Ribeiro, nos *Primeiros traços duma resenha da literatura portuguesa* (em que, recorde-se, colige artigos da *Revista Universal*, aí aparecidos sob o título, para o nosso caso significativo, de «A Literatura»), faz coincidir Literatura e Erudição, e aí inclui todas aquelas disciplinas que (como acima vimos) ele desejava fossem ensinadas: linguística, história literária, crítica, etc. Não é improvável que Ribeiro se valha aqui do rótulo de «Literatura» para a pretensão, já referida, de ver criada uma Faculdade de Letras. De facto, ao ter reunido sob aquela designação uma tão impressionante gama de disciplinas, o ensaísta permite-se este desafio: «Quem poderá dizer que a Literatura é menos vasta, menos filosófica, menos útil à humanidade, do que [as outras] Faculdades?»³¹

Um anónimo irá, na *Ilustração Luso-Brasileira* fazer um esforço de definir ‘literatura’, tendo manifestamente em vista produzir um *programa de Letras*.³² Intitulando-se «Literatura portuguesa. I. Da literatura em geral», abre o artigo pela genérica asserção: «A literatura em geral consiste nos estudos quer teóricos quer práticos que ensinam ou concorrem a formular, depurar e exprimir, por meio da linguagem articulada, falada ou escrita, em prosa ou em verso, os pensamentos, sentimentos e acções do ser humano». Em seguida, expõe, com certa profusão taxonómica, os «fins práticos e morais» da literatura, a que correspondem «graus» (isto é, tipos: ameno, didáctico, misto), por sua vez correlatados a «formas» (verso, prosa, «prosa poética»). De maior relevância é a divisão da literatura em «prática» e «teórica». Esta, que é o «complexo de conhecimentos abstractos que nos levam [aos] fins, graus e formas», investiga os princípios e fornece as regras. A literatura prática abrange todas as «produções literárias», bem como o seu estudo, apreciação e crítica.

Em sentido lato, a literatura teórica é, segundo o articulista anónimo, a expressão externa da «erudição». Numa acepção mais estrita, ela constitui uma «teoria das belas-letras», onde se incluem a estética, a retórica, a poética e a crítica literária, sendo neste sentido, sublinha o autor, «que mais comumente se emprega a palavra literatura.» Com efeito, acrescenta o anónimo, «é nas belas-letras que a beleza dos pensamentos, dos afectos, das acções e da linguagem com que os exprimimos [é] não só uma condição importante, mas essencial.» Todavia, insiste, é na acepção lata que o estatuto da literatura melhor se vê respeitado: «porque a literatura, em última análise, é a palavra, de viva voz ou por escrito, exprimindo com beleza os nossos pensamentos, afectos e acções; pela palavra exterioriza todas as concepções de que a alma é susceptível e se ostenta nesse campo das ciências e das letras, como a intérprete de todas; pela palavra e, como ela, é universal».

A natureza programática desta exposição torna-se de todo evidente quando se vê sublinhada a necessidade de, após o estudo da literatura teórica e prática, se passar «à prática da literatura», constituindo esta uma terceira e última fase de um «curso completo neste ramo.»

É necessário esperar até 1870 para encontrar formulada inequivocamente a distinção entre língua e literatura. Achemo-la em dois textos: o *Relatório* redigido por Latino Coelho (Lisboa, 1870), a que já nos referimos no Cap. 1, e o ensaio «Sobre a língua portuguesa» de Adolfo Coelho, incluído no *Grande Dicionário* de Domingos Vieira.³³ Trata-se de dois trabalhos cujos tempos de redacção tudo leva a crer tenham coincido.

O estudo de Adolfo Coelho mostra, nem sempre a propósito, uma postura anti-acadêmica, com que (por exemplo a pretexto de obras menores, como *O génio da língua portuguesa* de Francisco Evaristo Leoni) se crucifica «a ciência académica, laureada e oficial no estudo das questões da língua portuguesa». É uma expressão de rebeldia, que não por acaso faz explícita alusão ao «espírito novo», alegadamente rebelde também ele, que Teófilo Braga introduzira no estudo da história da literatura.

Ora (já o sublinhámos no Cap. 1.5., em que nos detivemos neste mesmo comentário de Adolfo), o *Relatório* de Latino dá mostras de um espírito não menos ‘novo’ no próprio seio da Academia. Ao presente propósito, importa a distinção que o académico opera, agora, entre «língua vulgar» e «língua literária», decidindo que os termos desta última, e só eles, deverão ser avalizados no Dicionário por citações de «autoridades clássicas». Dessa atestação poderiam ficar, portanto, isentas «as palavras do uso vulgar», que «formam o fundo popular da nossa linguagem» (pág. 18). A triagem — e isso é importante — parece ao redactor óbvia. Ela significa a emergência, inequívoca, de um âmbito linguístico *não literário* [10].

Não é outra a concepção de Adolfo Coelho, exposta todavia em contexto diferente. A oposição «linguagem literária»/linguagem popular permite, no seu caso, interpretar factos do âmbito da arcaização vocabular. Assim, termos que certa época deu como desusados mas hoje se revelam ainda correntes, terão sido temporariamente abandonados pela «linguagem literária», subsistindo entretanto «na boca do povo». E para que não restem dúvidas: «Em geral, os autores que dão uma palavra como arcaísmo consideram as cousas *sob o ponto de vista do uso literário*; mas o gramático não pode nisto, como no mais, formular regra à língua. O que ele hoje aprova, amanhã é condenado pelo uso, o que ele hoje supõe morto, amanhã reaparece vivo na linguagem» (cursivo nosso).

Um derradeiro testemunho: o de Andrade Ferreira no seu *Curso de literatura portuguesa*, de 1875, em que dedica um longo primeiro capítulo à língua. Sustenta ele: «*O idioma dum povo é sempre a base da sua literatura. Torna-se impossível separar os progressos da elaboração poética dos progressos da elaboração literária, e estes jamais se realizaram sem que o desenvolvimento da língua e seu aperfeiçoamento ministrassem forças ao desafogo do talento do escritor*» (Lisboa, 1875, pág. 9, cursivo nosso). Os dois âmbitos já, pois, não se confundem. Mas as suas relações são estreitas em extremo: o desenvolvimento do idioma é, radicalmente, *condição* do progresso da literatura.

2.5. Língua e poesia

Um forte nexos une, na opinião generalizada, a ‘língua’ e a ‘poesia’. Esta última constituiria, com efeito, poderoso agente de aperfeiçoamento do idioma. Como um anónimo escrevia no *Cosmorama Literário*: «A linguagem foi sempre das primeiras cousas a que mais se ressentiu da influência [da poesia]; como de instrumento que ela tinha de apurar e concertar, para ao depois se servir.»³⁴ Motivo, pois, considera Castilho, para se estudarem com particular atenção os poetas. É graças à poesia, afirma, que «as línguas verdadeiramente se formam e se alindam.»³⁵ É nela, também, que os idiomas manifestam, em grau máximo, as suas capacidades. Assim, é na poesia que, no entender de Costa e Silva, «a língua portuguesa desenvolve todos os seus recursos e alardeia as suas riquezas e a sua formosura.»³⁶ E Evaristo Leoni assevera que a grande agilidade de inversões de que o português dá prova é particularmente observável no verso, «que é realmente onde as línguas mostram o que são.»³⁷

Em 1852, o satírico António de Serpa caracterizou, num folhetim, os quatro tipos em que, no seu entender, se agrupavam os poetas seus contemporâneos.³⁸ *Tipo 1*: o «rimador», parodiador do «homem de génio», e de que se conhecera, nos últimos quinze anos, três «fases»: a da «musa cavaleirosa», para que *A Noite do Castelo* fornecera um protótipo (Serpa

tem o cuidado de, de passagem, exaltar Castilho, a quem não responsabiliza pela produção de epígonos); a fase da «elegia fúnebre e plangente»; e a fase actual, em que cada poema é «uma enfiada de sons mais ou menos harmónicos», e em que o título e o assunto se tornaram «coisas perfeitamente indiferentes.» *Tipo 2*: o «poeta de inspiração», em quem «a ignorância supina e absoluta é a primeira qualidade», sendo-lhe a gramática e outros úteis saberes «bagatelas prosaicas». *Tipo 3*: o «poeta vítima», mais modesto mas não menos ignorante. *Tipo 4*: o «poeta fóssil», que maniacamente evita o termo trivial, que não dirá clarim, mas «bronze belicoso», chamará à espingarda «tubo mortífero» e a um espelho «vidro reflectidor».

No apogeu do folhetinismo, podiam tratar-se assim as coisas sérias. Bem mais sóbria tinha sido, e ainda era, a linguagem dos manuais. Freire de Carvalho, nas *Lições de Poética*, ensinava ser fundamental para a poesia «que o poeta, animado de sublimes ou sequer de nobres e delicados pensamentos, [...] os exprima em linguagem pura, correcta, culta, animada, melodiosa e que não desdiga da excelência dos conceitos que por ela devem ser significados» (Lisboa, 1840, pág. 28). Um manual coevo esclarecia: «A essência [da poesia] está na energia do pensamento e na nobreza do estilo.»³⁹

Uma coisa parecia, pois, certa: a poesia era, fundamentalmente, uma questão de *língua*. A decadência a que, na opinião de Castilho em 1835, chegara a poesia portuguesa apresentava este aspecto surpreendente: ela dava-se num país «onde se fala tão formosa língua e tão sonora como esta portuguesa, tão fluente, tão matizada de figuras, [...] tão flexível para todos os usos.»⁴⁰ Ora, de tais possibilidades deveria o poeta saber tirar proveito. Elas condicionam a «elocução», e é nesta que reside, segundo o esteta, «o máximo ponto onde bate a verdadeira poesia» (cursivo nosso). Mais tarde, e afirmando ser ‘poesia’ uma «qualificação vaga», insiste em que é a sua forma exterior — a linguagem, o estilo, a metrificacão — o que sobretudo deve ocupar o poeta.⁴¹ Também Latino Coelho sublinhará as exigências que a poesia põe. «Para ser poeta [...] é indispensável a correcção do estilo, a propriedade e compostura das imagens, a formosura da dicção, o apropriado do verso, o expressivo e variado da rima e a rigorosa obediência aos preceitos da gramática.»⁴²

Esta proeminência dos caracteres formais está longe, porém, de aliciar a um certo número de autores. Entre eles contam-se Alexandre Herculano, Lopes de Mendonça e Antero de Quental. Escreve Herculano: «Não se creia poeta o que dispõe num livro alguns centenares de imagens triviais em versos melodiosos e com uma pura dicção.» E recorda que os tiranos «costumam ter servos que lhes roubem aos remorsos suas horas solitárias, e esse desgraçado foi, porventura, apenas um menestrel parasito [sic].»⁴³ Bem outro é o papel dos poetas. «Depositários de uma herança de virtude», cabe-lhes perpetuar os princípios morais, as «ideias santas». Neste contexto, exigências formais detêm um estatuto secundaríssimo.

Não menos incisivamente denuncia Lopes de Mendonça, em 1849, o privilegiamento do âmbito formal. A confrontação com António Feliciano, que no citado trecho de Herculano parece evidente mas se mantém implícita, torna-se aqui clara. Chamando à ‘forma’ «um dos escolhos da poesia moderna», adverte que o poeta Castilho «cuidadosamente exagerou» nessa matéria. E junta: «A forma é às vezes um túmulo magnífico, mas a morte habita dentro dele.»⁴⁴ Noutra ocasião, sintetizará: «Para nós, a lei soberana da poesia é o desenvolvimento de um pensamento» (ib., 21-X-1848). E em 1858, censurará em Agostinho de Macedo o «metrificar palavras, sem pensamentos nem imagens, a essencial condição da poesia.»⁴⁵ É uma posição que no ensaísta Antero de Quental (1841-1891, ver a seu respeito Cap. 7.6.), já o anotaremos, encontrará continuidade.

Estamos, todavia, a simplificar um tanto o campo de visão. O próprio Castilho não é insensível a concepções idealistas. Pode mesmo asseverar-se que ele, em momentos menos vigiados, se aproxima do eixo Herculano-Mendonça-Antero. Num estudo fundamental, de começos de 1852, acentuará: «A poesia nunca nos arrebatava tanto como quando, pondo o ouvido sobre o coração do homem, lhe escuta com atenção todas as palpitações frenéticas e

atribuladas, para depois as traduzir em sua linguagem divinamente excepcional.»⁴⁶ E também um texto de 1863, contemporâneo do ensaio sobre *D. Jaime*, é esclarecedor: «A poesia, na sua acepção ampla e verdadeira, é o antever de muito longe, o ousar denodado, o cravar olhos no sol do ideal sem trepidar, e ver no homem, tão claramente como o corpo que pede pão e vestido, um espírito que exige luz, um coração que só de amores se alimenta» [11].

A confrontação com o Castilho formalista conduzirá Antero à condenação, por vezes primária, de preocupações «poéticas». «Poetas, sombras de outros poetas, há muitos: poetas de frases, de imagens estudadas, de regras de arte longamente meditadas, mas frios e vãos como as suas palavras ocas e retumbantes, há-os sem conto.»⁴⁷ Na Nota «Sobre a missão revolucionária da poesia», Antero vincará: «A poesia que quiser corresponder ao sentir mais fundo do seu tempo, hoje, tem forçosamente de ser uma poesia revolucionária. Que importa que a palavra não pareça *poética* às vestais literárias do culto da *arte pela arte*?»⁴⁸ Castilho pôde, compreensivelmente, reconhecer-se nestes cenários [12]. Na carta a Castilho *Bom senso e bom gosto*, agora já em campo aberto, Antero faz a denúncia dos poetas que «adoram a *palavra* que ilude o vulgo e desprezam a *ideia*, que custa muito e nada luz. São apóstolos do dicionário e têm por evangelho um tratado de metrificação» (Coimbra, 1865, pág. 9).

Compreende-se, pois, que Antero chegue ao ponto de louvar a quantos, como o poeta Manuel da Portela, dispensam preocupações formalistas. «Originalidade de assuntos, rigorosa proporção de ideias, lógica de sentimentos e imagens, harmonia de verso, novidade de frase — disto se esqueceu muita vez o nosso cantor» [13]. Mas, exposto isto, o crítico recua, reconhecendo que «a poesia hoje não pode contentar-se com o ingénuo e descuidoso descante do *trovador*. É quase já uma ciência [...]. Quando estas cousas íntimas se escrevem, têm obrigação de serem cousas literárias». A contradição contida nestas posições [14], resolve-a Antero demitindo Portela de um estatuto literário: «Fora do ponto de vista literário, adquire-se uma liberdade inesperada».

No fim do período, as opções formalistas encontram cada vez menos audiência. Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895, ver a seu respeito Cap. 7.5.), medíocre poeta mas notável crítico, diz, num ensaio de 1868, detectar na poesia hodierna uma «singularidade» que ele não elogiaria, observável em Guerra Junqueiro ou em Guilherme de Azevedo: a de um «culto da palavra», de um «sensualismo da frase».⁴⁹ E Latino Coelho chama artificiosa e falsíssima à poesia que «pretende suprir com o mosaico das palavras, [...] com o primoroso da locução» o que lhe falta em sentimento, convicção e fantasia.⁵⁰ Neste contexto se coloca o desapiedado comentário de Ramalho Ortigão, nas *Farpas*, a um poema de Cesário Verde, que o crítico diz exemplo acabado da «língua da decadência literária», bebida em Baudelaire, ornada com as «fosforescências do charco», com as «cintilações do estilo negro». Era, declara, uma receita de escola, que levava a uma falsidade na linguagem poética [15].

2.6. Língua e prosa

Se *poesia* era, mesmo quando noção «vaga», sinónimo de beleza, *prosa* recebe bem menos favor. A frequentemente alegada falta de brilhantismo da contemporaneidade inspira títulos como *Anos de prosa* (Camilo Castelo Branco) ou «Uma aventura romântica em época de prosa» (Bulhão Pato). Em 1836, Castilho escrevia: «É a poesia a mais bela expressão do homem. [...] Assaz vai o mundo apoucado de prosa e baixeza.» E Chagas, no *Poema da Mocidade*, supõe a leitora ansiosa por saber como se descreve «um Artur em época de prosa». Há, mesmo, uma curiosa acepção etária para o termo. Na Advertência a *Flores sem fruto*, Garrett declarava: «Sinto as picadas das más paixões e dos acres sentimentos da baixeza humana avisarem-me que está comigo a idade da prosa.» E Bulhão Pato, de novo, vê poetas deporem a harpa uma vez chegados a essa «idade da prosa». Lopes de Mendonça está isolado

quando se faz, em 1848, advogado desse género de escrita. «A prosa, coitadinha! à parte brilhantíssimas excepções, anda perplexa entre o sublime e o ridículo», poucos sendo os autores a merecerem, a seu ver, o nome «glorioso» de prosadores.

A dificuldade de percepção da realidade ‘prosa’ é visível na profusão terminológica que rodeia o conjunto da produção não poética. Passemos em revista alguns casos mais explícitos.

Assim, Herculano conhece (já o vimos) dois âmbitos globais: o da Poesia e o da Eloquência. Falcão chama ao João de Barros historiador «o mais perfeito exemplar da eloquência portuguesa».⁵¹ Castilho, falando de poetas e prosadores, contrapõe poesia ora a «eloquência» ora a «literatura».⁵² Figueiredo classifica as matérias do seu *Bosquejo histórico da literatura* em Poesia, Eloquência e Historiografia (Coimbra, 1844, pág. 6). Alfredo Nunes tem em mente, ao determinar a validade do «estilo oratório», todo o terreno da prosa.⁵³ Garrett refere na Introdução ao *Romanceiro*: «A poesia e a literatura portuguesa precisavam retemperadas nos princípios do século passado.» E esclarece que a Arcádia restaurou «a língua e a poesia — a prosa não.»⁵⁴ Já para o fim do período, quando o termo prosa manifestamente se generalizou, ainda autores mais conservadores, como António José Viale, faccionam o terreno da literatura em «poesia» e «eloquência», ou, como Caldas Aulete, subdividem uma *Selecta* em Literatura, Oratória e Poesia [16].

Podemos concluir que, em termos globais, o que se diz valer para a ‘eloquência’ vale para a ‘prosa’. Nisto é particularmente claro Freire de Carvalho. Ao redigir as *Lições de Eloquência*, tem em mente todo e qualquer discurso escrito ou proferido. Os ensinamentos expostos, adverte, valendo particularmente para os discursos tribunícios ou religiosos, do foro ou do púlpito, não são menos de aplicação «a todo e qualquer discurso feito de viva voz ou por escrito, ainda mesmo às conversações particulares e cartas familiares.»⁵⁵ O âmbito da Eloquência coincide, assim, genericamente com aquele que a produção estritamente poética deixa livre. Os exemplos fornecidos (que se tornarão mais extensos a partir da 2ª ed., de 1840) vão de cartas a troços de diálogo, recorrendo-se igualmente às ‘falas’ de *Os Lusíadas* e, em menor escala, de *O Hissope*.

Um curioso, e tardio, estudo sobre a eloquência surge em 1873, e é obra do publicista João Félix Pereira (1822-1885). Chama-se *Pecúlio do orador português, ou colecção de frases portuguesas acomodadas a todos os géneros de discursos oratórios*, e mereceu uma atenção algo irónica de Ramalho Ortigão. Abre o livro por uma exposição circunstanciada dos preceitos atinentes a cada género de eloquência. Assim, e cingindo-nos ao que pertence ao estilo, a ‘eloquência da tribuna’ requer do orador que seja sempre claro, e muitas vezes conciso e enérgico. Todos os tropos e figuras, «que são a linguagem natural das paixões», têm aqui campo aberto. De tal modo que até certa incorrecção ou ousadia são permitidas. Também na ‘eloquência do púlpito’ a clareza é exigência maior, mas aqui são de prezar a simplicidade, a fuga a «palavras desusadas, pomposas», o que não obsta a que o estilo mostre «dignidade e valentia».

Tão equilibrados preâmbulos não fariam esperar que a longuíssima exemplificação (mais de quatro centenas de páginas) constituísse o desenrolar dos mais estafados clichés oratórios, onde só de longe em longe a criatividade irrompe [17]. Com razão Ramalho diz que nesse volume, nesse «cérebro suplementar» à disposição dos oradores, se acha «tudo quanto a arte tão característica de encher o tempo e o espaço a botar palavras criou em Portugal nestes últimos trinta anos retóricos, parlamentares de inandade e de impotência», constituindo ele «o legítimo codicilo de uma sociedade caída no imbecil pela monomania [*sic*] oratória.»⁵⁶

A ‘defesa’ da prosa ocupa alguns autores. Para Rivara não há motivo de se discriminarem as palavras em «poéticas» e «prosaicas», «como se não houvesse prosa grave, sublime e também harmoniosa.»⁵⁷ ‘Prosaico’ apresenta aqui um valor técnico, como noutros casos acontece⁵⁸, mas a acepção depreciativa, que também tinha curso, está implícita na

observação de Rivara. Castilho lembra que também a prosa pode ter «número e ritmo». É, para ele, uma questão de sensibilidade: «Assim como há talentos que nunca acertaram a fazer um bom verso, assim os há que, dizendo tudo correcta e claramente em prosa, nunca jamais lograram afiná-la, nem conhecer se desentoa.»⁵⁹ Considera, também, o exercício da poesia útil para quem quiser «escrever a prosa nacional com muito mais graça e afinação».

Um facto parece evidente: não se consegue caracterizar a prosa sem uma referência à poesia. Exemplo extremo é o de Figueiredo, que, ao pretender, num dos seus manuais, definir um «carácter» à prosa, se limita a afirmar que ela *não tem* «a rigorosa harmonia do verso» [18].

Que haverá, então, de *próprio* à prosa? Opina um anónimo: o nela prevalecer o raciocínio, o desenvolver-se ela sem preceitos rigorosos.⁶⁰ É evidentemente uma caracterização precária. Uma mais exacta caracterização da prosa, ainda que irremediavelmente pela negativa, encontramos-na no *Manual de estilo* de Delfim Maia, onde se diz que o «estilo poético» se distingue do da prosa «pelo uso exclusivo de certas palavras, pela exclusão de outras, pelo atrevimento na inovação e reprodução de palavras, pelo arrojo nas transposições.»⁶¹ Assim, são ‘poéticos’ vocábulos como *bonina, corcel, himeneu, nauta, flamígero* ou *altíssimo*, que pareceriam «afectados» na prosa, rejeitando a poesia, por sua vez, termos como *portanto, por isso, por conseguinte*. Um outro autor de manual, o crítico José Simões Dias (1844-1899) ‘professor de Oratória, Poética e Literatura’, dirá que o «estilo prosaico» emprega «toda a casta de palavras, uma vez que estejam autorizadas», é menos ornado, é mais analítico, enquanto que o «estilo poético» se utiliza «só de algumas a jeito do poeta», e que suporta mais ornamento e mais síntese.⁶²

Em contrapartida, Teófilo Braga, numa página de acutilância rara na sua pena, enaltece a «prosa franca da Relação» que observa no *Naufrágio de Sepúlveda*, onde a língua portuguesa escrita «pela primeira vez se aproximou da espontaneidade da expressão oral.» E prossegue nestes termos: «Parece que as palavras se animam, da mesma forma que o acento natural mostra a correcção morta de uma pronúncia unicamente gramatical.»⁶³ Noutra obra, diz Teófilo considerar a *História Trágico-Marítima* «o livro da prosa mais bela e verdadeira que há na língua portuguesa.»⁶⁴

2.7. Poesia e prosa: a difícil demarcação

Num comentário preliminar à sua peça teatral *Os dois renegados*, de 1839, José da Silva Mendes Leal (1818-1886) defendia-se de quem pudesse criticar-lhe tê-la feito em prosa. «Não carecemos, no século em que a mão de Deus nos colocou, de argumentos para provar que a poesia não consiste no verso. [...] A prosa é pois susceptível de sublimidades, de magnificências, de poesia» (Lisboa, 1839, pág. VIII). Idêntica necessidade de justificação sentirá, alguns anos mais tarde, Almeida Garrett, ao introduzir *Frei Luís de Sousa*: «O que escrevi em prosa pudera escrevê-lo em verso; e o nosso verso solto está provado que é dócil e ingénio bastante para dar todos os efeitos de arte sem quebrar na natureza.» Além do mais, acrescenta, seria ridículo «fazer falar por versos meus o mais perfeito prosador da língua.»⁶⁵

Freire de Carvalho lembra que «há uma espécie de prosa tão cadenciada, tão regular e de tão remontado estilo, que muito se avizinha da medida do verso.»⁶⁶ A demarcação é, nesses casos, declara, extremamente frágil. Pena é que o autor se limite, neste particular, a exemplos não nacionais. Mas pode supor-se que, em matéria tão contingente, prefira não desafiar as sensibilidades. Esse receio não parece, em 1866, perturbar Rui de Porto-Carrero (autor sobre quem pouco se tem apurado), que considera Herculano «poeta mesmo escrevendo prosa.»⁶⁷ E de Camilo Castelo Branco diz ele que há um poeta modestamente oculto nas linhas da prosa. Com efeito, afirma, «há prosa tão elegante, dum pensamento tão

elevado e ornado de estilo sublime e vigoroso, que fica muito superior» a muitos poemas. A essa expressão a meio caminho entre o verso e a prosa chamam diversos autores «prosa poética».

Castilho, num vezo simplista muito seu, declara, em 1838: «Já hoje em dia me está parecendo não haver essa diferença da poesia à prosa». Segundo ele, a Eloquência e a Poética «juntaram em comum os seus haveres; e fizeram mais, que se transubstanciaram uma na outra». E refere que a poesia «já consente em sua linguagem as pequenezas, os plebeísmos, a ínfima conversa.»⁶⁸ Na «Carta ao Editor» de 1865 apontará como exemplos de «poemas» alguns romances de Camilo e de Mendes Leal e a *Abóbada* e o *Eurico* de Herculano.⁶⁹ Mas a consistência destas apreciações é diminuta. Em 1845 escrevia já: «Numerosíssima é a mocidade que hoje faz versos em Portugal. [...] Mais seria, se uma prosa, híbrida de prosa e verso, muito mais fácil de fazer porque já de si está feita e basta pegar-lhe, não tivesse contaminado e desvairado a muitos.»⁷⁰ Sob a censura geral, percebe-se um eco da sua crítica, produzida poucos meses antes, exactamente ao *Eurico*, que tem como bom livro mas mau exemplo.⁷¹ (A esta apreciação voltaremos no Cap. 7.3.).

O poeta João de Deus (1830-1896) defende, sobre essa problemática, um ponto de vista inopinado mas transparente, ao sustentar que «o bom verso é a óptima prosa». De um poema rimado seu acentua estar ele «em prosa», dado que «é assim que a gente fala». E explica: «O verdadeiro verso rimado é o que respeita profundamente o tesouro público da língua nos seus elementos e combinações estabelecidas; [...] fala como se costuma falar; diz o que se deve dizer; e *sem a mais pequena diferença da linguagem usual, a sua expressão é compassada e harmoniosa.*»⁷² Rotundamente negando qualquer estatuto a uma Poética, dirá mais tarde: «O bom verso parece prosa. Por isso não há versos poéticos nem sintaxes poéticas» [19].

A opinião de Simões Dias coincide, à primeira vista, com a de João de Deus. Considera, com efeito, o pedagogo que «a palavra simples mas característica é mais poética do que a metáfora, as comparações, etc.»⁷³ Era a apologia da «palavra simples» o que levava João de Deus a negar uma especificidade à linguagem da poesia. Mas Dias considera, pelo contrário, que é ao nível da palavra que importa extremar a «dicção poética» da «dicção prosaica» (ib.). Enquanto que esta tem por diferenciador a clareza e a precisão, a «dicção poética» necessita de «roupagens em tudo condignas da excelência do corpo poético». Que faz pois o poeta? Foge do comum e do trivial, escolhe as palavras mais nobres e harmoniosas, dispõe-nas de modo a que «o jogo artificial dos vocábulos e dos termos» traduza o movimento do espírito, e atenta, por fim, em que a duração do período reflecta «a flutuação do pensamento ou da ideia». Mas mesmo isso não basta ainda. As palavras deverão, em seguida, ser dispostas em verso, «de forma que reproduzam com fidelidade e harmonia o tipo ideal como foi concebido na imaginação do poeta».

É um ideário estático, restritivo, quando não contraditório [20], nos antípodas de concepções que, se por vezes revestem certa simpleza, não vivem menos de alguns paradoxos fecundos. Ramalho Ortigão exprimira-o assim: «Antes a poesia sem o verso do que o verso sem a poesia.»⁷⁴ E o publicista J. Ribeiro Guimarães, num texto que dedica ao prosador Manuel Bernardes no *Sumário de vária história*, afirma, sucinto, que esse escritor era «poeta», e que só isso lhe permitira ser bom prosador.⁷⁵

Em jeito de teste definitivo, o estudante eclesiástico Frederico Laranjo propunha: «Um poema traduz-se para prosa, perdendo alguma coisa do seu encanto, nada porém da sua poesia; mesmo a contraprova dum poema é a sua tradução fiel e precisa em prosa: se a beleza se esvai, no poema havia só forma.»⁷⁶ Semelhante é o ponto de vista que o filólogo Augusto Soromenho (1834-1878) expõe na sua «Conferência do Casino», quando afirmava: «Se a qualquer das poesias modernas portuguesas substituírem as rimas por palavras que não rimem, mas que tenham igual significado, não encontram uma só ideia nem senso comum nos

versos.» O poeta Soares de Passos seguia, na opinião de Soromenho, caminho mais seguro: «Delineava o pensamento em prosa, corrigia-o, aperfeiçoava-o, e depois vazava-o no verso.»⁷⁷ Isto não clarificava grandemente as relações da prosa com a poesia, mas conseguia acalmar algumas perplexidades.

[1] Acerca desta e de outra associação, Teófilo Braga produz este, muito seu, comentário: «Fundou-se em 1836 a *Sociedade dos Amigos das Letras*, e em 1837 a *Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*; tinham ambas em vista fazer ressurgir o espírito nacional. procuraram realizar este nobre pensamento por meios artificiais, propagando a monomania dos livros portugueses do século XVI e XVII, a que deram o nome de clássicos; estabeleceram um purismo afectado na língua, renovaram arcaísmos e bravejaram contra a corrente dos galicismos» (*História do Romantismo em Portugal*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1880, p. 103). O livro de Freire conhecerá segunda edição em 1863.

[2] *Mecânica das palavras em ordem à harmonia do discurso eloquente*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1787; «Ensaio crítico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se serviram os nossos bons escritores do século XV e XVI», in *Memórias*, t. IV-V, 1793; «Ensaio sobre a filologia portuguesa por meio do exame e comparação da locução e estilo dos nossos mais insignes poetas que floresceram no século XVI», ib., t. V, 1793.

Deste ensaio de Neves Pereira, diz Falcão nenhum outro poder citar «de maior proveito e de tão apurada crítica» («Consideração sobre a língua portuguesa e seu estudo», *Crónica Literária*, 1, 1840, 376). José Silvestre Ribeiro chama-lhe «precioso trabalho, cuja leitura não podemos recomendar assaz» («A literatura. XII», in *R.U.L.*, 10, 1850-1851, 345). A. P. Lopes de Mendonça considera Francisco Dias Gomes «sumamente recomendável como crítico» e enaltece os trabalhos de Pereira de Figueiredo (cf. *A Pátria*, 16-1 e 17-II-1856).

[3] Um comentador anónimo em *A Aurora* formula, a par de elogios, algumas censuras à obra, mormente a de silenciar a questão da «origem da língua», e a de destacar autores sem mérito, deixando esquecidos outros que o tinham (cf. «Apontamentos para a história literária de Portugal», in *A Aurora*, 2, 1846, 48-49).

[4] Castilho haveria de considerar único mérito do livro as «sólidas e magistras reflexões» de Rivara. De Freire, dirá que foi um «erudito» a quem faltou «gosto e sagacidade filosófica para crítico» («Notícia da vida e obras do Padre Manuel Bernardes», *Livraria Clássica Portuguesa*, t. VII, Lisboa, 1845, p. 96). Por sua parte, Silvestre Ribeiro achará o livro «de bastante utilidade, depois das rectificações e correcções das eruditas notas» (*Primeiros traços duma resenha da literatura portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853, p. 316). Rebelo da Silva corrobora, acrescentando que não obstante o «profundo conhecimento e lúcida apreciação» de que Rivara dá prova, «não cabia nas suas posses, nem nas de ninguém, curar o mal pela raiz» («Prosadores portugueses. O Padre Manuel Bernardes», in *O Panorama*, 11, 1854, 355). Herculano, sem aludir a Rivara, limita-se a apontar que «as notas ampliam e esclarecem o original» (recensão, in *O Panorama*, 6, 1842, 264).

[5] Foi incluído em *Parnaso Lusitano* (Paris, 1826). Seria reeditado em 1867, em *O retrato de Vénus e Estudos de história literária* (Porto, Viúva Moré Editora). Dele diz Teófilo Braga (em *Garrett e os dramas românticos*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1871, p. 154) que trata os assuntos «a uma altura que o espírito crítico português nunca atingira», mas que «hoje este trabalho está destituído de merecimento, porque não tem profundidade.» Gomes de Amorim, nas *Memórias biográficas* de Garrett (I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. 389) informa que o autor pretendia ampliar o ensaio. Mas, ajunta, «nada ainda se escreveu depois sobre o mesmo assunto que anulasse a sua importância.» Facto é que, durante o período, as referências ao «Bosquejo» são escassíssimas. Ele não é citado nem por Rebelo da Silva no longo ensaio sobre Garrett na *Época* (que amiúde vamos referir) nem por Freire de Carvalho no *Primeiro ensaio*. Há dele apenas um curto excerto, sem indicação de origem, num dos artigos de Silvestre Ribeiro reunidos em *Primeiros traços* e um excerto mais longo em *Manuel Maria du Bocage* de José Feliciano de Castilho (III, 1867).

Sobre o «Bosquejo», ler-se-á com vantagem Miranda de Andrade, «Um ensaio de Garrett sobre a poesia portuguesa», in *Ocidente*, 70, 1966, 4-14.

[6] Trata-se de *Esboço crítico-literário* de Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, 1866. O autor diz ocupar-se do «diagnóstico de um grande mal». No livro criticado, diz ele, «eleva-se à altura de dogma estético a *imitação* clássica, e sufocam-se na atmosfera asfíxiante das *fórmulas* as livres criações do génio». É da «face patológica da questão da reforma» que o autor intende ocupar-se (cf. pp. XXIII-XXVII). Voltaremos a esta obra no Cap. 6.6. Ver acerca da mesma o comentário de João Palma-Ferreira, *Literatura portuguesa. História e crítica*, I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 40.

[7] Encontrámos os dois versos de Boileau citados cerca de uma dezena e meia de vezes, no nosso período. Castilho dá deles, por uma vez, a seguinte versão portuguesa: «Se a língua lhe faltar, o autor mais peregrino / será, por mais que faça, escrevedor mofino» («Conversação Preambular», Tomás Ribeiro, *D. Jaime*, p. XCIII). Num testemunho posterior («Garrett e o seu tempo», in *A Ilustração Portuguesa*, 25-II-1885, 3), Pinheiro Chagas afirmava ser, para Castilho, a doutrina neles contida um «evangelho».

[8] Cf. J. M. de Andrade Ferreira, «Jornalismo cultural em Portugal», in *Arquivo Pitoresco*, 1, 1857, 93-96. Em 1827, Garrett dissertara sobre a «educação literária» em termos de formação global ou, pelo menos, ‘cultural’ (ver *O Cronista*, 2, 1827, 82-86). Também Freire de Carvalho sustenta que da literatura fazem parte «quase todos os conhecimentos humanos» (*Lições elementares de poética nacional*, Lisboa, 1840, p. 144).

O termo ‘cultura’, na acepção de «conjunto de conhecimentos intelectuais», e o correspondente adjectivo ‘cultural’, são por então desconhecidos. Ainda em 1890 Moraes os ignora com esse valor. Na citação que fornece, de Latino Coelho, «cultura intelectual» equivale ao ‘cultivar do intelecto’.

[9] Em dois números de 1842 do *Diário do Governo*, faz-se alusão a *publicações literárias*, sendo uma delas o *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa* e outra a monografia *Pharmacopea Veterinaria*. Assim, também, alguns números de *A Esmeralda* (1850) contêm uma «crítica literária» comentando temas sociais ventilados pelo jornal *O Eco dos Operários*. Esta acepção de ‘publicação literária’ mantém-se durante quase todo o período. Em 1865, o jornal *O Século XIX* discriminará já entre publicações ‘científicas’ e publicações ‘literárias’.

Afirma Túlio Ramires Ferro que a designação de *literário* sublinhava, nessa época, a «estrita neutralidade» e o «sistemático alheamento» dos jornalistas no atinente «às polémicas e aos conflitos que enchem então as páginas da maior partes dos jornais» («Os problemas da educação na literatura portuguesa do século XIX», in *Afecto às letras. Homenagem da literatura portuguesa contemporânea a Jacinto do Coelho*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 644).

Tenha-se todavia em conta a observação de José Tengarrinha de mesmo estes periódicos ‘literários’ tratarem «mais ou menos veladamente» questões sociais e políticas, sendo os próprios assuntos literários e estéticos não raro abordados «na perspectiva social e política dos graves problemas que se colocavam à sociedade de então» (*História da imprensa periódica portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Caminho, 1989, pp. 175-177).

[10] Não é esta, porém, a primeira ocorrência que registámos do binómio «língua literária». Augusto Soromenho emprega-o em *A origem da língua portuguesa*, Lisboa, 1867. Mas dá-lhe aí um valor de *língua culta, oficial*.

[11] *O Outono*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1863, p. VII. Em termos semelhantes se exprimia um ensaísta próximo de Castilho, Rebelo da Silva. Segundo ele, a expressão poética que toma «o meio vocal por termo» é «muda quanto ao fim transcendente» («Poetas líricos da geração nova», in *O Panorama*, 11, 1854, 70). E chamará aos poetas «*loucos* sublimes [...] que atravessam as sociedades com os olhos da alma no ideal» e são «videntes e profetas do porvir» («Raimundo António de Bulhão Pato», in *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, 1, 1859, 540).

[12] Segundo Carlos Reis, na «Nota» de Antero «recusa-se claramente (ainda que sem menção expressa — mas o leitor atento da época identificava facilmente os protagonistas desta história) a que é a posição *formalista* e socialmente inócua de Castilho e da sua corte» («Antero e a consciência da poesia», in *Colóquio-Letras*, 123-124, 1992, 86).

A atitude de Antero frente a Castilho será estudada com mais detenção no Cap. 10.

[13] Manuel Ferreira da Portela, *Cantos na solidão*, Coimbra, Imprensa Literária, 1865, pp. XI-XII. Atente-se na anotação de João Gaspar Simões, para quem Antero, no domínio da «crítica interpretativa ou afirmativa», teve de limitar-se «a jovens de escasso talento em que julgava ver realizados os ideais literários que eram os valores positivos da sua crítica» (recensão de Moniz Barreto, *Ensaio de crítica*, in *Diário de Lisboa*, 8-VI-1944, reproduzido em *Crítica V*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983).

[14] Assinala-a, também, Urbano Loureiro no seu periódico *Bocage, Piparotes literários* de 16-VIII-1865. «Se estas coisas íntimas têm obrigação de serem literárias, pondo de parte a nobre modéstia do autor [...], como é que o sr. Antero diz que o depenado rouxinol fez bem sacrificando a literatura à inspiração, quando sacrificada a primeira a segunda caía necessariamente?»

[15] Cf. Março-Abril de 1874, 75-83. Cesário Verde encontrará um dia em Pinheiro Chagas um defensor que, comentando esta avaliação de «as próprias *Farpas*», dirá terem estas sido «surpreendidas com a audácia deste rapaz, com a simpática e brilhante extravagância deste temperamento indomável, caracolando e rindo sobre o dorso da Rotina»; a audácia, também, de «empregar frases suas, expressões que não andavam na boca de todos» (in *A Ilustração*, 3, 1886, 242).

[16] Em 1880, Flório Teles de Menezes e Vasconcelos, em *Da noção de literatura* (Porto, Imprensa Portuguesa, p. 65), considera ainda como as «formas fundamentais da arte literária»: a poesia e «a prosa ou eloquência em sentido geral».

Para os autores de manuais, parece importante a destrição entre Eloquência e Retórica. Segundo Carvalho, a *eloquência* exprime «os pensamentos por meio da palavra, de sorte que se consiga o fim para que se fala», que será a convicção, a persuasão ou o deleite. A *retórica* subministra as regras para tal efeito (cf. págs. 4-5). Para Figueiredo, a eloquência é uma «força natural», necessitada dum guia disciplinador, que é a retórica (António Cardoso Borges de Figueiredo, *Instituições elementares de retórica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1849, p. 1). Um terceiro domínio, a Oratória, considera-se coincidir com a Eloquência. Cf., por exemplo, Herculano, «A oratória ou eloquência», in *O Panorama*, 4, 1840, 223-224, 238-239. No entanto, outros autores falam da Oratória como ciência disciplinadora, no que coincide, pois, com a retórica (por exemplo, António Caetano Pereira, *Análise oratória*, Lisboa, 1855, pp. VI-VII).

Para Latino Coelho, a eloquência, sendo «ao mesmo tempo uma arte e uma paixão», evoluirá, uma vez refreado o ímpeto da paixão, para aquilo que nela mesma é sobretudo «arte»: a retórica (*Elogio histórico de Rodrigo da Fonseca Magalhães*, Lisboa, 1859, pp. 356-358). Por fim, Frederico Laranjo chama à retórica uma arte «reflexa» (contrapondo-a a artes «espontâneas», como a poesia), dado que, mediante uma «reflexão», ela traduz «em regras práticas» um conhecimento teórico («A arte e o belo. Extractos duma Poética», in *O Instituto*, 15, 1871, 64. O estudo, também aparecido em *A Folha*, foi deixado incompleto).

[17] Fornecemos alguns exemplos de clichés: «O ínclito guerreiro não podia coadunar-se com a infâmia, lançada sobre seus ainda virentes louros»; «Tenras crianças, tímidas donzelas, velhos imbeles.» «Atear o facho da discórdia»; «Páginas coloridas com as galas da mais donairosa poesia»; «Veio a lume este laborioso parto ministerial, enfezado e raquítico, porque lhe faltou o suco alimentício dos princípios sólidos e firmes do credo liberal.»

[18] António Cardoso Borges de Figueiredo, *Lugares selectos dos clássicos portugueses*, 13^a ed., Coimbra, Livraria de J. Augusto Orcel, 1873, p. IX.

Quanto de contingente apresenta o exercício da prosa, sublinha-o um grandíloquo Rebelo da Silva, que, para exaltar a poesia, exclama: «Deixai-os passar, os triunfadores da prosa, porque o seu reino acabará com eles. Ocupam-se debalde em erguer, como prodígio de desveladas concepções, uma fábrica tão frágil que a meio século de distância já ninguém verá o edifício» («Raimundo António de Bulhão Pato», in *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, 1, 1859, 540).

Outro exemplo deste explorar retórico de oposições encontra-se no ensaio «A poesia e a prosa» de Luís Filipe Leite (in *O Panorama*, 12, 1855). Algumas passagens esclarecedoras: «Na poesia, um nada é tudo; na prosa, tudo é o nada» (p. 134). «O génio do bem, o espírito benévolo e carinhoso, é a poesia. O princípio do mal, se não é a prosa, é a prosa a sua manifestação mais aproximada» (p. 135).

[19] «‘Ideias e sonhos’ por António Sousa de Pinto» (1872), *ib.*, p. 101. Em 1878, explicará, contudo, em carta a Alfredo Quartin: «Não se esqueça v. de que o poeta tem ampla liberdade de concepção, mas que na forma de dizer, tem em compensação menos liberdade que o prosador. A razão é porque o verso é a linguagem da arte, e deve ser perfeita. Toda a impropriedade, toda a transposição desusada, toda a superficialidade, toda a falta lhe é duplamente vedada. A prosa é a linguagem real; admite defeitos. [...] Esqueça-se dos privilégios poéticos. [...] Quem faz versos tem mais obrigação de falar exemplarmente» (*Prosas*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1898, pp. 117-118).

[20] Mais contraditório ainda, se o autor de *O Aristarco português. Revista anual da crítica literária* (número único, Coimbra, 1868) for, como se supõe, o próprio Simões Dias. Num comentário a *Sons que passam* de Tomás Ribeiro, lê-se: «Que diria, por exemplo, o sr. José Silvestre Ribeiro, se lesse aquela página que assim começa: ‘Ao pé da residência há três loireiros’? Provavelmente [...] acabava por uma invectiva: — Apre! os nossos poetas clássicos não falavam assim! isto são palestras familiares! Isto é prosa!» (pp. 186-187). Segundo o autor de *O Aristarco*, Silvestre também embirrara com o seguinte verso de Cândido de Figueiredo: «Na rua uma criança ia passando então». E comenta: «Plausivelmente foi porque não é um verso altissonante, arrevesado ou o que quer que seja» (p. 187).

Capítulo 3

A vernaculidade

3.

A questão da linguagem mais adequada ao texto hodierno foi pretexto para polémica que opôs, em 1842, Castilho e D. João de Azevedo. Os equívocos nela gerados são reveladores da sensibilidade e das indecisões do tema. Certa unanimidade em torno de um critério, que tudo diria decisivo, como o ‘uso actual’ vê-se abalada pelo concomitante apelo a uma ‘vernaculidade’ nunca satisfatoriamente definida, mas sentida como derradeira garantia de autenticidade. Mesmo uma referência como a gramática, como se suporia pacífica, se revela fonte de desinteligência. Ilustra-o fortemente a polémica em volta do poema *D. Jaime* de Tomás Ribeiro, em 1862, despoletada e mantida por um irredutivelmente «gramatical» Ramalho Ortigão, o mesmo que, tempos depois, se veria adoptar mais tolerância.

Num ponto faz Castilho indefectível finca-pé: o da capacidade «transpositiva» do português, evidenciada no hipérbato. Neste estaria o factor individualizante, e mais criativo, do nosso idioma, aquele que, ao mesmo tempo que o distinguia do francês, o aproximava do latim. Prezar tais aptidões sintácticas equivaleria a fazer escapar o idioma à atracção francesa e a ancorá-lo mais determinadamente na raiz latina. Sobre a sua posição nestes dois temas em debate — a procedência do português e a sua individualização — não pretendia Castilho deixar dúvidas.

3.1. Uma polémica sem saída

Em começos de 1842, é posta à venda em Lisboa a novela de Walter Scott *Kenilworth*, em tradução de André Joaquim Ramalho e Sousa. É a quarta tradução que Ramalho faz de Scott (seguir-se-ão outras duas), e vai fornecer pretexto a uma curta polémica.

Nas respectivas revistas, Herculano e Castilho assinalam o aparecimento do volume, detendo-se ambos na apreciação da linguagem do tradutor. Herculano louva desgarradamente Ramalho; Castilho, como é seu hábito, regateia no elogio. Em apontamento não assinado do *Panorama*, escreve Herculano: «Podemos assegurar [aos leitores] que a versão é fiel; e quanto à propriedade de expressão e pureza de língua não terão [de]certo em que reparar os mais escrupulosos.»¹ Também para António Feliciano a probidade e o escrúpulo do tradutor estão fora de questão. Como afirma na *Revista Universal*: «Tão rico em o nosso idioma, como Walter Scott no seu, procura, e encontra, com que nos dê, sem nunca deslizar de purista rigoroso, a expressão fiel» [1].

Mas Castilho reserva para o tradutor uma sugestão. Nada menos do que «provar agora a mão num diverso sistema de traduzir, experimentando um pouco mais de liberdade nas formas de elocução.» É um conselho de que importa apreciar a finura. Se era verdade que Ramalho e Sousa mostrava possuir «sobejo cabedal da pátria língua», não menos deveria ele doravante «envolver toda aquela substância inglesa *nos nossos modos de exprimir e pensar*» (cursivo nosso). Para um maior esclarecimento, Castilho recorre à distinção entre linguagem e estilo. Diz-se, assim, convencido de que o tradutor, «dando-nos Walter Scott, se nos pode dar a si mesmo, e juntar ao clássico dos romances outro clássico de *estilo* nosso, como já de

linguagem no-lo dá» (cursivo nosso). É uma intimação algo especiosa, mas que assenta, no ensaísta, em profundas opções. (Sobre as noções de linguagem e estilo ver Cap. 5.4. Da doutrina castiliana do estatuto do tradutor, aqui não mais que esboçada, nos ocuparemos no Cap. 9.1.).

Este comentário de Castilho não deixa indiferente a um tradutor de Lamartine, D. João de Azevedo (1811-1854), magistrado, e em breve romancista e panfletário. Reage ele, em Março, em artigo anónimo no *Diário do Governo*, então aberto a colaboração doutrinária [2]. Em dois pontos diz o articulista dissentir de António Feliciano. Primeiro, no achar-se que Ramalho e Sousa, indiscutivelmente fiel, pudera ainda sê-lo mais. Para os gostos de Azevedo, o tradutor fora já servil em demasia, ao empregar frequentemente «expressões equivalentes em lugar das genuínas.» Um segundo reparo ia para o exagero na correcção e pureza da linguagem, as mesmas que o interpelado director da *Revista Universal* elogiosamente destacara. Escrevia João de Azevedo: «Em mais de um lugar lhe encontramos arcaísmos e termos que dão ao estilo um carácter anacrónico e afectado», um procedimento, acrescenta, que se vem tornando moda. Terminava pedindo vénia a «juízes tão competentes» (isto é, ao próprio Castilho) para apor ao deles esse seu ponto de vista.

Esta interpelação constituía para o doutrinador Castilho um presente valioso e raro. Responde na primeira ocasião, fazendo um sucinto registo do artigo de Azevedo², que sintetiza na tese seguinte: *a reintrodução de palavras e construções antigas na língua hodierna* («se porventura a há», reserva do próprio Castilho) *é contrária à ordem natural das coisas*. É uma convicção, comenta, que constitui para o idioma uma notável ameaça. Castilho promete para muito breve mais alargadas considerações.

E, com efeito, a 23 de Junho, aparece na *Revista Universal* o primeiro de dois extensos, e importantes, artigos, que trazem o título de «Língua portuguesa. Ao Diário do Governo».³ Já a eles nos referimos, e voltaremos a fazê-lo mais vezes. Sustenta Castilho que o «português legítimo», o dos séculos XVI e XVII, sobrevive de dois modos: nos escritos clássicos e na fala rural. Há, assim, meios de restaurá-lo, devendo isso obedecer a dois preceitos: 1. o da *liberdade* de criação de vocábulos, «bem gravados com o moderno cunho, bem expressivos», 2. o da *sujeição* desse elemento novo à «nossa vernaculidade do dizer, do sentir e do pensar». Demais, acentua, muitos termos antigos têm, com ganho, sido recuperados nos últimos tempos. Tão grande é disso a vantagem, que bem se poderá perdoar, aqui ou ali, algum excesso de zelo. E o autor acrescenta desejar que o repúdio do galicismo mereça a Azevedo «metade do nojo» que o arcaísmo lhe causa. (Tanto do arcaísmo como do galicismo nos ocuparemos no Cap. 4 §§ 2 e 6).

D. João não aguarda a segunda parte da exposição de Castilho, e logo responde, a 25, portanto dois dias depois, no *Diário do Governo*. Importa, afirma ele, ser razoável. O arcaísmo poderá admitir-se em restrito contexto, mas nunca num romance destinado à recreação. De resto, não fora pretensão sua pronunciar-se «sobre o que é, ou deve reputar-se hoje o bom estilo.» Menos ainda (e isto pode explicar-nos a premência desta resposta) pretendia defender a tolerância face a barbarismos (o que, com patente infelicidade, o contendor havia insinuado). Porém, já que a disputa se via transferida para tão gerais domínios, era de bom grado que Azevedo neles penetrava. Pretende Castilho que «a linguagem é uma herança de nossos maiores, que devemos conservar, usar e transmitir intacta»? Pois bem: tal «não é possível», nem desejável. E aduz Pope e Quintiliano. Quanto aos galicismos, vocabulares ou frásicos, os nossos melhores autores deles se serviram. O arguido faria, pois, bem em prezar alguma moderação.

A esta intempestiva intervenção de D. João de Azevedo dá Castilho imediata resposta na segunda parte do seu ensaio da *Revista Universal*. O director faz o novo ponto da situação. Trata-se, diz, de decidir qual das duas é mais formosa: «se a moderna linguagem, estreme como [Azevedo] a quer, ou a linguagem como a eu desejo, ataviada das finas jóias que em

legítima herança lhe vieram» (pág. 461). Tão bem formulada questão não obterá resposta, na sua própria pena, senão de forma assaz diluída. O tom de Castilho torna-se, agora, conciliador e mesmo defensivo. Lembra o ensaísta as exigências por ele próprio postas à recuperação vocabular. Formula, em seguida, um protocolo para a revitalização do idioma, onde, ponto crucial, «é mister despirmo-nos de toda a espécie de fanatismo.» Num único ponto continua a opor-se frontalmente a Azevedo. É no afirmar serem as novelas justamente o meio privilegiado, se não o único, de influir eficazmente no idioma. Donde aquela conveniência de, através delas, se veicularem termos a recuperar [3].

António Feliciano promete prosseguir a discussão. Não o fará. Não existem, também, rastros de qualquer achega de Azevedo. Pormenor curioso: em parte alguma da contenda quer Azevedo quer Castilho citam o nome um do outro, e isto não obstante os largos, e por vezes prolixos, protestos de admiração e até de amizade

Interessante é, também, observar como, à medida que a disputa progredia, se operava um discreto mas significativo resvalar de posições. Começara Castilho por desejar do tradutor Ramalho mais audácia nas «formas de elocução», acomodando-as aos «nossos modos de exprimir e pensar», mas sublinhando quanto o material vocabular era, esse, incontestavelmente legítimo. Manifestamente, era a um nível sintáctico, idiomático, que a preocupação de Castilho se detinha. Longe de incitar Ramalho à revitalização do elemento arcaico, apenas sugeria que o tradutor desse agora um donaire português à expressão.

Azevedo, que não advertiu o exacto posicionamento do interlocutor, aproveita esse comentário à tradução de Scott para, parecendo falar de Ramalho, assinalar quanto na escrita do próprio Castilho o vinha incomodando: um, a seus olhos, destemperado recurso ao arcaísmo. Isto tem por efeito radicalizar as posições do oponente, que se sente notificado, e que vai ao ponto de perguntar-se se existirá sequer uma «linguagem hodierna», e traz, por sua vez, não menos puxada pelos cabelos, a questão dos galicismos [4].

Ambos terminarão com um apelo à contemporização. Azevedo pede compreensão para o galicismo, Castilho para o arcaísmo. Trata-se, num caso como no outro, de pedir cedências no terreno em que o contendor mais intransigente se mostra. A disputa acaba, assim, bloqueada, e os problemas mais patentes do que nunca.

3.2. *Em busca de uma «norma»*

A questão enunciada por Castilho sobre qual seja mais «formosa» — se a linguagem hodierna, se a antiga — encerra, sob a aparência de problema especioso, uma interrogação mais que todas crucial: qual a *norma* em que deva assentar-se.

O erudito João Pedro Ribeiro (1758-1839) escrevia em 1835, num *memorandum* em que expunha os critérios para a confecção de um dicionário da língua: «O uso actual da palavra basta para a autorizar», sendo a citação de autores, para o efeito, «um luxo».⁴ A preeminência do *uso* é igualmente sustentada por Falcão, em 1840. Ensina ele: «Ainda que os clássicos sejam os mestres da língua, não basta todavia a sua lição para a bem falar; porque é certo que a língua portuguesa, assim como as línguas vivas, altera-se com o tempo [...] *O uso é, como todos sabem, o legislador natural, necessário e exclusivo das línguas*, e deste, quando é regulado pela razão e analogia, deve o estudioso não desviar-se» [5]. Também Castilho acata o que chama «um uso lícito, antes louvável, contra o qual é nada menos que vergonhoso o vociferar.»⁵ E em perspectiva semelhante se coloca Gabriel Coutinho, quando refere a existência de palavras e frases que, não obstante «autorizadas pelos autores de melhor nome», se tornaram obsoletas, enquanto que outras, apesar de estranhas, se introduziram de modo irrevogável. Nestas matérias, diz, o «uso» é «mestre supremo». «Opor-se à

omnipotência do uso, consagrado por homens ilustrados, é uma pretensão ridícula e pedantesca.»⁶

A este respeito, José Feliciano demonstra uma posição particularmente elaborada. Num posfácio a *Íris Clássico*, selecta de autores clássicos destinada a adolescentes, considera manifestas as diferenças entre «o pensar e falar antigo em geral e o pensar e falar moderno em geral.»⁷ A um e a outro há-de prestar ouvidos quem quiser escrever bem. E propõe ao aluno que ele se exprima como vê fazer «nos livros mais recentes e nos que ainda se hão-de ir fazendo» e, subsidiariamente, que cultive a vernaculidade. Explicitando o primeiro ponto, escreve:

Estes livros da gente viva, e vivos eles mesmos, têm as suas palavras, as suas fórmulas, o seu estilo, que a pouco e pouco se têm vindo formando e seguindo os lentos e sucessivos progressos das ideias que neles se entesouram [...]. Esta linguagem, que é inegavelmente para nós um progresso, como sem dúvida seria um retrocesso para os nossos descendentes, contém portanto uma norma de que nos não devemos apartar (pág. 227).

Quanto ao segundo preceito, o do cultivo da vernaculidade, é José Feliciano menos explícito. Lembra que ela «não está tanto nas palavras como na construção delas, no arranjo e na afinação do período», e descreve-a como uma «virtude», um «supremo realce» da escrita, que fluem de uma «consciência» criada ao contacto com textos exemplares. A defini-la, não se abalará, porém. «Não definamos uma coisa que todos sentem». Anos depois, em carta aberta a Ramalho Ortigão⁸, a quem censura um excessivo zelo gramatical, volta José Feliciano ao tema da mutabilidade do idioma e, conseqüentemente, da norma. «Mudando-se diariamente o nosso falar, [...] qual o modo empregado para se reconhecer a aceitação ou repulsão da frase? O uso dos doutos, dos clássicos». Este último termo não encerrava, da perspectiva do autor, qualquer contradição. No *Íris Clássico*, lembrava que «no Brasil e no Portugal de hoje em dia há manifestamente, e em cópia não escassa, verdadeiros e admiráveis clássicos» (op. cit., pág. 232).

Parece evidente: a facilidade com que a ‘norma’ se deixa apontar só encontra paralelo na indefinição que continua a rodear a ‘vernaculidade’.

Esta situação toma uma forma patética na carta (já referida no Cap. 1.4.) que, em Abril de 1868, António Feliciano dirige ao irmão. Longe dos olhos do mundo, confessa as suas perplexidades. Não é já só a norma que é variável: o próprio *sentido do vernáculo* vacila. Declara ele: «Isto de vernaculidade é uma coisa muito vaga, muito subtil e muito complexa; e, de mais a mais, essencialmente cambiante. [...] Regras fixas e invariáveis para uma coisa de seu natural progressiva e incalculável [...], decerto que as não pode haver, salvo de meia dúzia de princípios de rigorosa gramática; por outra: de bom senso universal. No demais, o tempo transforma de contínuo o bom em mau e o mau em bom.»⁹

Porém, como sempre fará, Castilho recua perante o vácuo. Quando seria o momento de associar a essa visão de radical relatividade o advogar de uma prática dinâmica — como, patentemente, faz o irmão José —, repõe o passado e a *tellus* como referências privilegiadas. Diz: «Ser vernáculo é (se não me engano) expressarmo-nos do modo que mais se aconchegue com a consciência e ciência da nossa gente, com o jeito que mais e melhor recorde, sem violências affectações, o falar dos nossos maiores». E, procedendo a uma articulação das duas dimensões, a temporal e a telúrica: «A vernaculidade é portanto um misto de natural e artificial: de *artificial*, porque em parte consta de coisas que já andam um tanto fora do uso; de *natural*, porque, por uma espécie de graça ínsita, se afina sem esforço com o gosto, também ínsito, dos que nos ouvem». Inefável, pois, e congénita, a vernaculidade dispensa definição, é mesmo reticente a tal esforço. Não que isso venha preocupá-lo grandemente. Com efeito, parece-lhe evidente que a vernaculidade *funciona*. A ela se deve que os autores

antigos, podendo, dada a barreira cultural entre eles e nós, deixar-nos indiferentes, acabem por revelar-se de uma notável proximidade estética. O texto vernáculo disporia, mesmo, de uma *garantia de autenticidade*, que subsistiria não obstante a indefinição do conceito. Como escreve Castilho: «Conquanto se não possa descrever à justa o que é a vernaculidade, sente-se todavia que ela existe, que tem o dom de comprazer.»

Para esta problemática, José Feliciano encontrara uma saída na conformação ao «uso», por volúvel que o mesmo se apresentasse; António Feliciano até essa saída recusa. Em carta a Júlio Dinis, pedir-lhe-á que «forceje para se aconchegar cada vez mais com a vernaculidade desta nossa tão bem dotada língua e que, por isso mesmo, tanto merece ter em V. Excia. um seu futuro clássico dos maiores quilates.»¹⁰ Isto é, a acomodação à vernaculidade é o que garante o estatuto de clássico. O círculo está fechado, a imobilidade tornou-se completa.

Uma semelhante falta de ousadia se observa em Borges de Figueiredo. No prefácio dos *Lugares selectos*, começa por preceituar: «Não desprezemos o modo de dizer hodierno; vamos, quanto ser possa, com o uso corrente, árbitro, juiz e norma da linguagem.»¹¹ Com o concurso de Quintiliano, define esse uso como «o consenso unânime ou a prática dos eruditos». Mas logo sublinha que não tem aqui em vista a «moda», instável e controversa, mas aquele uso que, «dirigido ou temperado pela razão e o bom senso, e alimentado pelo saber do verdadeiro belo, é de todas as idades, é eterno.» Um «uso» *eterno* é realmente o mais imponderável dos critérios.

3.3. A norma gramatical

Castilho chama à gramática «o alicerce de toda a retórica e lógica, a primária condição de todo o discurso.»¹² Mais incisivamente diz ser ela o «senso-comum da linguagem», denunciador de solecismos e de ousadias irresponsáveis.¹³ Falcão, por seu lado, prescreve o estudo da gramática como indispensável à restauração do idioma. Esse estudo proporcionaria os meios de filtrar, nos clássicos, as «irregularidades» e «construções viciosas» (op. cit., pág. 344).

É, com efeito, e segundo o filósofo Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), a conformação às «regras» da gramática (e da retórica) a condição para se aceder a «qualidades» como a clareza, a elegância, a amenidade e o carácter. Por sua vez, a presença, e o grau, destas qualidades é o que permite identificar o «clássico».¹⁴ E para não restarem dúvidas acerca da ordem dos factores, escreve:

É lícito presumir que tal ou tal locução é correcta porque a encontramos usada por um ou mais escritores clássicos. Mas afirmá-lo só o devemos depois de examinarmos e reconhecermos que ela é conforme às regras cuja observância unicamente pode ter granjeado àqueles escritores o título de clássicos. *As locuções não são regulares porque os clássicos as empregam: elas é que não são clássicos senão porque só empregam, as mais das vezes, locuções regulares* (cursivo nosso).¹⁵

A gramática detém, pois, diversos estatutos. Primeiro, o seu conhecimento condiciona o aproveitamento da lição clássica. Em segundo lugar, é ela própria condição da prerrogativa de 'clássico'. Por fim, ela revela-se *condição* pura e simples da escrita [6].

Campeão da gramaticalidade assim entendida se tornará Ramalho Ortigão. Em Agosto de 1862, publica no *Jornal do Porto* uma crítica ao poema *D. Jaime* de Tomás Ribeiro (1831-1891)¹⁶, que acabara de sair, acompanhado de uma «Conversação preambular», em que Castilho dá a obra como fiável matéria de ensino. Ramalho, não sem algum perfeccionismo, aponta no poema certos resvales sintácticos. Perante um verso como «*Que agora o ficar*

sentados», comenta: «*Deus do céu! um presente do infinito substantivado pelo artigo a reger um particípio do plural!... isto dado como exemplo às escolas é impossível que não seja propósito firme de acabar de vez com esta futilidade da gramática.*»

A crítica de Ramalho vai suscitar numerosas reacções. A primeira provém do jornalista Leonel de Sampaio, que, em folhetim do *Diário Mercantil*¹⁷, retoricamente se interroga: «Será indício de filosofia descrever da onnipotência do talento, e julgar que lhe seja impossível atingir à sede do belo sem curvar a cabeça ao rigor gramático? [...] Será empenho duma crítica verdadeiramente filosófica, e portanto generosa e despreocupada, amarrar o génio livre do artista ao trambolho da sintaxe e da prosódia, como a entendem os gramaticões?» Não era tema sobre que Ramalho alimentasse grandes dúvidas. Em pronta resposta, declara: «Nas obras literárias onde não há gramática não há beleza possível. A presença da literatura e a ausência da gramática [...] são duas ideias heterogéneas, impossíveis de conciliar.»¹⁸ E desafia o antagonista a aduzir infracções em Garrett, Castilho ou Herculano. Afirmara Sampaio, na sua crónica, serem Dante ou Shakespeare, Milton ou Camões, desprezadores da sintaxe vigente? Ramalho contrapõe: «O que eles fizeram, com o muito aturado estudo da sua língua, foi criar uma gramática reformada, que revogou a que anteriormente existia.» Semelhante posição — aplaudindo *no passado* uma subversão sintáctica — levanta a suspeita de Ramalho admirar nos coetâneos de renome sobretudo o respeito pelo *status quo* gramatical.

No dia em que sai este segundo artigo de Ramalho, traz a *Revolução de Setembro* um folhetim de Pinheiro Chagas, que entra na liça defendendo, também ele, Tomás Ribeiro.¹⁹ Fustigara o crítico portuense os dois versos iniciais de *D. Jaime*, («*As flores da aldeia são pura e belas. / suaves aromas, vivíssimas cores*»), e particularmente o segundo, onde condena a elipse dos artigos [7]. Chagas acha-os, pelo contrário, «versos naturalíssimos, sem falsas pompas, sem torcidos de frase, em linguagem corrente, e que, se não fosse a harmonia e as rimas, se poderiam tomar por linguagem familiar, tão vernáculos são, e por isso tão gramaticais ao modo da nossa terra.» E pondera que a elipse é «a mais trivial de todas as figuras, e de todas a mais racional e a mais útil.»

Dias depois, era a vez de Teixeira de Vasconcelos, também na *Revolução*, se referir ao poema de Ribeiro (em data anterior já comentara com apreço a castiliana «Conversação») e de tecer, hábito particularmente seu, considerações de teor linguístico. Não quer, diz, terminar essa sua «Carta profana» sem falar da «gramática». Segundo ele, Tomás Ribeiro, conhecendo bem a língua portuguesa, tem não menos o direito de poeta ao exercício de «discretas liberdades». Uma delas revela-se exactamente nesses primeiros versos. E Vasconcelos comenta, sem aliás referir Ramalho Ortigão: «Não foi ignorância de gramática nem acintoso desprezo dela, mas atilada e graciosa frase elíptica, que, se ninguém a tivesse empregado até agora, revelaria mais uma riqueza peregrina do idioma vernáculo.»²⁰

A disputa vai prolongar-se. Numa série de folhetins no *Jornal do Porto*, A. Pereira de Castro, disserta longamente sobre a liberdade, que Leonel de Sampaio requerera para o «talento» de Ribeiro, de se subtrair ao «rigor gramatical». Próximo das posições de Ramalho Ortigão, aí opina: «O escritor, para o ser, deve primeiro que tudo e sobre tudo saber a língua e as leis da língua em que escreve». Nesta perspectiva, a liberdade é «a exacta observância e conformidade com as leis». Numa palavra, o belo «sem gramática» é inconcebível.²¹

Em fins de Novembro, é a vez de *A Revolução*²², num folhetim de António da Costa Alvarenga, transcrever na íntegra uma reacção brasileira ao artigo inicial de Ramalho, por um autor desconhecido (que assina «Eu»). Segundo o articulista, Ramalho teria detectado no poema de Ribeiro tão-só uma cacofonia e três supostos solecismos. É a vez de o crítico brasileiro passar a pente fino o referido texto de Ramalho («conspícuo ponderador da pureza de dicção»), onde aponta, por sua vez, uma dezena de imperfeições.

Mas a polémica conhecerá apenas dois protagonistas de peso: Ramalho e José Feliciano de Castilho. Este aparecera entretanto, também do Rio de Janeiro, defendendo Tomás Ribeiro. A propósito dos resvales apontados por Ramalho, observava: «Não somos nós que ditamos leis gramaticais, são os Ribeiros e seus pares.»²³ O crítico portuense responde, rebatendo minuciosamente a argumentação, por enquanto estranhamente débil, do correspondente ultramarino.²⁴ Ainda mais prolixo, este endereça ao portuense uma nova série de cinco Cartas, das quais a segunda, datada de 25 de Dezembro, nos interessa particularmente.²⁵ A doutrina aí exposta coincidia, de resto, com pontos de vista avançados por Ramalho — e José Feliciano diz, motejando, que é ele quem o força a tanta explicitação.

Começa o ensaísta por lembrar que a linguagem, invenção humana, não pode deixar de ser «imperfeitíssima arte». Mesmo a mais «correcta» das línguas tem mil regras, cada uma com mil excepções, e frequentemente se hesita «se a regra é a excepção, ou a excepção a regra.» Daí a necessidade de legislação. Ora são os grandes escritores quem «legislam sobre a gramática» da língua. «Sendo esta cheia de caprichos libérrimos, e de alvedrios até inexplicáveis, nascidos aliás do próprio uso dos doutos, a eles, e não a nós, pertence o servirem de modelo.»

Uma sugestão contida na crónica de Alvarenga convidava Tomás Ribeiro a transcrever, numa segunda edição de *D. Jaime*, todas estas reacções, pois todas, dizia, concorriam para a sua glória. Ribeiro não o fará. Num longo Prólogo à segunda edição do poema — uma «Carta» a seus amigos Teixeira de Vasconcelos e José Feliciano —, detém-se sobre aspectos de conteúdo (com destaque para o Iberismo) e reserva a questões linguísticas umas curtas últimas linhas: «Em quanto à gramática, tão habilmente defendida por vós, se na primeira edição saiu errada, errada sai na segunda. Nessa parte não pude aprender nada.»²⁶

Ramalho superará um dia a intransigência aqui demonstrada. Quando, dez anos mais tarde, em 1872, fizer o encómio da escrita de Eça de Queirós, há-de pôr em destaque quanto o distancia, a esse, de autores bem-comportados. Ao caracterizá-los a estes, começa exactamente pelo apontar de atitudes assustadiças ante a norma gramatical: «Não querem comprometer-se, em primeiro lugar, com a gramática. E conhece-se-lhes isso de mais, porque se lhes vêem as guitas com que eles amarram os regimes aos verbos, como os vendedores de louça prendem as tampas às asas dos bules - para se não trocarem.»²⁷ Um irreconhecível Ramalho, este, que apreende na irreverência gramatical um merecimento estético [8].

3.4. A «contextura»

Segundo Castilho, e como vimos (Cap. 2.3.), é na sintaxe que se encerra o «génio» da língua. As leis que comandam as conexões entre as formas elementares são, não apenas de difícil revogação, senão mesmo garantia de estabilidade das marcas distintivas do idioma. É, Porém, no prolongamento desta coesão sintáctica que se estende um domínio ainda mais individualizante, e por isso exactamente de maior melindre. Denomina-o Castilho, com outros autores, ora «construção» ora «contextura».²⁸ Outros ainda o designam pelos termos «inversão» e «transposição» [9]. É convicção generalizada que aí conflui quanto de mais criativo o idioma reúne. Mas, mais do que todas *estética*, é esta área do idioma, também já o vimos, a mais propícia a adulterações e a perdas. Para Castilho não restam dúvidas: a língua está-se «em nossos dias despojando de suas formosas construções, tão artísticas.»²⁹ Neste terreno, o seu diagnóstico é invariavelmente reservado. Logo em 1836 o expressara:

As traduções de língua francesa [...] por duas vias danaram a sincera e nativa pureza de nossa língua: já cobrindo-a com o voraz e feio musgo de estranhos vocábulos e frases, já principalmente quebrando-lhe o estilo próprio, a interior contextura, e desgastando-lhe, sem o

cuidarem, a vida e espírito semi-romano com que tão fera e poderosa andou sempre entre as de Europa.²⁹

Esta temática foi, em 1845, objecto de um debate de que o jornal cabralista *A Restauração* se fez eco, pela pena de António Feliciano, um dos mais activos participantes. O debate, promovido pela Sociedade Escolástico-Filomática, que os Castilhos animavam, propunha-se investigar se, «à vista do actual estado das ciências, letras e artes, havia inconveniência de conservar a índole e cunho que os nossos escritores havidos por clássicos deram à língua portuguesa.»³⁰ Para o lugar e circunstâncias, era uma formulação ingénua, se não tendenciosa. De líquido, a discussão dava ensejo ao reafirmar desta opinião já vastamente aceite: «O estudo da verdadeira índole e construção da nossa língua é indispensável a todos os escritores que, obrigados a fazer grandes leituras de obras francesas, tomam insensivelmente a textura daquela língua, tão oposta à nossa».

Aqui se encontra, todavia, exposto o essencial da problemática em apreço. É, com efeito, pelo francês, crê-se, que se imiscui na língua portuguesa um factor atentatório do que nela é a maior das prerrogativas: *a compleição latina dos seus recursos sintácticos*. E um outro ponto de dissensão aqui aflora: o da proveniência — latina, ou outra — do português, questão nesse momento particularmente sensível e sobre que uma luta surda se trava. (Reservamos à latinidade do português e ao galicismo os §§ 1 e 6 do Cap. 4. Aqui confinamos ao exame de uma e de outro no âmbito da «textura»).

Vimos como era vária a terminologia relativa à transposição. O tema é, ele próprio, não menos fluido, e o recurso ao inefável fica a um passo. Castilho não raras vezes o deu. Assim, considera ele que a maior «injúria» feita à língua é

contrafazê-la por dentro, não no corpo, que são as palavras, senão na alma e vida, que tais se podem chamar o jeito e feição interna do período, a índole peculiar de sua construção, a maneira essencial de converter em figuras as ideias, de fazer entender, por fórmulas aceitas, correntes e costumadas, toda a vária força e relações dos afectos; numa palavra, aquele não-sei-quê que todos sabemos, tão cândido e sincero, que é em cada idioma o que são na mulher a pureza e a graça reunidas [...]; aquilo tão inauferível, tão nosso, que todo o mundo no-lo não pode para si tomar e por onde, conversando inteiras horas em afinação portuguesa, a todos os conceitos chegamos sem dar fé de uma só frase que, por diversa no feitio e movimento, nos esbarrasse ao entrar pelos ouvidos.³²

Como outras vezes sucede, em Castilho o boleio altiloquente e impressionista vem camuflar um pendor para iludir clarificações técnicas. Mas nem por isso o ensaísta demonstra menos o talento de, com acuidade, formular o essencial do seu ideário. Saliente-se o admitir da capacidade de «todos» para reconhecerem uma «afinação portuguesa», óbvio apelo a uma *competência linguística*. Notável é, igualmente, a concepção da língua como capacidade de dar cabal expressão a uma *continuidade* mental («a vária força e relações dos afectos») por recursos de teor *descontínuo* (as «fórmulas aceitas, correntes e costumadas»). De comparável felicidade é a postulação de um valor *funcional* para a textura portuguesa: «Com [ela], vêm as palavras, vêm as orações, entretecendo-se, colocar-se nos devidos lugares para actuarem com toda a força e produzir no entendimento ou na fantasia a máxima impressão lógica ou artística.»³³ Dirá, ainda, que um estilo «artístico» não dispensa as inversões [10].

A flexibilidade sintáctica do português é, deve dizer-se, motivo de generalizado orgulho. Exemplo disso é Evaristo Leoni, no seu livro *O Génio da língua portuguesa* [11], onde disserta sobre «A propriedade que tem a língua de ser transpositiva». A seu ver, tal propriedade permite que «as palavras se coloquem não só no lugar mais conveniente em relação à harmonia do discurso [...], senão onde as mesmas palavras possam produzir o maior efeito oratório.» E acrescenta: «Tem, pois, a língua portuguesa, pela faculdade de inverter e

transpor a ordem directa do discurso, a vantagem de poder prestar-se a infinitas belezas e elegâncias de estilo». E Leoni concretiza: «A grande proximidade ou distância, assim dos verbos como dos nomes nos vários períodos de um discurso, faz grandemente realçar o estilo, dando-lhe nobreza e sublimidade». As exemplificações que fornece não são, porém, de modo geral, as mais convincentes. Também Castilho, na explicitação gramatical de tal prerrogativa do português, não vai além de uma referência superficial à «liberdade de hipérbato».³⁴ Mais de uma vez promete demonstrar «que imensa vantagem lógica e artística leva a toda essa *galiciparla*, tão tolamente presumida de clareza (que não tem), o nosso dizer semi-latino, numeroso, poeticíssimo até na prosa.»³⁵ Não chegará a fazê-lo.

José Feliciano, citando o irmão e Leoni, canta os louvores da transposição, sustentando ser «um belo tema o de provar quanto as inversões inteligentes são conformes com a filosofia da palavra.»³⁶ Era uma tarefa aliciante, sem dúvida, e graças a ela talvez fosse viável demonstrar ser aquela «uma das mais ricas e invejandas [*sic*] propriedades do português», como o exprime Júlio de Castilho (1840-1919), seu sobrinho.³⁷

Era no contacto com a práxis francesa que as capacidades portuguesas de expressão mais se debilitavam, tal como era no confronto dos desempenhos português e francês que a robustez nacional mais se patenteava. Não falta, para o ilustrar, o recurso à caricatura. Castilho alude, em vários artigos, à «triste construção francesa», que os próprios nacionais lamentariam; ao «engoiado e deplorável jeito francês de *agente, verbo, paciente e ponto final*»; à «paupérrima distribuição das parcelas do discurso» naquele idioma. Também José Feliciano vê o português reduzir-se «à monótona, desgraciosa, anti-vernácula procissão de agente, verbo e paciente, com os competentes complementinhos na cauda, e esses mesmos Deus sabe em que desordem colocados!» (op. cit., p. 58). Algo mais sério, o académico António da Silva Túlio (1818-1884) expõe, num dos seus «Estudinhos de língua pátria»:

Uma diferença característica dos períodos francês e português é esta: que o francês se adstringe, quase sem excepção, à chamada ordem gramatical, colocando primeiro o sujeito, depois o verbo, por último o complemento [...]. O português quanto mais genuíno tanto mais propende para pôr primeiro o verbo e depois o seu agente; e se constantemente o não faz, é porque algumas vezes lho embarga a suprema lei da clareza, outras a da harmonia.³⁸

Outros autores se mostram igualmente exigentes no explicitar do que fosse, em cada uma das duas línguas, o que José Silvestre Ribeiro chamou «a elegância própria», o «diverso sistema de tecer o discurso». Assim, Francisco António de Campos escreve: «O português é muito mais transpositivo que o francês [...]. Sem seguir a marcha regular e monótona do francês, pode variar as construções com elegância, sem prejuízo da clareza e da ligação das ideias.»³⁹ Mas elucidativos exemplos de uma ordem menos «fixa e monótona», em contraste com a «rigorosa e atada» sintaxe do francês, só Inácio Roquete no-los fornece, na sua *Gramática elementar da língua francesa e Arte de traduzir o idioma francês em português*. Alguns dos casos que aduz: «Que importuno sois!» por *Que vous êtes importun!*; «Já não é costume dançar» por *La coûtume n'est plus de danser*; «Grandes foram sem dúvida os favores concedidos pelo céu» por *Elles furent grandes, sans doute, les faveurs accordées par le ciel*.⁴⁰ Além disso, pormenoriza modos de falar franceses «que não se adaptam à nossa língua traduzidos ao pé da letra», no que demonstra excelente observação. Bem menos esclarecedor se revela o afanoso Gabriel Coutinho, para quem, nos «nossos modernos escritos afrancesados», diz, uma desafinação «zumbirá constantemente aos ouvidos, que há-de tornar insuportável a leitura.»⁴¹ Longe de tentar um tratamento contrastivo das duas normas, o autor entrega-se a extensas considerações sobre a proliferação de pronomes pessoais, de artigos, sobre o que chama o bom uso de preposições ou tempos verbais, e fornece apenas, bem contados, dois exemplos convincentes de decalque sintáctico [12].

Na porfia de patentear as virtualidades sintáticas do português, inevitável era se chegasse a excessos. Um deles é assinalado por Rebelo da Silva em estudo sobre Mendes Leal. O crítico detecta, na primeira fase da obra do autor, uma «deplorável aberração»: a contorção da prosa. Não deixa, porém, de sublinhar a generosa intenção de opor uma «pureza vernácula às deflorações dos galicistas.»⁴² Também a obstinação de António Feliciano em reproduzir, no português, a flexibilidade latina não passaria despercebida. Em 1860, o seu amigo londrino António Ribeiro Saraiva, elogiando-lhe a tradução dos *Amores* de Ovídio e o «perfeito conhecimento das duas línguas», salientava nele um «tal jeito como tens de usar todos os recursos que a nossa oferece para copiar a latina.»⁴³ Bem cedo, com efeito, Castilho concebera o plano de influenciar a escrita do seu tempo, quer pelo recurso a traduções de autores latinos quer através do seu próprio exemplo, assim esperando contrariar a deriva galicista. Tamanho voluntarismo conduziria, aqui e ali, a excessos. Assim, um pensamento relativamente linear — o de que o mal causado no idioma por deficientes traduções do francês pode ser compensado por boas traduções do latim — era pelo ensaísta, em 1836, vazado neste período de uma complexidade exorbitante:

Sempre direi que, porquanto foram traduções as que já nos arruinaram, a traduções cabe reparar o destruído. E, certo que o mal que nos as francesas por sua natureza hão feito, o podem pela sua mui bem vingar as latinas [13].

Em Novembro de 1865, Teófilo Braga formularia, sobre a escrita de um dos livros que mais celebrizaram António Feliciano, esta demolidora análise: «Nos *Quadros Históricos*, obra tão falada e gostada, abundam páginas infindas, sáfaras de ideias, *secantes pelas estorções dos elementos da oração*, mas portuguesas de lei.»⁴⁴ A passagem aqui em cursivo devia representar para o visado o insulto supremo. Ele, guardador do âmbito mais que todos sacrossanto do idioma, o da infindamente moldável «contextura», dava com esta reduzida a fastidiosas «estorções».

[1] «Kenilworth», in *R.U.L.*, 1, 1841-1842, 346. A admiração pelas versões de Ramalho foi geral e constante. Quando da publicação do quinto volume de Scott, *Waverley, ou há sessenta anos*, lia-se num comentário: «O sr. Ramalho e Sousa, que tão prestantes serviços tem feito à língua vernácula, derramando nas suas numerosas traduções grande cópia de flores que a aformoseiam (...)» (M. J. Marques Torres, in *Ilustração*, 25-X-1845).

[2] «Kenilworth», in *Diário do Governo*, 11-V-1842. Devo a Luís Amaro a identificação do autor dos artigos do *Diário do Governo*. A chave é fornecida pelo retrato que Castilho traça do oponente, dizendo-o «elegante tradutor de Lamartine para as damas, orador fácil e discreto no parlamento», etc. D. João de Azevedo publicou, efectivamente, traduções de Lamartine no *Cidadão Filantropo*, de Braga, e no *Jardim das Damas*. Foi algum tempo redactor do *Diário do Governo* e, depois, deputado e orador no Parlamento.

[3] Já em 1839 Herculano sublinhara a importância das novelas para a promoção do idioma. Escrevia ele, no *Panorama*, por coincidência em recensão de anterior tradução de Scott por Ramalho e Sousa: «São as novelas os livros que por maior número de mãos correm, e, quando instrutivas e vertidas em boa linguagem, podem, por isso mesmo, fazer grande benefício, não só instruindo e deleitando, mas habituando o vulgo dos leitores a pouco a pouco se aborrecerem dos desconcertos, barbarismos e neologismos escusados, de que anda inçada essa linguagem de novelas e conversações, a que chamam, cremos que por escárnio, língua portuguesa» (3, 1839, 128).

Utilidade semelhante — como já referimos — reconhece Camilo Castelo Branco ao romance, quando escreve, em 1863, no Prefácio à 2ª edição de *Amor de perdição*: «O romance [...] tem de firmar sua duração em alguma espécie de utilidade, tal como o estudo da alma, ou a pureza do dizer. E dou mais pelo segundo merecimento».

[4] Com razão Azevedo se defende: «Não aprovar que se empregue um termo antiquado será querer legitimar uma adopção de termos *bárbaros*, desnecessários, impróprios e forçados?» E acrescenta, compreensivo: «Fascinou-o [a Castilho] a justa aversão que tem às corrupções com que ingratos filhos infectam a nossa primorosa língua, e julgou combater o inimigo onde devia abraçar o aliado fiel» (in *Diário do Governo*, 25-VI-1842).

[5] «Considerações sobre a língua portuguesa e seu estudo», in *Crónica Literária da Nova Academia dramática*, 1, 1840, 376 (cursivo nosso). Atente-se no teor racionalista de tais afirmações, a filiar nas concepções *filosóficas* da Gramática como exercitação da mente e reflexo duma civilização. Assim, Heliorodo Rivara escreve: «Só a par e de mistura com [a] cultura da razão e do entendimento pode florescer e prosperar a linguagem» (in Francisco José Freire, *Reflexões sobre a língua portuguesa*, I, Lisboa, 1842, p. 160). E Roquete avisa no seu *Dicionário dos sinónimos da língua portuguesa*: «Nem deixámos de indicar o desacordo que algumas vezes se encontra entre a autoridade clássica e a sinonímia de termos modernos, preferindo esta àquela quando a razão está por sua parte» (Paris, 1850, p. IX).

[6] Numa boutade ácida, Camilo Castelo Branco afirmava: «Há tantos poetas a dizerem que não são compreendidos! Eu, em verdade, não os compreendo... Escrevam gramaticalmente!» (original in *O Clamor Público*, 13-I-1857. Ver *Dispersos*, II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. 637). E os redactores de *A Folha* escreverão na portada do seu primeiro número: «O nosso programa, enquanto a publicações, resume-se nisto: são admitidas aquelas que apresentarem novidade e gramática, mas não novidades gramaticais.» (Leia-se, a este último propósito, Cruz Malpique, «João Penha, Anti-‘Metrificador do Ai’», Braga, 1966, separata de *Bracara Augusta*, 1966).

[7] «Nas orações em que estiver oculto o verbo *ser*, sendo o «caso» um adjectivo, não é permitido antepô-lo ao «sujeito» sem preceder este de um artigo. A boa gramática mandava pois que se dissesse: *Suaves os aromas, vivíssimas as cores*» (artigo de 21-VIII-1862).

[8] Será Eça de Queirós quem, por sua vez, dará conta da metamorfose operada em Ramalho Ortigão. «Era um purista — tinha o estilo vernáculo, quinhentista, arcaico, obsoleto». A esse Ramalho, cuja «bela veia natural era inteiramente inutilizada pela sua pesada prosa vernácula», contrapõe o das *Farpas*, «rápido, vivo, brilhante, vergando e sacudindo a sua frase como uma lâmina de florete» («Ramalho Ortigão (Carta a Joaquim de Araújo)», de 25-II-1878, in *A Renascença*, 1, 1878-1879, 17-18).

[9] Contudo, «inversão» e «transposição» são noções distintas, como ensina o interessante estudo *A teoria do discurso aplicado à língua portuguesa*, de António Leite Ribeiro (de 1819, e portanto externo ao nosso período, embora com 2ª ed., «correcta e emendada», Lisboa, Imprensa Nacional, 1836), obra que surpreendentemente não achamos nunca citada. A «construção inversa», explica Leite Ribeiro, dá-se pela simples troca de posições entre dois termos contíguos da oração (p. ex. sujeito e predicado), enquanto que a «construção transpositiva» exige a inserção de elementos terceiros entre termos em princípio contíguos (cf. pp. 130-131).

Jerónimo Soares Barbosa, na *Gramática filosófica da língua Portuguesa* (Lisboa, Tipografia da Academia, 1822, com reedições em 1830 e 1856), opera, entre outras distinções, a de construções «direitas» e «invertidas». Vejam-se, a este propósito, os esclarecedores comentários de Maria Manuela Ambar em *Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em português* (Lisboa, Edições Colibri, 1992, pp. 7-11), e em particular onde afirma: «A distinção entre sintaxe e construção, entre construção direita e invertida, entre inversões necessárias e úteis e a caracterização contextual das inversões com que [Soares Barbosa] preencheu cada um destes itens dão-lhe um lugar sem paralelo na literatura gramatical portuguesa.»

[10] Cf. Nota «Linguagem», *Camões. Estudo histórico-poético*, Ponta Delgada, 1849, p. 190. M. Manuela Gouveia Delille sublinha o apuro de Camilo, numa tradução sua de 1871 (do *Livre de Lazare*, edição francesa de Heine), com «o carácter vernáculo da linguagem», o que se manifestava, por exemplo, no «uso relativamente frequente da prolepse». E a autora comenta: «Isto imprime à linguagem da versão camiliana um tom vigoroso e dinâmico, um ímpeto e veemência românticos, que não se encontram na sóbria tradução francesa» (*A recepção literária de H. Heine*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 396-398).

[11] Lisboa, 1858. A obra suscitou particular adesão, não decerto em último lugar pelo aparato científico que ostenta. Andrade Ferreira chama-lhe «obra indispensável a todo o homem de letras», que «ensina a língua, inquirindo-lhe as suas razões filosóficas [compreenda-se : científicas] e tornando-lhe vulgares os seus mais ocultos mistérios» («Revista crítica e literária de 1858», in *Revista contemporânea de Portugal e Brasil*, 1, 1859, 60). Tal cientificidade será, mais tarde, por Adolfo Coelho, considerada fútil e mirabolante. «Os erros pululam, e a insuficiência e falta de método saltam aos olhos» (*A língua portuguesa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868, p. X). «No livro falta inteiramente o carácter científico. [...] Eis até onde entre nós chegou a ciência académica, laureada e oficial» («Sobre a língua portuguesa», *Grande dicionário português* de Frei Domingos Vieira, vol. I, Porto, Chardron, 1971, pp. XII-XIII).

[12] Cf. *Análise crítica*, ed. cit., pp. 60-92. Adequados nos parecem os comentários críticos a estas duas frases: «Nós conhecemos *mui pouco* os desígnios da sabedoria infinita, *para que possamos* entranhar-nos mui avante em questões dessa ordem» e «Cumpra porém que o culto externo seja a expressão verdadeira e sincera da homenagem do coração, *ou ele seria* uma horrível hipocrisia, injuriosa a Deus» (pp. 88-89).

[13] «Conversação Preliminar a ‘A confissão de Amélia’», *A Noite do Castelo e Os Ciúmes do Bardo*, Lisboa, 1836, p. 180. Júlio de Castilho, nas *Memórias*, reconhece o exagero do pai, mas desculpa-o. «Exagerou porém; quem o duvida? A sua índole era de si exagerada. Não se *falava* em 1836 como ele *escrevia*; isso não; mas a sua exageração é salutar, e intencional. Veio a deixá-la passados anos, depois de a ver cumprir o efeito desejado, e ateu-se ao justo meio» (2ª ed., t. III, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, p. 299).

Capítulo 4

As fontes do idioma

4.

Entre um Herculano desdenhador dos autores latinos e um Castilho que afirma estar neles um veículo de regeneração, autores há que prezam nos escritores de Quinhentos o recurso ao latim para enriquecimento do idioma. Também no atinente ao recuperar de arcaísmos se observa a divisão dos espíritos. Importante diferença é a moderação de pontos de vista de que Castilho irá dando provas, e que contrastará com uma crescente opção pelo elemento obsoleto por parte de Camilo. Na tarefa de manter o idioma autêntico e expressivo, é considerada de grande valia a auscultação da linguagem popular. O repúdio do termo ‘baixo’ parece, todavia, universal.

Notória unanimidade se cria em torno da vantagem de adoptar neologismos, e do interesse de recolhê-los no castelhano e no italiano, tidos por idiomas irmãos. Em contrapartida, a importação do elemento francês, lexical e sobretudo sintáctico, é envolta na maior suspeita. Não só é dada por ténue a familiaridade dos idiomas português e francês, como, acima de tudo, se temem adulterações de fundo. É no terreno do galicismo que as atitudes puristas mais se evidenciam. Mas, intransigentes nos princípios, os mentores de opinião mostram-se realistas no plano prático. Os pedagogos Roquete e Moura Coutinho, particularmente dotados para a concretização de estratégias, fornecem pistas viáveis, mais convincentes do que a generalizada obsessão na ‘luta’ ao galicismo.

4.1. *O latim*

Donde tirou Manuel Bernardes aquela «riqueza de matéria-prima» com que formou um invejável vocabulário? pergunta-se Castilho. Ele mesmo responde: «Foi, antes de tudo, do latim, estudados a fundo e com filosófica análise os seus autores; depois, do castelhano puro; ultimamente, do italiano — que são, e não o francês, os vizinhos do pé da porta de que a nossa língua se pode valer para uma pressa sem se envergonhar.»¹

Herculano não aplaude semelhante saque ao latim. Sem dúvida: foi por um sistemático recurso ao «rico espólio» da língua latina que, no século XVI, o português perdeu a rudeza do período inicial, assim se educando, amaciando e enriquecendo. Hoje, porém, que a nacionalidade e o cristianismo são «os caracteres mais distintivos da arte», chegou o momento de «cessar inteiramente a imitação dos antigos», de aceitar «a morte das línguas mortas».² Pormenor picante é esta doutrina se manifestar num anúncio da tradução castiliana das *Metamorfoses* de Ovídio, ela própria incontornável demonstração da doutrina oposta.

No prólogo dessa obra, sublinhava o tradutor a sensível diferença entre latim e português, que escapava, advertia ele, a olhares menos atentos.³ Importava-lhe aqui vincar quão árduo fora o seu trabalho. Tal concepção é, nele, inabitual. Sem descanso, lembra a notável comunidade de traços entre os dois idiomas, ora chamando ao latim «semi-português», ora a este «semi-latim» e «latim melhorado».

Castilho, que se apercebe do exacto alcance das afirmações de Herculano, não dispensará mais tarde um remoço àqueles que chama «fanáticos da ideia gótica». Nos

Apontamentos Autobiográficos que faz para José Feliciano, escreverá em 1858: «Por aqui andou (não sei se dura ainda) certa moda reaccionária contra a literatura greco-romana, exageradíssima, intolerante, absurda». Ela proclamaria «para a poesia, e para a literatura em geral, a barbárie da Idade Média.» E António Feliciano, apelando para um «bom-gosto natural, fundo comum de todos os homens», ajuntaria, epigramático: «Posta a questão sob a luz unicamente da Arte, e avaliada pelo que se chama geralmente *gosto*, um Godo não vale um Romano.»⁴

A meio caminho entre a recusa do amparo latino por parte de Herculano e a avidez castilhana, encontramos a visão de autores que tomam um latinizado Quinhentos como referência primacial. É o caso de Pinheiro Chagas: «Também em Portugal», escreve ele, «se operou a invasão latina; mas parece-nos que nem uma só das palavras introduzidas pela renascença tornou a sair da língua, e são ainda hoje os clássicos quinhentistas as fontes puras da boa linguagem portuguesa.»⁵ Por sua vez, Rebelo da Silva louva nesses autores o saberem «transportar as riquezas de um idioma para outro», salientando o ganho que isso comporta para a concisão do conceito e o aprimoramento da frase.⁶ Júlio de Castilho considera que, à «loquela enfermiça e de poucas posses» que caracterizava o português medieval, «a reacção clássica não fez mais do que dar-lhe outra vez o bafo e leite materno, e a filha remoçou.»⁷ E acrescenta: «Nos nossos bons autores, achegamo-nos, muita vez, mais do rico latim do que do próprio vizinho castelhano.»

Algumas vozes, porém, secundam as reticências de Herculano a esse entusiasmo. Referindo um «demasiado apego à língua latina», que vigorou e ainda subsiste, Caetano Coelho desaconselha novas latinizações, particularmente quando conduzirem a formações vocabulares cultistas.⁸ A seu ver, não pode o português, sem perda duma feição própria, prolongar indiscriminadamente o recurso ao manancial latino. Teófilo, contra os que louvam a relatinização renascentista, toma o partido das formas de «criação popular», sujeitas desde Quatrocentos à pressão dos correspondentes termos eruditos e tantas vezes por estes levadas de vencida. E lembra, louvando-a, a acção de António Ferreira contra o exclusivismo do latim.⁹ O próprio Júlio de Castilho, estudioso de Ferreira, lhe reconhece uma «paixão bem mais sensata» pelo latim do que a dos contemporâneos, mesmo se esta foi, por vezes, uma «exageração salutar». E declara ainda: «A sua obra fez brotar uma língua sonora e enérgica, anafada de latim, mas portuguesa, e cada vez mais portuguesa, na valentia e no porte.»¹⁰

Subjacente à diversidade dos julgamentos acha-se um diferente apreço da mundividência veiculada pelo idioma latino. A atitude de Herculano é nisso clara, e Teófilo terá um mesmo sentimento.¹¹ Castilho vê-se, até, obrigado a posições defensivas, como quando afirma «quererem que atiremos todas as latinarias ao diabo, para nos ficarmos só com um ou dois géneros de antigualhas menos antigas, e não sei se acrescente que de menos substância poética (as góticas, por exemplo, e as moiriscas).»¹² A alusão às preferências de Herculano é, de novo, patente.

Dois testemunhos, de princípios dos anos 60, vincam a importância dos conhecimentos de latim para a manutenção e fortalecimento da língua materna. O primeiro, do helenista e latinista António José Viale (1806-1889) (na realidade uma *oratio pro domo*, já que feita no «Discurso proemial» do seu professorado em literaturas clássicas no Curso Superior de Letras, em 1861), vê os «áureos escritos» de Luís de Sousa, Vieira e outros como «irrefragáveis provas do muito trato que tiveram com os clássicos da antiga Roma.»¹³ E ajunta ser o estudo destes «indispensável para todo o indivíduo que quer poder avaliar o belo nas composições em prosa ou em verso», aí estando, também, a seu ver, «a base de toda a educação literária». O segundo testemunho é de Rebelo da Silva. Também para ele devem Sousa, Camões e Vieira ao contacto com os autores latinos as suas «formosuras». E mantém que de Horácio vêm, nalguns escritores, a concisão do conceito e o cinzelado da frase.¹⁴

Um questão de fundo se mantém activa, e condiciona algumas tomadas de posição. É a da origem latina, ou não, do português. A discussão era actual, particularmente nos anos 30 e 40, e fora estimulada, então, por um ensaio de Francisco de São Luís, que defendia a proveniência pré-latina do nosso idioma.¹⁵ Uma refutação anónima, mas de autor reconhecível, Francisco António de Campos (1780-1873), apareceu em 1843. Aí se salienta que, se desconhecermos, ou negarmos, a origem latina do português, «desconhecemos seu carácter, flutuaremos indecisos na escolha das expressões» e não teremos «regra segura que nos guie quando nos propusermos corrigir seus vícios ou promover seu aperfeiçoamento.»¹⁶ Tratava-se, pois, de uma questão decisiva, e de consequências práticas.[1]

4.2. O arcaísmo

A polémica de Castilho com D. João de Azevedo, exposta no Cap. 3, evidenciava duas posições extremadas no atinente à recuperação vocabular. Efectivamente, o culto o arcaísmo estava longe de recolher unanimidade. Antes de Azevedo, mostrara João Pedro Ribeiro não pender para a condescendência. Escrevia ele, em 1835: «Não se pode desculpar de charlatanismo ou pedantaria o uso de vocábulos que já passaram para o necrológio da língua; o uso, que os desprezou, mostra bem que eles eram desnecessários.»¹⁷ Bem outra é a concepção de Costa e Silva, que preconiza uma continuamente aviventada memória para o idioma. Explica ele: «O que torna obscuras as palavras é o desuso. Usai delas, e sua significação será corrente ainda para os menos instruídos. O não deixar esquecer as palavras e frases primitivas da língua faz com que ela não envelheça, e fornece aos autores cabedal com que possam bem pintar as suas ideias e variar o ser estilo, livrando-o da forçosa obrigação de repetir continuamente as mesmas.»¹⁸

Mas não faltavam as opiniões matizadas, como a do anónimo da *Crónica Literária* de Coimbra, que propunha a readopção de palavras desusadas que se revelassem «expressivas, harmónicas, bem soantes, e talvez necessárias», mas repudiava quantas se mostrassem «ásperas, grosseiras, cacofónicas ou indecentes».¹⁹ Roquete, para quem as «palavras antiquadas ou obsoletas» deviam, por contrárias ao *uso*, ser rejeitadas, pensa que elas «não são de todo para desprezar na poesia e em escritos jocosos; porém, na conversação familiar e em discursos oratórios devem-se evitar.»²⁰ Também Costa e Silva achava dever a linguagem «poética» encarregar-se da disseminação dos vocábulos recuperados. Desse nível, diz, elas passariam «insensivelmente» para a linguagem «nobre», a das pessoas civilizadas e da escrita mais corrente, e daí para a linguagem «popular», ela própria enérgica e ousada.²¹ Não é essa, certamente, a convicção de Garrett, activo em eliminar da sua poesia os arcaísmos. Assim o afirma em 1848, no Prólogo da segunda edição do poema *D. Branca*: «Do estilo tirei muitas voltas de arcaísmo forçado que sabiam à reacção filintista em que estava a língua quando primeiro o compus.»²² Anos antes, nas *Viagens*, satirizara a forma como «nós hoje em dia fazemos a nossa literatura»: com «palavrões velhos» tirados às crónicas, para «iluminar».²³

No seu período de deslumbre pelo passado, por volta de 1836, Castilho justificava, como vimos (Cap. 1 nota 2), um exagero próprio, como medida terapêutica, dizendo: «Se já porventura parecer a alguns que a sobeja antiguidade procuro levar a linguagem, [...] darei como resposta que, pois que a excessivo ponto de corrupção nos vão levando, é de mister guindar para excessivo ponto de pureza, para que, contrastando-se uma por outra coisa, a final nos possamos ao menos ficar em meio-termo.»²⁴ Mais tarde, em 1842, na disputa sobre o *Kenilworth*, aprovará o descomedimento alheio. Não será ele o único a fazê-lo. Camilo Castelo Branco mostra compreensão pelas tendências arcaizantes de Caetano Teixeira Coelho [2], que, por sua vez, contemporizara com os exageros de Filinto.²⁵

Mas Castilho ultrapassará, um dia, esse pendor para a imoderação. O seu elogio do revivalismo lexical do tradutor Ramalho e Sousa não é, na realidade, senão uma recaída, e, como sugerimos, uma radicalização sob a acção do ataque de Azevedo. Com efeito, meses antes, em Setembro de 1841, produzira Castilho esta lúcida anotação: «Se algumas raras vezes me vali de palavras passadas, foi quando entendi que eram necessárias ou, pelo menos, úteis: [...] e nunca as pus senão em lugar, e de modo, que o contexto do período lhes declarasse, à justa, ou aproximadamente, a significação» [3] Mais ainda: atacava os contemporâneos «*quinhentistas* mofinos, tacanhos e apoquentados», dizendo que, apesar de nos livros de tal época haver tesouros, não se acabara aí «a faculdade de aumentar e dilatar a língua», e que «esse privilégio exclusivo, dado aos mortos, é a mais absurda injúria contra os vivos». No fundo, considerava-se moderado, ‘liberal’, nos seus pontos de vista, que aplaudiam tanto a reabilitação como a criação vocabulares. «Os liberais da linguagem somos nós, que adoptamos de boa mente quantos vocábulos ou frases, embora peregrinos, se nos fazem mister» e, demais, «consentimos e instamos que se use de quantos vocábulos ou frases já foram nossos, e só por incúria ou moda se perderam ou retiraram do trato.»²⁶ Aqui se revelava um Castilho de exemplar flexibilidade.

Pela mesma época, Rivara imputava à «tirania da moda» a proscrição indiscriminada de termos antigos. E dizia que «verdadeiramente *velha*» apenas era aquela palavra que «foi substituída por uma ou mais palavras de maior eufonia, graça e força de expressão.»²⁷ E felicitava-se pelas «riquezas que hoje vão desenterrando, e descobrindo novamente polidas, os poucos que se esmeram em falar português, livre tanto de arcaísmos como de invenções desnecessárias, abundante em termos genuínos e expressões facundas e próprias». Todavia, logo no seu pensamento se efectua um salto qualitativo. Em nenhuma das melhores mãos pode estar a língua do que na criatividade dum autor informado e hábil: «O escritor imaginoso, fecundo, conhecedor dos segredos da sua linguagem, dispõe dela a seu bel-prazer».

Não era ele o único a dar aval a um comportamento ousado, desde que criterioso, nesta matéria. Coutinho, na *Análise crítica*, dizia não ser dos arcaísmos que tinha vindo ao português grande mal. E acrescentava, não sem finura: «Quando aparecem num escritor, vêm sempre acompanhados de muita coisa boa, de muitas elegâncias, dum retoque de antiguidade que a poucos leva ao mau gosto e a muitos inspira um sério e útil estudo» (Braga, 1857, pág. 25). Igual convicção inspira Caetano Coelho, que todavia alertava para o exagero [4].

É em Lopes de Mendonça que encontramos uma atitude global contrária a recuperações, e isso em nome de uma viabilidade da «comunicação». Recomenda ele, em 1855, que se preserve uma contiguidade entre a *língua falada* e a *língua escrita* — e é, anotemo-lo, a primeira vez que a distinção se vê operada. Observe-se o ponderado desta concepção: «Se os escritores admitissem de novo as riquezas latentes de linguagem que existem nos clássicos, estabelecer-se-ia forçosamente um contraste entre a língua falada e a língua escrita, e cremos que essa revolução não seria útil decerto nem à comunicação dos espíritos nem à propagação das ideias.»²⁸ Isto o ilustra o francês, idioma de simplicidade correcta e elegante, onde, depreende-se, língua falada e língua escrita se mantinham vizinhas.

Uma recensão de 1863 de um romance histórico (*Arzila*, de Bernardino Pinheiro) dá a um crítico, Augusto Luciano, colaborador do *Instituto*, a oportunidade de expor, com notável clareza, o ponto de vista dominante, que defende a moderação. Louvando no autor uma dicção «poupada de abstrusos arcaísmos», o recensista vem revelar o «segredo» da boa execução:

Com a sobriedade das palavras obsoletas, se alguma vez o inquina o neologismo, é certo que [Pinheiro] deixa de incorrer no grande defeito oposto. Se há coisa que torne detestável um livro moderno português, é a necessidade de o traduzir. Escreve-se vernáculo, rescendendo

mesmo o perfume do quinhentismo, alardeando mesmo erudição de idioma e estilo, mas tudo sem o prender perene da frase ao poste do arcaísmo. Esse é o segredo.²⁹

Em finais do período, aquando da polémica do «Fausto», ainda Castilho se verá acusado de práticas arcaizantes. O crítico é, aqui, o linguista Joaquim de Vasconcelos (1849-1936), que diz encontrar na tradução castiliana do poema de Goethe frequentes arcaísmos. A «sapiência» do tradutor tem aqui, afirma Vasconcelos, «um valor *retrospectivo*», de simples «memória», faltando-lhe qualquer sentido de «renovação».³⁰ Outra foi, assevera, a atitude de «eminentíssimos tradutores».

Foram ao tesouro da língua e procuraram com profunda sagacidade e admirável critério, entre as riquezas esquecidas, as que podiam ser aproveitadas absolutamente, ou as que necessitavam de renascer com um novo cunho; nos casos em que o modelo [entenda-se: o modelo traduzido] tomava uma feição insólita, estudaram-no, aprofundaram-no com paciência e com estudo sério, criando uma quantidade extraordinárias de termos, locuções, combinações novas de todo o género, isto é: uma língua nova (pág. 442).

Em «Tabelas», o crítico reúne os arcaísmos que no Fausto castiliano detectou, entre outros, *esfusilar, benesses, sacar, parança, adergar* [sic]. Voltaremos a esta disputa no Cap. 9.

Contudo, nestes finais do período, é Camilo Castelo Branco o alvo preferido de quantos repudiam o arcaísmo. Vê-lo-emos com pormenor no Cap. 7.4., onde também nos deteremos nos pontos de vista do arguido.

São, infelizmente, pouco numerosos (e não raro repetidos) os exemplos de arcaísmo ‘aproveitável’ fornecidos pelos críticos. Constitui excepção a lista que José Silvestre Ribeiro, estudando a linguagem de Lucena, dá de giros frásicos merecedores de hodierno emprego.³¹

Para um tratamento mais *técnico* da matéria há que esperar o *Relatório* que a Academia das Ciências produziu, em 1870, sobre a publicação dum Dicionário e de que foi relator Latino Coelho.³² Aí se exprimia a opinião de que a obra deveria incluir aqueles vocábulos que permitissem o estudo adequado dos «antigos monumentos da literatura nacional», ainda que hoje excluídos do «idioma vulgar ou literário». Adolfo Coelho, no comentário às posições de Latino, diz discordar delas, já que as questões são, a seu ver, algo mais complexas. Parece-lhe restritiva aquela acoplagem dos arcaísmos aos «monumentos», que conferiria ao dicionário um carácter «acanhado».³³ No estudo «Sobre a língua portuguesa», do *Grande Dicionário* de Domingos Vieira, explica-se melhor: «Em geral, os autores que dão uma palavra por arcaísmo consideram as coisas sob o ponto de vista do uso literário» (ed. cit., p. XVIII). Daí certa leviandade no decretar do ‘arcaísmo’ de um termo. Ora, palavras há que, dadas um dia como antiquadas, estão ainda hoje em uso. Isso demonstra «ou que elas, desusadas na linguagem literária, permaneciam na boca do povo, que as transmitiu até uma época posterior, em que a linguagem literária de novo as adoptou [...], ou que alguns escritores as foram desenterrar nos antigos escritos e chamá-las de novo à vida.»

O tratamento do tema por parte de Latino e, sobretudo, de Adolfo Coelho mostra que os *técnicos* se orientavam para opções revitalizadoras do léxico. Agiam, assim, em direcção oposta à dos críticos literários, mais fixados nas consequências para a práxis textual de demasiado entusiásticas recuperações de um vocabulário obsoleto.

4.3. A linguagem popular

A auscultação do falar do «povo» foi, a par de outras medidas já examinadas (Cap. 1.6.), insistentemente aduzida como essencial para a regeneração idiomática. No povo se supunha, com efeito, uma *reserva de autenticidade*. Castilho tinha sobre isso ideias particularmente assentes. Em 1836, escrevia: «Já hoje o estrangeiro que pelas obras de nossos antigos houver aprendido [a língua] não a poderá ouvir, entrando por nossas cidades e vilas; só lá pelos recônditos fraguados de alguma serra do norte [...] a irá tarde desencantar.»³⁴ E em 1842:

O português dos séculos XVI e XVII, que é o português já maduro e sucoso e ainda não eivado nem corrupto, [...] anda vivo [...], mais do que em todo outro sítio, na imensa povoação das aldeias, campos, praias e serras. Em suma, o português legítimo [...], posto que achacado, atura e, louvado Deus, pode ser que ainda desta não venha a morrer.³⁵

Mais tarde ainda, numa Nota sobre «Linguagem» da edição de 1849 do drama *Camões*, reconhece no «povo inculto» o mérito «de ir conservando a tradição do bom falar, sendo na plebe que um escritor desconsolado de parlamentos e jornais pode ir retemperar-se.» E, num acréscimo de 1863, louvará a exploração por Camilo Castelo Branco do «falar vivo do povo, e em particular do povo provinciano», que é, como os próprios clássicos, repositório «de nativos dizeres gentilíssimos» [5]. O próprio processo unificador dos idiomas, em que António Feliciano acredita, e onde reinam a espontaneidade e a «ordem interna», tem no povo um agente central. Daí advertir: «Deixemos ao povo o seu trabalho, que ele lá o vai executando por instinto e perfeitamente. Dele é a língua, só a ele pertence reformá-la.»³⁶ Todavia, o realista em Castilho não dorme: «Mas nós também somos parte dele; e se ele tem o direito de receber ou rejeitar as inovações propostas, cada um de nós tem não menos o de as propor» [6].

A opinião que faz do povo «o melhor clássico», encontramos-la em vários autores. Para Caetano Teixeira Coelho (a fórmula aliás pertence-lhe), «o povo de [há] dois ou três séculos é o mesmo de hoje», nele se observando uma imunidade às «místicas danças de influxos», que o preserva como «a mesma arca santa de outros tempos.»³⁷ São sobretudo as mulheres as depositárias dessas riquezas. José Feliciano chama-lhes, particularmente às idosas, «preciosos e mal encadernados tesouros de expressões, frases, galas e jóias do dizer» [7].

A primazia do dizer popular tem um apóstolo em João de Deus. Numa carta de Abril de 1864 ao ensaísta Germano Meireles (1842-1877) — por este prontamente publicada em *O Século XIX*, jornal que dirige em Penafiel —, relaciona o poeta a noção de clássico com a de clareza de expressão. E explica: «Pode acontecer, o que é raro, graças à razão natural do povo, apresentarem-se muitas palavras para a mesma ideia; mas aí é escolher a mais popular, que é a mais clara. [...] De tudo isto segue-se que, sejam quais forem os clássicos duma língua, há sempre um clássico soberano — o povo.»³⁸ Germano, que não se deixa convencer, contrapõe, em resposta, o exemplo de Herculano, clássico incontornável, e todavia de difícil leitura, decerto para imprevistos. Parece evidente que Germano não compreende a que nível se coloca João de Deus, que advogava o termo mais popular, não o mais plebeu. Só assim se compreende que possa desafiar-lo nestes termos: «Depois disto, persistirás em considerar o povo como *soberano clássico*? Sendo assim, tínhamos por corolário da tua asserção o *status quo* ou o chulo e plebeísmo da linguagem como critério de tudo» [8].

Também Teófilo Braga se mostra um radical na defesa da língua popular, a ponto de deplorar o conjunto da renovação latinizante iniciada em Quatrocentos. Bem outra teria sido a nossa literatura, afirma, se os autores dessa época e da seguinte, em vez de alargarem o vocabulário com aquisições do latim urbano, tivessem escrito «para o povo e em linguagem que ele entendesse.»³⁹ Daí em diante, lembra, as formas populares só acidentalmente irromperão na literatura, enquanto as formas eruditas tornarão convencional a «língua literária» e ininteligível a linguagem anterior, agora «arcaica» (cf. págs. 112-116). Tal

«degeneração», afirma, seria tornada visível em toda a sua amplitude, caso passasse a escrever-se o português como o povo o fala [9].

Borges de Figueiredo, nas suas *Instituições elementares de retórica*, de 1849, define o «provincianismo» como «o emprego de palavra ou frase que, não tendo o uso ou a pronúncia dos polidos da corte, se há por agreste e como estranha» (Coimbra, 1849, págs. 64-65). A sétima edição do compêndio, «mais correcta e aumentada», de 1870, mantém a definição, mas contém este curioso acréscimo: «Necessário é, porém, advertir que nalgumas províncias estão em uso muitíssimos vocábulos e termos, vernáculos e de excelentes quilates, sendo noutras províncias e na corte desconhecidos» (7ª ed., Coimbra, 1870, pág. 75).

A esta e anteriores concepções positivas não corresponde, contudo, uma simpatia prática pela terminologia popular. Com efeito, é constante no período o repúdio por termos tidos como *baixos*. Em 1840, o anónimo da *Crónica Literária* denunciava

a indignidade (para não dizer alguma coisa mais feia), a indecência e o pouco respeito com que se trata o público, usando nos escritos impressos das palavras *mangar*, *mangação*, *arrieirada*, *caçoada*, *caçoar*, *canalha* e outras semelhantes, que nos fazem subir ao rosto a cor da vergonha, porque as temos como demonstrativas da nossa espantosa corrupção moral e do quase *cinismo* grosseiro em que temos caído.⁴⁰

Rivara ocupa-se das palavras «plebeias», que define como «os termos chulos da gentilha, que ninguém atina donde vieram, ninguém sabe como se escrevem e que, o pior de tudo, lembram coisas torpes e obscenas.»⁴¹ Castilho desejava do autor de determinado poema «um pouco menos de certa familiaridade ou vulgaridade no dizer, que não é indecente, mas que em nosso juízo também não é inteiramente poética» [10]. Numa diminuta mas reveladora anotação de Garrett, invoca-se uma cobertura ‘clássica’ para um vulgarismo: «Dizem uma sandice, uma needade - em português mais vulgar, mas não menos clássico, uma tolice» [11]. Sempre pedagógico, Roquete, no *Código do bom-tom*, desaconselha as «palavras triviais e baixas» (Paris, 1845, pág. 231). E exemplifica com Vieira, que teria evitado usar *burro* e *pedra de cevar*. Em 1862, o liberalíssimo Teixeira de Vasconcelos achará o adjetivo «*suado*», que Tomás Ribeiro empregava no *D. Jaime*, «repugnante, conquanto seja transumpto fiel da natureza»⁴², acrescentando: «A escola que os franceses chamam *réaliste* aprova estas verdades cruas. O bom gosto não, porque nem todas as verdades se dizem.» Também neste particular Joaquim de Vasconcelos acha matéria de censura ao tradutor do *Fausto*. Numa das já referidas «Tabelas», faz o que apresenta como uma selecção de «Termos chulos e de gíria baixa» utilizados por Castilho. São cerca de oitenta vocábulos, onde detectamos termos como *escancarar*, *carão*, *atanazar*, *desunhar-se*, *enguiço*, *piscar (o olho)*, *cachopa*, *traste*, *pirueta*, *pilhéria*.⁴³ Claramente, a linguagem escrita requeria o cultivo de certa nobreza.

4.4. O neologismo

«O neologismo é a maior calamidade que pode pesar sobre a pureza da língua. [...] Os melhores autores são os que inventam menos palavras. Camões foi mui parco a este respeito. Vieira pode-se dizer que não inventou uma só. [...] É melhor fazer reviver uma palavra antiquada que buscá-la em língua estranha.» Assim se exprimia, em 1845, Roquete.⁴⁴ Cinco anos mais tarde insistia, chamando ao neologismo uma «lepra» que tem feito crescer, incontroladamente, o número de sinónimos (Paris, 1850, pág. VIII).

É, todavia, um caso isolado. Assim, para o anónimo da *Crónica Literária*, a criação vocabular pertence ao número das necessidades óbvias, demonstrando a história do nosso

idioma quanto de positivo pode encerrar tal processo⁴⁵, desencadeado quer por derivação interna (para que o português seria «singularmente dotado») quer por integração de material adventício.

Um apontamento no *Pantólogo* de 1944, assinado por Joaquim Rodrigues da Fonseca, censura aos lexicógrafos o «excessivo puritanismo» que os leva a excluírem termos posteriores a uma «idade áurea da língua portuguesa», mesmo sendo úteis, nacionais e autorizados.⁴⁶ Outros autores se pronunciam no mesmo sentido. Cunha Rivara, declarando absurdo que «uma língua *viva* fique estacionária», atesta que «diariamente o progresso intelectual campeia sobre o pedantismo puritano» (ed. cit., págs. 168-169). Quase por idênticos termos se exprime Latino Coelho, ao interrogar-se sobre o sentido de «nós, os homens de um século riquíssimo de noções desconhecidas aos nossos avoengos», nos condenarmos, «em nome de um purismo intolerante, a constranger os nossos movimentos intelectuais» numa linguagem imobilizada. «O neologismo é uma fatal necessidade», conclui.⁴⁷

José Feliciano toma o partido das «neologias» (que algo especiosamente distingue de «neologismos»), beneficiadoras dos idiomas, «que sem elas estacionariam ou retrogradariam».⁴⁸ Cita nomes de «neólogos-mores», entre que avulta Camões, que enriqueceu a língua com inúmeros vocábulos e expressões, de valor entretanto demonstrado. (Como se depreende, com Camões se avalizavam as opções mais díspares.) E Rebelo da Silva recorda que «as ousadias formosas, que fazem lei, não violentam a língua nem defloram o gosto.»⁴⁹ O que verdadeiramente nos ameaça, avisa ele, é «a renovação miraculosa das poéticas e das sintaxes». Visado era aqui, notoriamente, Teófilo Braga. O escrito é datado de 12 de Outubro de 1865. A Questão Coimbrã está à porta.

A criação de vocábulos, parece claro, não pode ser deixada ao arbítrio de qualquer indivíduo, dela devendo encarregar-se apenas os que, ensina Castilho, para tanto dispõem de «metal fino», que é «o estudo e conhecimento dos bons autores e índole da língua que se pretende opulentar.»⁵⁰ Uma vez, todavia, garantida a idoneidade do interventor, um largo espaço de acção se lhe oferece: «Quer poeta quer prosador, ouse formar por derivação, por composição, por feliz e inspirada onomatopeia, e até em alguns casos por adopção e perfilhação, mormente do castelhano, vocábulos que, bem gravados como o moderno cunho, bem expressivos e bem carregados de ideias ou relações jamais dantes enunciadas, mereçam ficar para sempre recebidos.»⁵¹ No prólogo a uma tradução sua, justifica Castilho a introdução de terminologia francesa (onde encontramos *prefeituras*, *méres*, *arredondamentos*), propondo que, «no dilema de neologismo ou mentira», se opte pelo neologismo.⁵² Por sua vez, Gabriel Coutinho enumera como condições de aceitação de elementos forasteiros: 1. que sejam enérgicos, expressivos e sonoros, 2. que sejam derivados por analogia e conformes à índole do idioma, 3. que não sejam supérfluos, 4. que não sejam sujeitos a «repetição afectada».⁵³

Também deste tema se ocupa o *Relatório* de Latino. Tendo sublinhado a necessidade do neologismo para a renovação das línguas, traça ele dois cenários da efectivação desse princípio. Ou o idioma tira do seu próprio seio a matéria-prima para os novos produtos (caso do grego e das línguas germânicas) ou tem que recorrer a outros para neles se abastecer. Latino Coelho não explicita qual dos cenários é, ou deveria ser, o da língua portuguesa. Mas não esconde a concepção de uma «pureza primitiva» do idioma, o que sugere uma preferência pelo desenvolvimento *ab imo* das línguas.⁵⁴

De particular interesse é o acentuar de uma *funcionalidade*, ou da ausência dela, na criação vocabular. No ensaio bipartido da *Revista Universal*, afirma Castilho: «Quanto mais crescer a terminologia, tanto mais se aumentarão os meios de exprimir cada coisa com propriedade; de variar, em vez de repetir; de chamar ou de despertar a atenção; de acudir às precisões da oratória e da poética.»⁵⁵ Delfim Maia, no seu *Manual de estilo*, fornece um ponto de vista ainda mais curioso, ao apreciar o neologismo mais propriamente pela ausência duma

funcionalidade. «Os barbarismos [...] são perigosos nas línguas que têm uma literatura formada, por minarem a existência dessa literatura, tornando-a ininteligível.»⁵⁶ Afirmação ambígua, esta. Com efeito, pode pretender dizer que a adoção de um termo acarreta a arcaização de outro; ou que a adoção do novo introduz, já por si, um elemento de ininteligibilidade. Qualquer que seja o objecto da sua preocupação, o autor propõe uma barreira à renovação expressional. Para Delfim Maia, é o *imobilismo* que é funcional.

No fim do período, a batalha do neologismo parecia ganha. José Simões Dias podia escrever em 1876: «Com a restauração romântica, a linguagem chamada a significar novas ideias de civilização admitiu grande cópia de neologismos, completando assim uma evolução nova.»⁵⁷ Era uma afirmação que o caminho andado permitia tranquila, e onde até ressoava uma nota de triunfo.

4.5. O castelhano e o italiano

Na primeira edição do *Código do bom-tom*, Roquete dizia peremptório: «É melhor fazer reviver uma palavra antiquada que buscá-la em língua estranha» (Paris, 1845, pág. 263). Na edição de 1875, vemos acrescentado: «Devem preferir-se as usadas em espanhol ou italiano às francesas» (Paris, 1875, pág. 175). Já em 1850 o pedagogo expunha a razão de tais opções:

Enfaixado em sua infância o idioma lusitano nas mantilhas da língua latina, robustecido em sua mocidade pela varonil desenvoltura da língua castelhana, e nobremente adornado, na idade madura, com as galas da língua italiana, desdenhava ele com razão as fantasias e arrebiques da língua francesa, que apenas conhecia por parenta muito afastada.⁵⁸

O castelhano é considerado, particularmente nos seus estádios recuados, como manancial de reforço e estímulo para o português. António Feliciano não hesita em afirmar que cada uma das duas línguas, português e castelhano, «*se pode estudar pelos clássicos da outra*».⁵⁹ A mesma concepção está presente quando, ao apreciar a «racional e artística colocação dos vocábulos» do português, o autor diz poder-se estudar isso «nela mesma, na latina, na castelhana e na italiana.»⁶⁰ Assim, e sempre que estivermos precisados em matéria de «linguagem», é a elas que, de preferência, havemos de recorrer. Ou, como se exprimia em 1841:

Muito nas boas horas nos venham de França elegância e finura, de Inglaterra altiveza e força, doçura de Itália, graça e pompa de Castela, filosofia, fantasias e novidade de Alemanha; mas para usar de tudo isto não tiremos de estranhos a linguagem, senão quando conhecermos em consciência que não basta a nossa; e ainda então não é à porta do francês que primeiro havemos de ir bater e envergonhar-nos, que mais perto temos a mãe latina, a boa irmã espanhola e ainda a italiana.⁶¹

Esta ideia não abandonará Castilho, sempre adepto de uma «fraternização entre duas tão formosas irmãs, como são a língua italiana e a portuguesa.»⁶² Dizia ele, em 1862: «Na leitura do castelhano, se hoje em dia a frequentássemos como cumpria, bem fácil e bem agradavelmente pudéramos nós retemperar ainda hoje o bom falar vernáculo» [12].

Disto discorda, porém, o seu grande admirador Teixeira de Vasconcelos, que, numa das suas «Cartas profanas» da *Revolução de Setembro*, e comentando esse ensaio castiliano, adverte o autor para as transformações por que o castelhano viera passando. Diz Vasconcelos: «O castelhano antigo, o idioma de Cervantes e de Quevedo, [...] andou sempre de braço com o nosso português, mas o castelhano de então para cá, arrebicado de italiano, de francês e até de flamengo, é uma língua riquíssima, harmoniosa, mista de suavidade graciosa e de sonora

graciosidade, mas não creio que possa retemperar o *bom falar vernáculo*.»⁶³ A essa passagem da «Conversação» aludirá, mais tarde, Júlio de Castilho, no ensaio sobre António Ferreira, defendendo a aproximação com o castelhano, «língua congénere com a nossa, não repugnada (hoje ainda) do nosso paladar.»⁶⁴ Tal como o pai, Júlio considera que ao castelhano e ao italiano (o esforço italianizante de Ferreira merece-lhe aplauso) pode o português largamente recorrer, sem riscos de subversão do seu carácter [13].

4.6. O galicismo

Um dos primeiros textos a debruçar-se, no nosso período, sobre a temática do galicismo e, ao mesmo tempo, um dos poucos que detida e sistematicamente o fazem é o artigo «Galicismos» de Alexandre Herculano no *Panorama* em 1837 [14]. Opina o autor que os galicismos, em que a língua abunda, se tornaram inerradicáveis, nomeadamente os «de frase» (pág. 52). Bem-vindas ou não, tais influências sobre o idioma põem em evidência — mais do que os efeitos do intensivo manejo de livros franceses, mera causa próxima — uma mais fundamental ignorância da língua portuguesa por parte dos seus utentes. Língua «abundantíssima», esta, vê encurtados e empobrecidos «as formas e os elementos do discurso» ao contacto com a francesa, «escassa a muitos aspectos.» Mas isso não sucederia, caso um adequado conhecimento do português pudesse fornecer contrapeso. Para tornar piores as coisas, os livros clássicos, que poderiam tornar-se revigoradores da expressão, são de difícil acessibilidade, e mais inacessíveis ainda por um temário pouco interessante para a actualidade e, portanto, em luta desigual com os «mui agradáveis livros franceses.» Acomodado, assim, o espírito ao jeito francês, até obras portuguesas que tratam «matérias curiosas» acabam por enfastiar. E Herculano sugere três medidas a tomar, concretizadas as quais, «a língua pouco a pouco surgiria do lodaçal em que está mergulhada»: a publicação de uma antologia dos nossos prosadores e poetas; a reimpressão dos mesmos a preço acessível; a tradução «bem castigada» de obras estrangeiras de qualidade, que dispensasse o recurso aos originais. Estas concepções, de um exemplar equilíbrio, irá Alexandre Herculano mantê-las [15].

Era, essa, uma contemporização que Castilho estaria longe de fazer sua. Se reconhecia, também ele, o «esquecimento dos nossos bons livros pátrios», o forçoso lançar mão de edições estrangeiras e a «larguíssima conversação do idioma que mais tem contaminado o nosso»⁶⁵, não menos deplorava o que considera os dois processos atentatórios da «sincera e nativa pureza da nossa língua»: a adopção de vocábulos e frases espúrios e a obliteração da «contextura interior» do idioma. Para o primeiro destes males, dispunha-se de remédio: prosseguir as diligências iniciadas no *Glossário* de Francisco de S. Luís [16]. O segundo efeito pernicioso era, porém, de mais difícil combate. Como emblematicamente diz: «Falar português com palavras francesas é incomparavelmente menos mau, dado que mais ridículo parece, do que pensar em francês e muito embora exprimir-se em palavras pátrias».

Ainda assim, o diagnóstico não parece desesperado. Tal como Herculano, propõe Castilho que, após contacto com obras em língua estranha, o leitor «corra a se purificar nas fontes vivas e copiosas dos nossos clássicos», ao mesmo tempo que advoga, também ele, a reimpressão dos mesmos. Mas, diferentemente do director do *Panorama*, o ensaísta não aconselha uma tradução para português dos livros de mais constante uso, antes avança, entre propostas várias (dicionário, prémios anuais, estímulo da criação teatral), a de «versões esmeradas dos romanos autores, mormente dos poetas, que, por serem leitura para maior número, mais larga cura podem fazer». Essa tarefa de tradução de poetas latinos, há-de o pedagogo a si próprio impô-la [17].

O prólogo à tradução das *Metamorfoses* é, para Castilho, pretexto para ajuste de contas com «a peste desses malhadeiros gloriosos a que chamamos *galicistas*, prostitutas propagadores de uma praga literária, como de uma praga física o são as mulheres de mau viver» (Lisboa, 1841, pág. XVI). Era uma tradução em que Castilho sabe ter investido não pouco apuro e para que augura efeitos notáveis na reabilitação da língua. Ao desfalecimento de que um dia dera mostras perante a investida do galicismo⁶⁶, sucede agora a convicção da reversibilidade do mal. Regozija-se com as obras que, mesmo poucas, significam na actualidade uma prossecução da tarefa editorial dos clássicos portugueses, e afirma-se convicto de que, «quando a maior força [do mal] houver passado», dessas obras sairá «a repovoação dos vocábulos e frases e música dos portugueses.»⁶⁷

Já vimos a susceptibilidade que o doutrinador demonstra na polémica com D. João de Azevedo, quando acusa este de contemporizar com o galicismo. Azevedo não se deixara impressionar: «*Galicismo* é uma palavra francesa!... Há muitas na nossa língua. Usam delas os nossos melhores escritores. São indispensáveis algumas» [18] Dois anos mais tarde, em 1844, o próprio contendor dirá: «Muita palavra que hoje é português legítimo foi galicismo na sua origem. A muitos galicismos de hoje acontecerá o mesmo daqui a séculos.»⁶⁸ Contradição? Só aparente. Trata-se do léxico, e neste domínio Castilho é realista: «As palavras são como as folhas das árvores». A intolerância tem, nele, por objecto — insista-se — as adulterações da «contextura», tanto mais gravosas quanto a autêntica ordem portuguesa, «o nosso dizer semi-latino, variado, numeroso e poeticíssimo até na prosa» leva, a seu ver, vantagem «lógica e artística» sobre a afrancesada, «tolamente presumida de clareza (que não tem)» (ib.). Em 1845, insiste: «Não, esta aparente ordem [agente, verbo e paciente] nem isso de ser mais clara tem por si, porque em muitos casos, e em quase todos, é um desarranjo ou da filiação e concomitância das ideias ou de imagens, que, por outro modo dispostas, poderiam causar impressão mais funda e duradoura.»⁶⁹

Na já citada Nota sobre «Linguagem», no drama *Camões*, aponta ele as três vias por que o galicismo atinge o falante português: a imprensa, o teatro e os livros escolares (Ponta Delgada, 1849, pág. 189). A imprensa é, neste particular, «verdadeira máquina infernal», parecendo-lhe o caso para se parodiar o épico:

A língua de Camões, qual hoje a vês,
Com pouca corrupção crês que é francês.

Quanto ao teatro — e a acção deste é tanto mais eficaz quanto, diferentemente da imprensa, ele atinge o povo inculto, reconhecida reserva do «bom falar» —, Castilho refere, com evidente *charge*, que na maioria dos dramas «a frase só a entenderá toda quem pelo francês a for mentalmente traduzindo.» No que, por último, respeita às obras escolares, ao forçar-se a criança a aprender por livros «desleixadamente escritos, com um quarto de português, um de francês e dois de *algaravia*», polui-se a fonte que a instrução primária é, «um crime para que não há nome.» E, com indefectível sentido de dramatismo, António Feliciano remata: «O galicismo puro em boca plebeia faz dó; mas entre os lábios rosa de um inocentinho espanta e horroriza quase tanto como a obscenidade».

Heliodoro Rivara denuncia quer a admissão indiscriminada quer a recusa radical.⁷⁰ Aliás, uma fixação no influxo francês («é hoje moda reparar só em galicismos»), acha-a ele falseadora, pontualmente despropositada e, mais que tudo, dissimuladora de outros meios de infiltração.

De particular interesse é o contributo do pedagogo José Inácio Roquete. Considera ele como único meio de combate ao galicismo

ensinar aos mancebos a analisarem todas as partes da oração francesa e a compararem cada uma delas com a da nossa língua que lhe corresponde, habituando-os desde o princípio a buscarem e acharem gramatical e logicamente os equivalentes em seu idioma.⁷¹

Propõe, além deste, o estudo da sinonímia, que porá em evidência o elevado número de acréscimos lexicais abusivos, de proveniência nomeadamente francesa, que maculam os escritos coevos.⁷² Como já sublinhámos, Roquete é particularmente explícito, fornecendo largo número de exemplos, quase sempre esclarecedores. O melhor, neste particular, encontramos-lo na *Gramática elementar da língua francesa e Arte de traduzir o idioma francês em português* (Paris, 1851). Aí insiste na necessidade de se procurar «equivalentes» na língua portuguesa de termos ou giros franceses; fornece numerosos exemplos de elipse francesa, ou do que tem como tal (propondo, assim, que se traduza «Jamais orateur ne parla mieux» por «Nunca houve orador que melhor falasse», ou «La ville en cendres» por «A cidade *reduzida* a cinzas»); de ordem frásica portuguesa a respeitar (ex.: «Faltando esta condição» por *Cette condition manquant*, ou «Mais astutos que o eram os Gregos» por *Plus fins que les Grecs ne l'étaient*); recomenda que se evitem certos circunlóquios franceses onde o português for mais sucinto (ex.: *Ce n'est pas fait pour être dit*, «Isto não é para dizer-se») ou que, em contrapartida, se reserve ao francês a concisão (ex.: *Ami de la vérité, tu dois l'entendre*, «Pois que és amigo da verdade, debes ouvi-la»); pormenoriza «modos de falar que não se adaptam à nossa língua traduzidos ao pé da letra» (ex.: *Nos lois sont trop connues pour qu'il faille entrer en de nouvelles explications*, «São tão conhecidas nossas leis que é desnecessário entrar em novas explicações»); lembra, por fim, a vantagem de, aqui ou ali, se traduzir por verbos o que o francês exprime por nomes abstractos (ex.: *Les discours que l'ivresse lui a fait tenir*, «As palavras que proferiu *estando bêbado*», ou *Les livres que vous m'avez donnés sont à la reliure*, «Os livros que v... me deu estão a *encadernar*»). Nestas notoriamente vernáculas traduções, o cuidado, mais que visível, de Roquete (e o mesmo pode registar-se em Castilho ou Camilo) é o de afastar o português do francês, graças à exploração de virtualidades sintácticas do primeiro, mesmo em casos em que uma tradução literal era legítima. Facto é que Roquete atinge aqui uma explicitação única no período [19].

Na série de artigos com o título genérico de «Literatura» que publica na *Revista Universal*, e a que já fizemos referência, dedica Silvestre Ribeiro o XII à «influência que a língua portuguesa tem recebido das línguas modernas, ou, com maior exactidão, da francesa.»⁷³ O artigo, que é longo, rematará pela seguinte afirmação, que, na referência *in extremis* às outras línguas, sublinha quão obsessiva se mostrava a reserva frente ao francês:

Depois da língua francesa, as línguas modernas que sobre a nossa têm tido alguma influência são a italiana e a inglesa; mas essa influência não alterou a índole portuguesa, e tem sido vantajosa, porque nos há subministrado muitos vocábulos no domínio da belas-artes, comércio, política e indústria (pág. 359).

Para o nosso propósito, este estudo de Ribeiro é de notável importância, visto nele se proceder a um primeiro exame diacrónico das tomadas de posição, assim se estabelecendo, pois, um útil *estado da questão*. Fazem-se primeiro considerações genéricas sobre a «comunicabilidade do génio da França» (citando, sem reservas visíveis, Lamartine: «Quand la Providence veut qu'une idée embrase le monde, elle l'allume dans l'âme d'un Français»). Disserta-se, depois, sobre a universalidade da língua francesa, na qual está escrito «quanto há de mais interessante nos diferentes ramos dos conhecimentos humanos, quanto pode ser útil ou agradável à humanidade». O largo uso do francês entre nós, e mais do que tudo, a leitura aturada de obras francesas, tudo isso não poderia senão trazer uma «profundíssima impressão» sobre a língua portuguesa. Entra Ribeiro então em pormenores sobre a génese do

Glossário de São Luís («interessante livro de que muito carecíamos e que pode servir de seguro guia aos que prezam a pureza da nossa língua»). Cita, em seguida, Filinto («Carta» sobre a língua portuguesa, de 1790), as *Reflexões* de Freire e seu comentário por Rivara, o artigo já aqui abordado de Herculano de 1837 no *Panorama* e, com especial detenção, António das Neves Pereira, no «Ensaio crítico» sobre a decadência da língua e suas causas, de 1793. Depois, historia as relações luso-francesas no período medieval, fonte de marcas indeléveis no nosso idioma. Tal influxo tem-no Silvestre Ribeiro, porém, por menos defensável hoje, dado o «outro carácter» adquirido pela língua portuguesa, que considera do domínio do óbvio. O autor teve, todavia, o cuidado de dar voz a «outros pontos de vista». A voz dissonante é Herculano, de quem se cita o artigo de 1844 (ver acima nota 87), onde se considerava inviável a neutralização do influxo francês, só conseguida por uma extinção, utópica, da «acção cultural da França em Portugal».

Não é de espantar que alguém como António Pedro Lopes de Mendonça, reconhecido exemplo de cosmopolitismo e independência, seja autor de elogios rasgados à língua francesa. Segundo ele, esta «deve uma parte da ascendência que possui no mundo moderno à limpidez, à sobriedade e ao aticismo, que a revestem de uma simplicidade correcta e elegante.»⁷⁴ Compreensivelmente, à sua actividade crítica é alheio um juízo sobre *galicismos*, o mesmo valendo, mais tarde, para Antero e Teófilo. Mais complexa, e de suplementar interesse, é a posição do crítico (e colaborador) de Mendonça, Rebelo da Silva. Este releva ao folhetinista um excessivo pendor para a importação vocabular. Mas pensa que, nas «páginas graves dos livros», não pode ser tolerada «a invasão de galicismos desnecessários».⁷⁵ Porém, é ele mesmo a tecer encómios à «flexibilidade» e «transparência» da língua francesa no campo do gracejo e da ironia. Um tanto folhetinescamente, afirma: «O que nós carecemos de explicar em frases longas exprimem os franceses por duas sílabas».

Menos contemporizante, mas mesmo assim exemplarmente ponderado, é Gabriel de Moura Coutinho. Em 1856, aparece em sete números de *O Murmúrio. Periódico literário e instrutivo* (n^{os} 7, 9-11, 13, 15-16, de 1856), publicado em Braga, o seu artigo «Duas palavras sobre galicismos». Sob uma epígrafe castiliana, começa o autor por lembrar terem sido os livros franceses, tornados «principal matéria de estudo», os introdutores privilegiados dos galicismos. Combatidos pelos Arcades, particularmente por Filinto, e depois por Francisco de S. Luís (o *Glossário* seria «obra tão indispensável como o dicionário da língua»), os galicismos acabaram, todavia, por instalar-se. Assim, os testemunhos de A. Neves Pereira (ensaio de 1793) e Herculano (artigo do *Panorama*) continuam a valer na actualidade, não obstante existirem escritores que se exprimem «com um gosto puro, respeitando a castidade da linguagem». Os factores de corrupção continuam a ser, predominantemente, as traduções do francês, entregues a «esfaimados aprendizes de literatos», e os periódicos, «afrancesadores do nosso modo de dizer», sobretudo no folhetim [20].

Mas Coutinho conserva o sentido das proporções. Um purismo radical, em sua opinião, seria inconveniente e anacrónico, se sequer fosse viável. O progresso da língua é fenómeno de perfeita normalidade. Simplesmente (e é uma cláusula que temos visto repetidamente formulada), a «variabilidade vocabular» deve acompanhar-se de uma preservação da «índole» do idioma. Mas em si, a absorção do elemento peregrino é medida «necessária às vezes» e «geralmente útil para tornar uma língua mais rica e expressiva». Propõe, assim, um reajustamento da definição de galicismo, noção daqui em diante estritamente negativa. Ela designaria «toda a palavra ou frase avessa ao génio da língua, introduzida violentamente do francês.» O autor aponta, mesmo, o que considera método para o reconhecimento dos «verdadeiros» galicismos: «Quem tiver o ouvido afeito à sonora e amena linguagem portuguesa há-de aí embicar em palavras ríspidas e dissonantes, em frases envezadas e sem analogia» (ib.). É, notoriamente, instrumentário pouco maneável. Mas é,

não obstante a sua ingenuidade, o que de mais concreto o período produziu em matéria de *reconhecimento* de galicismos.

Propunha-se Coutinho, em complemento a este ensaio, expor o modo de escapar ao «pensar francês», expressão crismada por São Luís e que este descrevia, no *Glossário*, como o «tomarmos do francês um modo particular de tecer o discurso.» Esse estudo pretendia-se positivo e pedagógico. Coutinho não viria a realizar o projecto. Porém, no ano seguinte — e talvez isso constituísse uma alternativa —, surge com uma obra de rara valia, não obstante a circunstancialidade de que provém. Trata-se da *Análise crítica sobre vícios de linguagem que se encontram nas duas cadernetas de Filosofia adoptadas no Liceu de Braga, acompanhadas de reflexões gerais*⁷⁶, obra fundamental, que amiúde citamos. O pretexto, algo fútil, e não isento de motivações privadas, contrasta com a solidez global do empreendimento. A determinação de fundamentar teoricamente a sua crítica aos dois compêndios inspira a Coutinho aquela que é a mais elaborada reflexão estética do período que estudamos. Facto significativo, este, de a atenção algo compulsiva sobre o galicismo viabilizar, privilegiadamente, a expressão de um coerente corpo de doutrina.

Após enunciar a concepção, já a florada no *Murmúrio*, da situação actual do idioma como «estado de perfeição» — perspectiva cara a diversos ensaístas, e que a outros repugna — e, deste modo, apresentar a intromissão de material estranho como factor de desqualificação, faz o autor mira sobre os galicismos. Propõe, então, uma distribuição destes em três áreas: 1. galicismos *propriamente ditos ou simples* («quaisquer vocábulos franceses, discordantes da índole da nossa língua, introduzidos violentamente», e ainda «as palavras portuguesas tomadas numa aceção afrancesada»), 2. galicismos *de dicção* («frases e modos determinados de dizer, supérfluos e avessos ao nosso costume, embora próprios, e elegantes até, na língua francesa»), 3. galicismos *de construção* («todos os modos de colocar e ligar as partes da oração, do período e do discurso, contra o nosso uso e à imitação dos franceses»). Esclarece que é nestes últimos que o ‘pensar francês’ de São Luís ganha forma.

Passa, então, ao exame dos galicismos constantes dos compêndios em apreço, extenso inventário que constitui (sendo esse até provavelmente o desígnio) uma prossecução do programa de inventariação e comentário de Freire, Neves Pereira e sobretudo São Luís [21].

Oferece, como sempre, particular interesse a caracterização dos galicismos *de construção*, resultantes, esses, de «certa combinação estranha das partes da oração, já duma com outra ou outras, já de alguma ou algumas com o todo da oração ou período» (pág. 60). É, portanto, a «combinação» de elementos em si inócuos que produz, aqui, o galicismo [22]. Sendo os «mais triviais» (Coutinho quer provavelmente dizer *os mais frequentes*), são estes também os galicismos «de piores consequências para o pátrio idioma, porque nele se introduzem insensivelmente, e pouco a pouco lhe vão alterando a natureza e o carácter». Assim, acrescenta o autor, «o *tom da linguagem*, para me servir desta expressão afrancesada, tornou-se quase o mesmo para uma e outra nação».

O mérito da classificação tripartida de Coutinho reside, de modo particular, na explicitação que vem conferir ao achado do autor do *Glossário*, o *pensar francês*, que este não definira, deixando-o num descomprometido «melhor se entende do que se explica». Ora, a proposta do ensaísta bracarense cobre de maneira satisfatória a realidade intuída por São Luís e, sobretudo, permite uma descrição dela. Ganham com isso incontestavelmente a clarificação e operacionalidade das noções [23].

Não se encontra, nos escritos do período, assinalável eco dos estudos de Gabriel de Moura Coutinho.⁷⁷ O anonimato do autor, a sua curta existência (falecerá dois anos depois da publicação da *Análise*, com 25 anos), somados à excentricidade do local de publicação assim como à já sublinhada circunstancialidade deste segundo estudo, tudo isto terá obstado a uma difusão do seu contributo. Não se trata, decerto, de qualquer sintoma de saturação. A fixação

no galicismo continuará sensível, por vezes em poses trágicas (veja-se a afirmação de Camilo Castelo Branco: «Não há fibra direita no coração da mulher que bebeu a morte, e — pior que a morte — algumas dezenas de galicismos no que por aí se escreve e copia»⁷⁸), e mais comumente na notória frequência do tema em *consultórios linguísticos*, como o que Silva Túlio manteve, anos a fio, no *Arquivo Pitoresco* [24].

Esta obsessão no galicismo é singularmente patente no curioso ensaio a que já fizemos várias vezes referência, «Um lance de olhos pela língua», de Caetano Teixeira Coelho.⁷⁹ Em toada permanentemente rezingona e de um arcaísmo propriamente voluntarioso (já assinalado, como vimos, por Camilo), multiplica o autor censuras à imprensa periódica. «O jornal — como a palavra o está abertamente traindo — é este um dos maiores foreiros do galicismo», escreve, por exemplo, e tem por assente que nesse meio prospera «desavergonhadissimamente» a palavra à francesa. «Quem souber miudear *isso de galicismos de construção*, vá lá, que encontra com messe de anos e ceifa de milhares de foices» (cursivo nosso). Segundo Caetano Coelho, a pedagogia dominante está a fazer do aluno em Portugal nada menos que um «citoyen francês»: «quem souber francês entende-o, quem souber só português *pode* entendê-lo». Mas o inevitável protesto de comedimento não se faz esperar («Eu não gosto nem sou de extremos»), e o autor lamenta não poder alongar-se na investigação do tema, onde, opina, algum exagero se tem verificado. «Há frases que os franceses usam e que nós, pela propriedade e concisão, e porque a língua lhes não obsta, poderíamos igualmente usar sem nódoa. Mas tão sentidos estavam os ânimos dos desvios, que tudo remeteram ao galicismo» [25].

O «Novo Programa do Curso dos Liceus» de 1872 prescreve que, no capítulo da *literatura* portuguesa, se estude: «*Galicismo de palavras e de construção. (Breves traduções de francês para correcção deste vício que tanto tem deturpado a língua materna)*»⁸⁰ E insiste-se na utilidade de exercícios sobre o uso de pronomes pessoais e possessivos, considerados como aqueles que, sob influência do francês, mais superfluamente se empregam.

Por esta época, parece Castilho dividir-se entre o aplaudir a penetração gaulesa e o resignar-se a ela. Se decanta em Paris «a capital da inteligência, a pacífica revolucionária civilizadora do mundo, a árbitra do gosto universal, e que vai infiltrando de contínuo a sua nas outras línguas»⁸¹, não deixa menos de confidenciar a Júlio Dinis em correspondência de 15-VII-1868: «Creio até... (à puridade lho confesso) que o nosso idioma, como alguns outros (porém o nosso mais que todos), tende já inevitavelmente à total absorção e assimilação do francês» [26]. Caricaturalmente, e em termos que roçam mesmo a grosseria, presenteava o romancista com esta observação: «Muitos capítulos seus, especialmente neste segundo romance [*Uma família inglesa*], sem se poder bem afirmar que desdizem do nosso falar genuíno, correm todavia tão impregnados do estilo, da locução e (como dizem) do *espírito* parisiense, que nada seria mais fácil que passá-los para logo ao mais puro francês.»

Também o jornalista António Enes (1845-1901) pensa, em 1871, encontrar no galicismo matéria por onde atacar os autores das *Farpas*. Visando particularmente Ramalho, critica o uso de termos franceses (dando como exemplo *entente*, *savoir-vivre*, *distingué* e outros) e declara ler-lhe amiúde os escritos para se «aperfeiçoar na linguagem francesa».⁸² E ajunta: «Há galicismos sublimes e fecundos, e outros pequeninos ridículos e estéreis. Os do nosso escritor são desta última categoria.» Ramalho Ortigão — parece ser ele quem responde — não precisa, a este respeito, de lembrar muito mais que a impertinência de se chamar *galicismos* a simples palavras francesas. A liberdade de a elas recorrer não mereceria sequer discussão.⁸³

Incidente igualmente diminuto, igualmente exemplar, quase a encerrar-se o período aqui considerado, é o da crítica que Cândido de Figueiredo, na sua revista, o *Cenáculo*, faz de uma obra de Luciano Cordeiro. Entre considerações de mais largo âmbito, enumera o que

considera deslizes gramaticais.⁸⁴ Um número posterior da revista inclui uma carta de Cordeiro em defesa do seu texto. Vem acompanhada de notas-de-rodapé, em que o director tece comentários, de tónus aliás pouco edificante.⁸⁵ Leia-se a anotação que Figueiredo produz acerca de um qualquer galicismo «conhecidíssimo»: «Provavelmente, não se importa muito de galicismos o nosso amigo, e está no seu direito. Tem numerosa e laureada camaradagem, que há-de ficar talvez impune, porque o Filinto não ressuscita» (pág. 142). Algum tempo depois, na *República das Letras*, o publicista João Penha (1838-1919) lembrará o episódio, aproveitando para vituperar traduções («vasconço puro») feitas de obras francesas, que forçam, diz, à leitura dos originais, assim prosseguindo:

Ora, estas duas línguas, postas sempre em contacto, de tal modo e tão subtilmente se têm confundido, ainda nas inteligências mais robustas, que muitos escritores, não podendo já discriminar o que pertence a uma e o que pertence à outra, escrevem muitas vezes como lêem, julgando escrever como falam.⁸⁶

E dá a última novidade: o malefício tem, agora, no exterior, agentes portugueses. No entreposto de Havana, encontra-se activo — sugere Penha — o diplomata Eça de Queirós. Na realidade, havia largos meses que o visado deixara o poiso referido. Mas a insinuação não é por isso menos valiosa.⁸⁷

Camilo Castelo Branco tem, por esta altura, um conceito construtivo da influência francesa. Já não dirá, como em 1858, não haver «fibra direita» no coração da mulher que bebeu galicismos. Também já não dedicará meses de trabalho (como relatava em carta de 1858) a uma tradução do *Génio do Cristianismo* «purgada até do sabor da frase francesa, não digo somente do galicismo grosseiro.»⁸⁸ Agora, comentando certo livro de Ricardo Guimarães, declara ver nele um estilo «português na palavra, francês no boleio da frase — ligação que é uma formosura, quando o escritor tem a consciência dessa dificultosa amálgama» [27]. Era uma apreciação que redimia muito júízo descabido e que encerrava uma época.

[1] Dois defensores da origem céltica do português (Francisco Martins de Andrade e João Napomuceno de Seixas) publicam, anonimamente também, em 1844, um *Opúsculo acerca da origem da língua portuguesa* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1844). Nele prometem um posterior tomo, em que mostrariam que na natureza do latim e do português «se dá uma oposição manifesta» (p. XXII). O volume em questão não chegou a sair. Em carta aos autores, toma Garrett uma curiosa posição intermédia, supondo nos defensores da hipótese latina alguma cegueira e nos da céltica um desvaire da moda e espírito reaccionário (cf. p. VIII).

Herculano, bem informado sobre o estado da investigação linguística na Europa, mostra, num artigo do *Panorama*, o absurdo da tese céltica («Reflexões etnográficas, filológicas e históricas a propósito de uma publicação recente sobre a origem céltica da língua portuguesa», in *O Panorama*, 8, 1844, 391-394. Uma prometida ‘continuação’ não se verificou).

Em 1867, A. Soromenho considera a contenda ainda actual (*Origem da língua portuguesa*, Lisboa, 1867) e censura nos dois campos «demasiado exclusivismo», embora acabe por rejeitar a hipótese céltica.

Com maior distância, e informação, Adolfo Coelho historia a controvérsia e, operando uma distinção que durante decénios fizera falta, mostra ser no latim «rústico» que as línguas romanas têm origem (Cf. «Sobre a língua portuguesa», Domingos Vieira, *Grande Dicionário Português*, I, Porto, Chardron, 1871, pp. CCII-CIII.) O mesmo Adolfo Coelho fizera, anos antes, a mais esclarecedora exposição sobre o tema (ver prefácio de *A língua portuguesa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868). Os termos em que o fez, particularmente contundentes, feriram alguns dos contemporâneos. Um deles lembra a «má impressão» que fizeram as críticas de Coelho (*O Aristarco*, Coimbra, 1868, p. 35). Inocêncio da Silva reagiu acerbamente, e nem sempre com lisura, no seu *Dicionário*. Coelho responde no opúsculo *Algumas observações acerca do Dicionário Bibliográfico e seu autor*, Lisboa, 1870), magnífica peça polémica, a que já fizemos referência (Cap. 2.4.), em que investiva um país «onde nunca se soube o que seja crítica, e os ídolos literários andam envolvidos em constante atmosfera de incenso» (p. 8).

Esta última asserção não pode deixar de, objectivamente, atingir António Feliciano de Castilho. De notar é, todavia, o seu silêncio em toda esta questão. Neste sentido, é de particular curiosidade a dedicatória exarada no exemplar de *A língua portuguesa* que Coelho lhe fez chegar em 1868 (e se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa): «Eduardo Coelho foi encarregado pelo autor deste opúsculo de oferecer ao Exmo. Sr. Conselheiro António Feliciano de Castilho, respeitabilíssima autoridade no assunto, este exemplar, honrando-se o autor muito em que sua Excia. expendesse a respeito dele o seu severíssimo juízo.» Quanto sabemos, nenhum juízo seria expendido.

Veja-se, também, sobre a questão céltica, Manuel de Paiva Boléo, *Adolfo Coelho e a filologia portuguesa e alemã no século XIX*, separata de *Biblos*, vol. XXIII, Coimbra, 1948.

[2] «A ira destampou-lhe em hipérboles de quinhentismo. Se ele hoje vivesse, a sua escrita seria selecta, lisa da brotoeja dos arcaísmos, comezinha para todos os entendimentos» («Cartas do Minho. Carta segunda», in *Diário Ilustrado*, 8-VII-1872)

[3] Prólogo, P. Ovídio Nasão, *Metamorfozes*, ed. cit., p. XIX. Em 1849, escreverá: «O que aos indoutos desapraz na linguagem velha não é tanto a estranheza, como a escuridade; se a ideia brilha clara e inteira através da frase desusada, uma vez que esta não seja por outros motivos repreensível, pode ir sem medo de desprazer, e até pode ser que agradará mais; pois lisonjeará o amor-próprio do ouvinte inculto, que sem intérprete, per si só, a decifrou» (Nota «Linguagem», *Camões*, Ponta Delgada, 1849, p. 188.)

[4] «Bom e útil será e cairá sempre que, aqui e além, regulando sempre pela natureza do escrito, vão desses termos, que são muito portugueses e de bonito emprego, e que assim se poderão salvar de arcaísmos e mal entendido desuso.» Ajuntava, porém: «Mas tantos e tantos, tão juntos, tão apertadas rimas, isso não» («Lance de olhos pela língua», in *Tira-Teimas*, 1861-1862, 122-123).

[5] *Camões. Estudo histórico-poético*, 1ª ed., Ponta Delgada, 1849, p. 189; 2ª ed., Lisboa, 1863, p. 42. Num ‘esboço biográfico’ de Maria Peregrina de Sousa, diz Castilho ter recebido dela «uma série de

curiosos artigos, *escritos em português português, em português do Minho*» (in *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, 3, 1861, 273, cursivo nosso).

Bulhão Pato sublinha, em 1970, os grandes «serviços» que Camilo Castelo Branco presta à literatura indo procurar «por essas províncias» modos de dizer populares que nos seus «primorosos diálogos» depois transmite (cf. Prólogo, *Flores Agrestes*, Porto, Viúva Moré Editora, 1870, p. 13).

Leia-se, a este propósito, Cláudio Basto, em livro sobre Camilo: «Existe uma relação íntima entre a linguagem clássica e a do povo - a do portuguesíssimo povo rústico do norte [...]. Se ele soubesse escrever literariamente, escreveria ao presente como os clássicos escreveram outrora. [...] O povo é um clássico que sobrevive» (*A linguagem de Camilo*, Porto, Maranus, 1927, pp. 42-44).

[6] Castilho explorou modulações populares (ou pretendidamente tais) nos episódios ‘noticiosos’ que redigia para a *Revista Universal Lisbonense* (por exemplo, em «O rabequista», de Junho de 1842: «Minha mãe trata da casa; eu... de dia guardo no monte o nosso gado; à noite serro com minha mãe; às vezes, sozinhas ambas ao pé da lareira (o que é triste); às vezes também, acompanhadas de algumas moças vizinhas, que assistem a um quarto de légua de nós. Com duas delas vim eu hoje, e havemos de nos tornar juntas; sem isso houvera perdido este noivado»). Mais desenvolvidamente o fez em traduções de peças de teatro, que empreendeu desde os anos 30 e haviam de culminar em Molière e no *Fausto*. Aponte-se, ainda, no presente domínio, um texto de propósitos satíricos, fruto de um desencanto político, e surgido anónimo: a *Crónica certa e muito verdadeira de Maria da Fonte*, de 1846 (reedição moderna com introdução, fixação de texto e glossário de Fernando António Almeida, Lisboa, A Regra do Jogo, 1984). Acerca desta obra, comenta José Quitério: «Para além da jocosidade saborosa, fica o espanto por Castilho, o neoclassicista prene de preocupações arcadizantes e bucólicas, [...] ter tido apetência e engenho para parir tão descabelada farsa.» E o autor atesta o «real prazer que desabrocha desta prosa, camponesa e marginal, galhofeira e transgressora» (recensão, in *Expresso*, 16-3-1983).

[7] «Despedida do colector», *Íris Clássico*, s.l. [Lisboa], 1859, p. 228. Exactamente neste ponto surge uma voz discordante na pessoa do poeta e crítico José Maria da Costa e Silva. Segundo ele, as edições acessíveis dos clássicos deveriam levar as classes pobres a «falar a língua pátria com a pureza e elegância que tão raramente se encontra entre nós no povo, e entre muitos indivíduos que não são povo!» E ajunta que o estropeio da língua «se observa a cada passo entre nós, e muito principalmente no sexo feminino» («Sobre a publicação de clássicos portugueses», in *O Panorama*, 9, 1852, 415, cursivo nosso).

[8] «Resposta a João de Deus», 3ª parte, *ib.*, 25-VI-1864. A pouca disponibilidade de Germano Meireles para seguir o pensamento do poeta é, ainda, visível na, de resto forçada, tradução política que faz desse pensamento: «É o erro dos democratas filósofos, encarecendo a soberania popular como *alfa* e *ómega* das sociedades.»

Sobre o jornalista de Penafiel leia-se *Germano Meireles: da geração coimbrã à geração de 70*, Porto, Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1983.

[9] Já antes, em *Teoria da História* (Porto, Imprensa Portuguesa, 1872), lamentava o cercear da expansão do «dialecto popular», pelo prestígio das novas formações do latim. Essa «reação linguística», haviam-na aplaudido os escritores de Quinhentos «como uma superioridade» (p. 16). Contra tal opção se erguera António Ferreira, partidário da «expressão natural, a que nos pertence, a das nossas alegrias e dos nossos interesses» (p. 18).

[10] «Ema» [de Nuno Maria de Sousa e Moura], in *R.U.L.*, 4, 1845, 534. Castilho recordava, em 1836, a intervenção de um censor que, em poesia a ele submetida e que continha o vocábulo «beijo», anotara: «Risque beijo e ponha ósculo» (Preâmbulo, *Ciúmes do Bardo*).

[11] Prólogo de *O Arco de Santana*, 1844. Anos antes, num artigo faceto do *Entre-acto*, Garrett retratara certo ‘romântico’ a quem termos demasiado explícitos escandalizavam: «Tornozelos, Pompílio, que vulgaríssima palavra!» (1, 1837, 58).

[12] «Conversação preambular» (1862), Tomás Ribeiro, *D. Jaime*, 2ª ed., Lisboa, 1863, p. LXXXI. As condicionais em que o autor se exprime tinham deveras razão de ser. O conhecimento directo da literatura em castelhano era quase inexistente. Como sublinha Maria Idalina Resina Rodrigues, o pouco que chegava, fazia-o pelo desvio de Paris (cf. «Teatro espanhol e teatro francês; o parecer crítico dos românticos portugueses», in *Actes du colloque 'Les rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1983, p. 345). A ensaísta cita um artigo de *A Península* de 1852, onde podia ler-se: «Em Portugal não há um só livro moderno espanhol impresso em uma tipografia espanhola. O que sabemos e o que podemos haver da literatura e ciência moderna de Espanha, devemos-lo às edições francesas» (ib.).

[13] O italiano encontra ainda um advogado entusiasta em António de Serpa, que, no Epílogo às suas *Poesias*, declara: «Entre nós, [...] ignora-se vulgarmente a poesia italiana, a mais rica, a mais correcta, a mais aperfeiçoada das poesias modernas. Falseamos em parte a índole da nossa linguagem com a imitação das formas francesas, e desprezamos as da língua mais poética da Europa, e daquela a que, mais que nenhuma outra, na variedade, na harmonia e na doçura, a nossa se assemelha» (Lisboa, 1851, p. 231).

[14] Vol. 1, 1837, 52-53. O artigo não vem assinado. Treze anos mais tarde, José Silvestre Ribeiro, citando-o e comentando-o na *Revista Universal* (10, 1850-1851, 346), há-de qualificá-lo ainda de «muito conceituoso».

Anote-se que, em Garrett, raras são, no decurso do nosso período, as referências a esta temática. Todavia, desde 1827 a sua posição é conhecida. Num artigo em *O Cronista*, diz: «Muita gente que me não conhece cuida que eu sou parcial contra tudo o que é francês. [...] Enganam-se muito. Procuo, é certo, diminuir o preconceito público e mui geral entre nós, que havia caído no contrário, pois cuida-se em Portugal que não há mais literatura senão a de França, que todas as outras são imperfeitas e pobres.» Com tais ignorância e unilateralidade, «a literatura perde-se pela imitação servil, e a linguagem corrompe-se pelo estudo exclusivo de uma língua estranha.» E o jornalista sugere um reequilíbrio, pelo contacto com outras literaturas e idiomas (1, 1827, 239). Veja-se também, abaixo, a nota 107.

[15] Assim se exprime em 1844: «De que se queixam os que lamentam a perversão da linguagem actual pela influência do francês? Da introdução de alguns poucos vocábulos; mas principalmente da alteração completa da sintaxe e em geral da índole da língua, alteração que, em nosso entender, nenhuns queixumes, nenhuma diligências evitarão, enquanto não se destruir a acção intelectual da França em Portugal, o que é impossível. E todavia como actua a língua francesa em a nossa? Unicamente pela imprensa, pelos livros; mas cada livro é como um indivíduo daquela nação, que vem falar no meio de nós; indivíduo por via de regra mais civilizado, mais rico de ideias, ou pelo menos de ideias mais bem ordenadas que os que o escutam. Reflectidas em nossa alma essas ideias, a que muitas vezes não é fácil achar a fórmula nacional que as represente como as concebemos, até porque haverá casos em que tal fórmula não exista, exprimimo-las involuntariamente com a frase peregrina. Então, aquelas ideias, partindo de sujeitos superiores em civilização e cultura de espírito, vazadas no molde estrangeiro, derramam-se entre o povo e, passados poucos anos, vamos encontrá-las trajando já o burel popular no mercado, na taberna, e até nos lugares que mais resistem às inovações de todo o género, nas povoações rurais» (in *O Panorama*, 8, 1844, 393). Mesmo assim, Herculano divertir-se-á, numa página de *O pároco da aldeia* (datado de Novembro de 1844), a parodiar os utilizadores de galicismos.

Segundo Vitorino Nemésio, a França inculcara a Herculano, durante o exílio, «algumas feições do seu génio» e habituara-o «à língua da claridade e do bom senso». De resto, «a permanência dos emigrados em França contribuiu poderosamente para consolidar o francês entre nós como idioma auxiliar de cultura e comunicação europeia» (*A mocidade de Herculano*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1934, pp. 163-164).

[16] Trata-se do «Glossário das palavras e frases da língua francesa que por descuido, ignorância ou necessidade se têm introduzido na locução portuguesa moderna, com o juízo crítico das que são adoptáveis nela», publicado em *História e Memórias da Academia Real das Ciências*, t. IV, II parte, Lisboa, 1816. Foi reeditado em volume em 1827 e, já no nosso período, em 1846. Esta obra de São

Luís é extensa e de apreciável sistematicidade (embora de cabimento duvidoso em vários pontos, como, mesmo no nosso período, foi sublinhado) e constituirá, ainda por 1870, referência privilegiada.

Em «Apontamentos para a história dos bens da Coroa e dos forais» (in *O Panorama*, 7, 1843, 340), Herculano defende a pertinência, historicamente apoiada, de expressões que São Luís considerara indesejáveis galicismos.

Leia-se, a propósito do *Glossário*, o artigo de Mário Vilela «A norma ‘purista’ no século XVIII (com base num exemplo)» (in *Revista de História*, 4, 1981, 49-61). O aparecimento de listagens anteriores ao *Glossário* é estudado e documentado no interessante trabalho de Georges Boisvert «*Guerra às palavras afrancesadas! Une polémique linguistique dans la presse lisboanaise en octobre 1812*» (in *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes*, t. 44-45, 1983-1985, 243-271).

[17] As distâncias que Castilho toma face ao francês — importa vincá-lo — não são ditadas por qualquer baixo conceito dessa língua. Enquanto que Herculano aponta nela, não obstante tudo, uma escassez de meios, Castilho dá-a como língua que «à força de bem cultivada por muitos e diferentes engenhos, se acomoda prestes e serviçal aos pensamentos mais subtis e novos e aos affectos mais delicados e passageiros» (Notas, *A Primavera*, 2ª ed., Lisboa, 1837, p. 149). António Feliciano, sabe-se, falava fluentemente o francês, tendo este sido durante anos idioma corrente em sua casa, e escrevendo ele versos franceses «com facilidade e elegância», como nos informa o filho Júlio (ver Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, IV, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, p. 28. E ainda: VII, 1934, p. 115). As reservas são, pois, de outra ordem. Têm a ver com o que de radicalmente indesejável existe na aproximação entre os dois idiomas, francês e português. É que, acentua, as semelhanças entre eles são ilusórias. «*Não cuida eu que haja língua que mais diste por índole da nossa do que a francesa*» («Conversação preambular a ‘A confissão de Amélia’», ed. cit., p. 177, cursivo nosso). O exagero é patente, mas o que está em jogo — a índole, o génio, a «contextura» do idioma — é-lhe, já o pudemos apreciar, da maior transcendência.

[18] Ver apontamento in *Diário do Governo*, 25-VI-1842. Manuel Borges Carneiro, no seu *Mentor da mocidade*, admite vocábulos que venham «suprir alguma falta em a nossa, como: *cremes, corbelhas, compotas, pret* [?], *etape*, etc.» (Lisboa, Imprensa Nacional, 1844, p. 84).

[19] A largueza de vista de que Roquete aqui dá prova torna tanto mais singular a sua insistência em condenar galicismos lexicais, como no *Código do bom tom ou regras da civilidade e de bem viver no XIXº século* (Paris, J.-P. Aillaud, 1845). Aí se dão como indesejáveis, entre numerosos outros termos, *activar, barricada, bonomia, complacente, entrave, morder a terra, sentimental* (cf. p. 236). Na 4ª ed., «corrigida», de 1875 (Paris, J. P. Aillaud, Guillard e C.^a), mantém-se a série inalterada.

[20] Esta atribuição de culpas às traduções do francês, sendo comum, é, aqui, razoavelmente tardia. Já desde fins do século XVIII ela é regularmente feita. Em 1827, Garrett referia-se aos «milhares de traduções francesas pela maior parte indigestas», produzidas no século anterior (cf. *O Cronista*, 1, 1827, 16). De resto, já então Garrett enuncia os dados centrais da questão nos termos apocalípticos que vimos posteriormente generalizados. Como quando escreve: «Vulgarizou-se esta língua [a francesa] entre nós, tomou-se por molde e exemplar para tudo; a nossa perdeu-se, e o modo, o espírito, o génio, tudo o que era nacional desapareceu.»

Sobre a generalizada frequência de livros franceses, escreve Nemésio, referindo-se à época: «O que mais se lê é francês. O livro culto — literatura, vulgarização, ciência — vem dos prelos franceses.» No comércio dos livros, «a iniciativa francesa é considerável. As tabuletas arvoram apelidos franceses: Rolland, Plantier, Bertrand, Moré; mais tarde Aillaud, Orcel, Chardron, Lugan, Genelioux, que na capital, em Coimbra e no Porto dominam o comércio e fabrico dos livros» (*Relações francesas do romantismo português*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1936, p. 3).

[21] A 28-I-1857, o diário portuense *O Portugal* inicia, em folhetim não assinado, novo elenco de galicismos. A série, que se apresenta como «aditamento» ao *Glossário* de São Luís, aduzindo

remédios para a «fatal epidemia» será inopinadamente interrompida ao fim de quatro edições. Um jornal não era, provavelmente, o veículo mais apropriado para o tema.

[22] E Coutinho concretiza: «Agora será no modo de principiar o período, logo na ordem dos complementos; já será no regime das preposições, já na colocação dos adjectivos; na disposição ainda dos membros da oração, e até no arranjo total do período ou discurso, em qualquer ponto, enfim, se deixará dominar do génio francês [...]. É isto aquele *pensar francês* de que fala o sr. S. Luís» (*Análise crítica*, ed. cit., p. 61).

[23] Castilho apresentara, como vimos, uma divisão embrionária a três níveis, próxima da de Coutinho («Conversação Preliminar a ‘A Confissão de Amélia’», pp. 176-177). António da Silva Túlio expõe, no *Arquivo Pitoresco*, 2, 1858, 310, uma tipologia correspondente, grosso modo, à de Coutinho, mas sem desenvolvimento mencionável.

[24] Era inevitável que o apontar de galicismos se transformasse em desporto. Exemplificaremos com o publicista português Urbano Loureiro, no seu «periódico de crítica» *Bocage. Piparotes literários*. Aí passa a pente fino o *Almanaque de lembranças luso-brasileiro para o ano de 1866*, da autoria de Alexandre Magno de Castilho e A. X. Rodrigues Cordeiro, que incluía uma rubrica sobre galicismos, onde se acumulam lugares-comuns. Loureiro mostra como a rubrica é, ela mesma, manancial de galicismos (cf. vol. 1, 1865, pp. 44-45, 52, 78). Em edição anterior do *Bocage*, coubera ao próprio Camilo idêntica sorte.

[25] Também Garrett se queixava, em 1841, dos «puritanismos exaltados» para os quais é suspeita toda a frase que se assemelhe ao francês (Nota de *Um auto de Gil Vicente*). Em 1870, A. F. Barata, nas já citadas *Advertências curiosas*, escreveria: «Demasiado rigorosos, os puristas costumam taxar de galicismo qualquer frase que lhe pareça traduzir o francês» (pág. 21). Adolfo Coelho, no ensaio «Sobre a língua portuguesa» do *Grande Dicionário* de Domingos Vieira, lembrará, a propósito do galicismo: «A língua escuta muito pouco estes conselhos dos puristas; não é às regras académicas que ela obedece. [...] Os puristas são forças conservadores que actuam sobre a linguagem; mas ainda que eles trabalhassem todos numa direcção uniforme [...], as forças inovadoras haviam de poder sempre mais do que eles» (vol. I, Porto, Chardron, 1871, p. XXVIII).

[26] Júlio Dinis, *Inéditos e Esparsos*, I, 2ª ed., Lisboa, 1918, pp. XXXII-XXXIII. Castilho será, ele próprio, ainda alvo de crítica neste particular, quando Joaquim de Vasconcelos se ocupar do seu *Fausto*. Neste releve o crítico galicismos como *belo e bom, joalheria, fracassar, chança*, de que diz não terem, sequer, «o mérito da novidade» (*O Faust de Goethe e a tradução do Visconde de Castilho*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1872, «Tabelas sinópticas»).

[27] «‘Fantasias e escritores contemporâneos’, pelo Visconde de Benalcanfor», *Noites de insónia* (Agosto de 1874), III, Porto, Chardron, 1929, pp. 153-155.

Num texto de 1889, exprime ponto de vista em tudo semelhante. «Tudo já agora nos move a indulgenciar a contextura afrancesada da frase indígena porque insensivelmente e contra vontade *nos surpreendemos a pensar em francês* [cursivo nosso], pelo reflexo dos livros elementares da nossa educação literária e da nossa convivência intelectual e recreativa com franceses. O termo *galicismo*, esse monstro, está a ser fechado no arquivo das caturreiras arqueológicas de alguns castiços veteranos, adidos ao paládio dos quinhentistas» (in *Grande dicionário contemporâneo Francês-Português*, apud Alexandre Cabral (org.), *Páginas quase esquecidas*, t. 2, Porto, Editora Inova, 1973, p. 258).

Capítulo 5

Os cuidados da forma

5.

A ‘boa escrita’ é uma das obsessões do período. As exigências formais estendem-se a toda a actividade da escrita, incluindo as obras de estudo e as publicações periódicas. As preferências vão para a linguagem ‘natural, simples e expressiva’. Pelo fim do período, os círculos ‘científicos’ (Adolfo Coelho, Teófilo Braga) declaram-se libertos de imposições formais.

As noções em jogo — e são sobretudo as de «linguagem» e de «estilo» — mostram-se, de início, tudo menos unívocas. Castilho concebe o plano de uma ‘arte de escrever’, empreendimento englobante que jamais executará. A definição vai operar-se, ao conceber-se «linguagem» como conjunto virtual de expressividades e «estilo» como realização opcional. Ao mesmo tempo, desenvolve-se em torno deste último conceito uma carga pejorativa. Tanto a Questão Coimbrã (1865) como a do «Fausto» (1872) fornecerão para ela largo âmbito de exploração.

5.1. O bem escrever

Herculano assevera em 1842: «Sempre foi necessário, e ainda mais o é hoje que o tacto literário está mui apurado, escrever não só correcta mas elegantemente.»¹ Silva Túlio é de igual convicção: «O escrever e falar com abundância, variedade de dicção, propriedade, acertada colocação e devido número é um apuro que se não pode exigir de toda a gente. [...] Mas entre a perfeição esmerada e a incúria ignóbil, entre o classicismo e o barbarismo, há um meio-termo que todos devem forcejar por atingir. Não é ainda virtude, mas é já isenção de vício.»²

Escrever só se concebe, portanto, como escrever cuidadosamente. Com energia o formula Gabriel de Moura Coutinho: «Ninguém é obrigado a escrever, mas, por isso mesmo, quando qualquer o faça, deve pôr todo o cuidado em escrever com perfeição.»³ Porque (assim raciocina), se as línguas atingiram, fruto de esforços continuados por séculos, um «estado de perfeição» — e a portuguesa é «uma das mais perfeitas e acabadas» — é dever de quem delas se utiliza fazê-lo ao mais elevado nível. Coutinho é sucinto: «*Todo o livro deve ser escrito em boa linguagem.*» Por isso dedicou, como vimos (Cap. 4.6.) quase duas centenas de páginas à ‘análise crítica’ de dois compêndios de Filosofia adoptados no liceu de Braga. Lamenta o jovem publicista a inexistência de um «*método de escrever bem*». Castilho, vê-lo-emos no § 2, tomará nesse sentido várias iniciativas.

O anónimo dos «Desejos de um amigo da literatura portuguesa» opina: «É uma estranha e desarrazoada empresa escrever em linguagem que os nossos concidadãos não entendam com facilidade ou não entendam de todo.»⁴ E põe em destaque a «propriedade» dos termos como constituindo «o verdadeiro talento de bem falar e escrever». É uma concepção estática, que Caetano Teixeira Coelho compartilha e assim pormenoriza: «O saber e escrever português não está só na palavra ser portuguesa. Está, mais que muito, no saber-se a sintaxe, a regência dos verbos, as suas diferentes significações consoante as preposições que levam, ou

os complementos que pedem, [...] enfim, em iniciar-se cada um nos mistérios e génio da língua», quais os «bons mestres» os regulamentaram.⁵ Não assim Heliodoro Rivara. Este acredita na subordinação da «propriedade» à intervenção criativa: «O escritor imaginoso, fecundo, conhecedor dos segredos da sua linguagem, dispõe desta a seu bel-prazer [...]; as palavras que em outra boca pareceriam impróprias saem da sua com a força ou com a graça conveniente.»⁶

Bastante mais tarde, no seu volume do *Curso de literatura portuguesa*, Camilo Castelo Branco, tratando de Francisco Rodrigues Lobo, e um tanto a despropósito, proporá aos hodiernos cultores do «*realismo*» (cursivo original) o bucólico seiscentista como exemplo na «arte de escrever com acerto, com elegância e com graças portuguesas.»⁷ E sugere que, por mais «desafecto a autoridade» que o contemporâneo realismo seja, este se lembre de que Baudelaire «escreve em bom francês».

A exigência de escrever bem tudo quanto se escreve visa, de maneira peculiar, as obras de estudo. Agostinho Mendonça de Falcão recomenda, entre as medidas estimuladoras do estudo e cultivo da língua nos adolescentes, que as edições destinadas quer às primeiras letras quer às universidades sejam redigidas «em boa e pura linguagem»; e os professores devem, eles próprios, esmerar-se na fala e na escrita.⁸ José Silvestre Ribeiro, em *Alguns frutos da leitura e da experiência, oferecidos à mocidade portuguesa*, aplicou-se, diz, em escrever «linguagem portuguesa de boa lei», já porque outra não deveria empregar-se, já porque espera assim concorrer para o apreço e cultivo da língua por parte das gerações mais novas.⁹ E Antero de Quental, no artigo em que comenta a *Teoria do Socialismo* de Oliveira Martins, aconselha-o a «arejar» um pouco o estilo nas suas exposições de princípios, afirmando que «o estilo nas obras não literárias, e até nas de ciência pura, não deve ser considerado como coisa acessória e secundária» [1].

As publicações periódicas não são excepção. Ao despedir-se da *Revista Universal*, que dirigiu, Castilho declarava: «A linguagem [...] diligenciámos que fosse pura nas palavras, frases e contextura delas» [2]. E Rebelo da Silva, ao assumir a redacção do *Panorama*, prometia o cultivo duma linguagem corrente e clara: «Na linguagem há-de observar-se desvelo constante para que saia limpa de locuções estrangeiras, repugnantes à sua índole vernácula, e igualmente purificada dos requebros antiquados de palavras e frases exóticas e de períodos alatinados, que a desfeiam, soando mal na dicção corrente e clara» [3]. Anos mais tarde, insistirá: «Como até aqui, o Panorama procurará ser bom e legitimamente português, na direcção, no carácter, na linguagem.»¹⁰ A este tema regressaremos mais detidamente quando se falar da linguagem da imprensa (Cap. 7.8.).

Castilho já há bastante tempo (em 1836) esboçara alguns princípios simples de boa escrita.¹¹ Começava por lembrar que a «língua» é a ferramenta. Uma fase de aprendizagem permitirá «ajuntar, conhecer, escolher e apontar bem os instrumentos de que se há-de valer». Em seguida, sublinhava quanto cuidado a «frase» requer. Acima de tal exigência, só a da «pureza» da expressão. Assim o diz o ensaísta, com a complexidade sintáctica que então cultivava:

Quando quem não cura da pureza de sua língua, cura ao menos de lhe não deitar remendo de pano estranho ou novo que não seja vistoso e garrido; quando o que se não preza de dizer limpa e castamente, ao menos timbra no exprimir com viveza não vulgar, com certo matiz, com certa novidade — algum passe mais se lhe pode conceder (pág. 35).

Recomenda, por último, que se atente no «período», que importa não seja *estirado*, defeito que, afirma, é «português, peninsular, meridional».

A importância, por vezes decisiva, dos conseguintes no plano da linguagem, sublinha-a assim o ensaísta, numa «Notícia» sobre Bernardes, na *Livraria Clássica*: «A

linguagem é muitas vezes mais para a fortuna de um escrito que todas as restantes partes dele mais sólidas e fundamentais.»¹² Isto é, se a alguma coisa dever um texto perenidade, será frequentemente à sua linguagem. É um Castilho de todo o tamanho, este que admite a subordinação de quaisquer cuidados contedúísticos aos da expressão. Nem todos o subscreveriam, alguns haveriam mesmo de o rechaçar, mas é essa uma convicção duradoira. E nela o acompanha Camilo Castelo Branco, segundo quem um romance que pretenda sobreviver deverá firmar-se em «alguma espécie de utilidade». Das duas que lhe ocorrem — o estudo da alma e a pureza do dizer — parece-lhe esta segunda a mais segura [4]. Daí que procure, diz ele, dar aos seus livros uma linguagem «sã» e adequada ao ideário contemporâneo. Daí, também, que vinque em escritos como os de Rebelo da Silva aquilo que neles é «grandioso, sublime e escultural»: a sua «linguagem», onde adverte, entre demais virtudes, uma «máxima ciência da propriedade do termo», um «estreme lusitanismo da frase», uma «locução irrepreensível» mas nem por isso menos acomodada ao sentir hodierno.¹³

Com efeito, para a maioria dos autores, a atenção a dar à expressão, não devendo tornar-se absorvente, é todavia mais que lícita: é da natureza das coisas. Alguns dão conselhos particularmente concretos. Assim, segundo Freire de Carvalho, a melhor elocução consegue-se com «uma linguagem natural, simples e expressiva» que recorre aos vocábulos próprios, à ordem recta, a períodos curtos, em tudo se evitando quer a concisão demasiada quer a abundância.¹⁴ E insiste na singela submissão à sintaxe, que, em última análise, garantirá ao enunciado clareza. Também Manuel Borges Carneiro, no *Mentor da mocidade*, lembra quanto a sintaxe permite o acesso a «uma linguagem não só clara e livre de ambiguidade, mas precisa, enérgica, elegante e bem soante.» Assim, aconselha que «a oração principal tenha sempre o seu seguimento desembaraçado», que «as orações incidentes ou intermédias não a interrompam por muito tempo», que «os períodos sejam breves e distintos, em lugar de se prolongarem ou amontoarem», que «se evitem as longas [*sic*] parênteses, devendo deixar-se o seu objecto para um novo período.»¹⁵

Uma última consideração, a do gramático António Francisco Barata, que, em 1870, insiste na agilidade lexical: «Difícil é a arte de escrever bem, porque, para o conseguir, forçoso é um longo aprendizado, possuir grande cópia de vocábulos, estudar sinonímia, e tudo isto lendo e relendo os mestres. Com estes elementos o homem educa o seu gosto e adquire um estilo seu próprio.»¹⁶

Uma marcada mudança de perspectiva se desenhará no final do período, quando uma disputa opuser Adolfo Coelho a Inocêncio da Silva, a pretexto da monografia *A língua portuguesa* do primeiro, de 1868.¹⁷ Inocêncio transcreve, no seu *Dicionário* a crítica de *O Aristarco* (de autor anónimo, supõe-se que Simões Dias), também de 1868, que assacava a Coelho «períodos de dureza férrea» e falta de propriedade e casticismo. O jovem glótico reage energicamente, vincando quanto está longe de tal tipo de preocupações. A sua tarefa, a de «linguista», é esta: observar a língua, explicá-la, mas abstendo-se de legislar sobre ela.

Não gasto o meu tempo a arredondar períodos, a consultar o dicionário de epítetos, ou a evitar os pneumas que me saem dos bicos da pena. Aspiro unicamente a exprimir as minhas ideias com clareza e conexão lógica. [...] Para mim a língua é um facto, cujos momentos e génese trato de estudar, sem atender ao resultado prático que possa provir do meu estudo: escreve-se de certo modo; fala-se de certa maneira. A minha questão está em saber porque é que assim se escreve, porque é que assim se fala. É o ponto de vista científico. Não pretendo ensinar como se deve escrever português [5].

Mas Adolfo não consegue deixar, por sua vez, sem comentário as expressões de Inocêncio, onde sublinha «a estultícia das ampliações retóricas» (pág. 12), para finalizar: «A esse modo de escrever chama-se em Portugal escrever bem».

O estatuto não-normativo da linguística, tão convictamente exposto por Coelho, não terá conquistado ainda em 1873, Camilo Castelo Branco. Numa introdução ao *Dicionário Universal de Educação e Ensino*, que traduzira e adaptara, escreve: «Ao propósito de linguística, acostar-me-ei a opiniões dos mestres com quem formei as minhas, e dos modernos filólogos aceitarei o que tiver cunho de utilidade, e valer ao proveito de quem estuda, pospondo superfluidades e inovações nem serviçais nem conducentes a bem discernir ou bem escrever» (Porto, 1873).

5.2. Um «Tentame de arte poética»

A doutrina poética castiliana encontra-se sistematizada no *Tratado de metrificação portuguesa*, de que elaborou quatro edições (1851, 1858, 1867, 1874).

Começando por inculcar a obra como apropriada «para qualquer completar sem mestre o seu tirocínio de poeta», lamenta que até ao presente o estudo da versificação tenha sido feito só «da parte de fora», isto é, «muito empirismo, alguma coisa de forma, nada de sentimento poético, nada absolutamente de filosofia»¹⁸ (entenda-se, nada de ‘científico’).

Era sua intenção publicar uma série de estudos — uma tentativa sobre poética, outra sobre declamação, outra sobre elementos de moral, outra ainda sobre o estudo da língua portuguesa — para o que, porém, não se acha o autor mais indicado. Tal obra parece-lhe, mesmo assim, desejável. Em 1845, ao fazer, na *Revista Universal*, o anúncio da *Livraria Clássica Portuguesa*, promete um «volume de introdução», que se ocuparia da «arte de escrever em português, segundo nossos estudos e observações no-la não fizeram conhecer.»¹⁹ Tratava-se, patentemente, de sistematizar observações colhidas no estudo dos autores clássicos a serem editados (ver Cap. 6.3.). O prometido volume jamais veria a luz. Em 1849, igualmente na *Revista Universal*, alguém pedia a Borges de Figueiredo que «coroasse os seus já tão proveitosos trabalhos com um *Tratado de arte poética*.»²⁰

No prólogo à segunda edição do *Tratado de metrificação*, já o prelector anuncia a publicação próxima de uma *Tentativa de arte poética*, contendo «algumas observações gerais sobre a poesia, breves, sucintas, conscienciosas, claras, e sobretudo de natureza prática, applicativa, servicial.»²¹ Na terceira edição, promete brevidade para o *Tentame de arte poética*, cujas «primeiras folhas se acham impressas já de muito» [6].

A quarta edição, «revista e aumentada», última da mão de Castilho, fecha pelo seguinte post-scriptum:

O autor anunciara há anos uma tentativa sobre poética para ajuntar como complemento ao presente opúsculo sobre metrificação. Parte desse projecto principiou a ser impressa; mas tais montanhas de dificuldades a todos os momentos lhe surgiam em tão vasto, tão complicado e tão controvertido assunto, que o obrigaram a parar e a desistir do empenho, e para sempre. Uma poética geral para hoje figura-se-lhe coisa impossível. Cada um tem a sua, boa ou má, e nenhuma outra aceitaria.²²

A temática, adverte-se, é complicada e controvertida. Uma poética «geral» seria impossível, possuindo, diz-se, cada um a sua. Muito provável é que o publicista se esquive a opções neste domínio, mesmo sendo elas (ou sobretudo sendo elas) uma racionalização da sua prática poética. Castilho vai, desde cedo, aliciar outros para a tarefa de regulamentar essa «controvertida» matéria. Sem êxito, de resto. Limitamo-nos a um ou outro exemplo.

Em carta que dirige, em 1856, ao pregador brasileiro Francisco de Monte Alverne, suplica-lhe Castilho um tratado de eloquência que trave a degenerescência nesse domínio. Semelhante obra, escreve ele, mostraria à mocidade «sem doutrina, sem estudo e sem

disciplina» quanto devera prezar-se «o natural, o belo simples». Segundo António Feliciano, os jovens literatos «não querem senão funambulismos e saltos mortais na literatura, prestidigitações e fogos de vista na eloquência; é já o gongorismo e o marinismo». O eclesiástico responderá a Castilho que não é de um «tratado de eloquência» que necessitam «os plebeus da nossa actual literatura», mas dos «primeiros elementos da arte de pensar», da teoria dos discurso e dos preceitos da composição.²³

Anos depois, relança a sugestão, agora, em carta de 23-XII-1865, a Camilo Castelo Branco. Agradecendo-lhe *Um livro*, pede-lhe que componha outro livro de versos «que mostrasse com o exemplo, mas com toda a evidência, [...] que se pode ser filósofo e poeta e ao mesmo tempo inteligível, agradável e simpático.»²⁴

Em princípios de 1866, no refluxo da Questão Coimbrã, repetia, já instantemente, o pedido. Sugería a Camilo um livro em que «se demorasse em explanar os princípios da arte de escrever, e alevantar bem alumiados que todos os vissem, compreendessem e abraçassem, os dogmas, sem mistério, do bom senso e do bom gosto» (carta de 10-I-1866, ib., pág. 42).

Em tal contexto, ganha interesse a observação do folhetinista Júlio César Machado (1835-1890) à «Carta ao Editor» do *Poema da Mocidade* de Chagas, que ele considera «artigo de crítica literária mais que belo, prodigioso, não brilhante só mas útil, mas verdadeiro, mas justo, *uma arte poética, uma verdadeira arte de escrever.*»²⁵ Não é certo que o exigente Castilho aí se reconhecesse.

5.3. A linguagem e o estilo

Em 1835, Castilho, diz ser a «elocução» factor fundamental em poesia, e compor-se ela de «linguagem, estilo e ritmo».²⁶ Na *linguagem* da *Noite do Castelo*, prezara, diz, uma autenticidade portuguesa, e, no *estilo*, pusera os olhos na feitura quer dos antigos quer dos modernos. Não recebemos mais precisões, mas isso basta como rudimentar distinção entre «linguagem» e «estilo». E rudimentar se conserva ela na ensaística deste início do período. As «observações sobre estilo e linguagem» que Herculano faz num «Parecer» a uma peça teatral utilizam indistintamente um e outro termo para designar a acomodação da expressão às personagens e situações.²⁷

A uma mais clara demarcação procederá Castilho quando rogar a Ramalho e Sousa, tradutor de Scott (ver Cap. 3.1.), que use de um «estilo» mais nosso, como já faz com a «linguagem». A «propriedade de expressão e pureza da língua» eram, declara, incontestavelmente portuguesas, mas não o eram os «modos de exprimir e pensar».²⁸

Tudo se passa, pois, como se o terreno da *linguagem* fosse o de dados objectivos, descontínuos, e admitisse portanto incorrecções, enquanto que o do *estilo* era em opções que assentava. Infelizmente, o mesmo António Feliciano recairá, em 1845, numa indiferenciação, incluindo o estilo na linguagem e imputando, ora a um ora a outro, qualidades idênticas.²⁹

Um manual de *Poética* de 1843 distingue entre «elocução» e «estilo». Entende pela primeira «a forma de expressão com que o poeta enuncia suas ideias e pensamentos», pelo segundo «a forma geral da elocução, que domina, caracteriza e distingue uma composição poética de outra.»³⁰ Outro compêndio, as *Instituições elementares de retórica* de Borges de Figueiredo, de 1849, diz da «elocução» ser ela «a expressão dos pensamentos por meio de palavras», sendo «estilo» cada uma das formas que ela toma segundo o género de discurso (Coimbra, 1849, pág. 61. O texto mantém-se na 7ª edição, de 1870).

Uma primeira problematização nas relações entre *linguagem* e *estilo*, encontramos-la em Camilo Castelo Branco, num ensaio de 1856,³¹ em que afirma:

Há aí uma coisa que se chama *estilo*, que não é bem o que nossos avós chamavam *linguagem*. O estilo não se diz o que é: mostra-se onde ele está. Faz-se de palavras: isto já vós o sabeis; mas não sabeis decerto o que se faz das palavras. Sabeis o que é *arredondar um período*? É estilo. Sabeis o que é assoprar uma frase, inchá-la de modo que a ideia magra se pareça com as nossas damas de merinaque? É estilo. [...]

Parece-vos que a *linguagem* dos clássicos é o próprio *estilo* dos romanos?

Não é bem o próprio. Lá, entre aqueles, *linguagem* era linguagem portuguesa, correcta, castigada, castiça, pura, nossa, toda nossa [...].

E o estilo dispensa estes atributos? Perfeitamente. A questão é eufonia, *cantabile*, folhagem, florescência, e sobretudo *arredondamento do período*.

O estilo tem de bom dispensar muitas palavras precisas para representar muitas ideias. Poucas ideias e muito estilo, aí é que bate o ponto.

É evidente a valoração positiva reservada a «linguagem»: dela se diz que é genuína, irrepreensível. No pólo oposto, «estilo» vê-se conotado com frivolidade e exotismo. Como precisão terminológica, não leva longe; mas torna clara a exigência imposta por uma expressão autêntica, e a suspeição que envolve os investimentos formais.

Roquete é o primeiro autor de manual que se aplica a distinguir «linguagem» de «estilo», conceitos, diz, «que alguns confundem».³² A linguagem tem estatuto de repertório: «é a colecção das expressões com que o orador enuncia seus pensamentos.» O estilo é o «carácter geral» que o discurso obtém dos pensamentos enunciados e do modo como são expressos. Assim, podem coexistir a «linguagem pura, correcta e própria» e um estilo defeituoso.

As relações entre as duas grandezas são, com rara argúcia, expostas por Moura Coutinho, na *Análise crítica*, de 1857. Começa ele por estabelecer que qualquer escrito deve apresentar boa linguagem: aquela «que se entenda e que exprima do melhor modo os conceitos do autor» (Braga, 1857, pág. 2). O estilo, esse, é do domínio da adequação: «Vindo a propósito, todo o estilo é bom.» Mas, «qualquer que ele deva ser, a linguagem nunca fica desobrigada de ser boa de lei.» Mais ainda: «Se ela o não for, nunca teremos bom estilo, porque este quem o faz é a linguagem. *O estilo é a aplicação da linguagem a um assunto*» (cursivo nosso). Assim, se é verdade que mesmo uma boa linguagem não garante um bom estilo, uma linguagem deficiente torna-o, a este, impraticável.

Castilho aproveita a «Conversação preambular» ao *D. Jaime* para caracterizar linguagem e estilo quando conseguidos. Assim, a boa linguagem obtém-se se «todos os termos são rigorosamente vernáculos, as frases abonadas, e a contextura [...] toda do trato e posse velha do nosso torrão.»³³ E cita, para vincar a centralidade desse requisito, o então sempre recordado dito de Boileau, que, por uma vez, é traduzido:

Se a língua lhe faltar, o autor mais peregrino
será, por mais que faça, escrevedor mofino.

O estilo, esse, deverá ser sempre apropriado aos diferentes assuntos, e apresentar-se-á já «singelinho», já «remontado e altíloquo», já «faceto», «abatido» ou «grave e majestoso».

É Manuel Pinheiro Chagas quem mais assiduamente se preocupa em definir os conceitos em jogo. Num trabalho sobre Lopes de Mendonça, de Março de 1865, atesta:

Estas duas palavras *linguagem* e *estilo* andam aí [...] baralhadas. Consiste a correcção da linguagem na vernaculidade irrepreensível, na pureza da locução, na proscrição cuidadosa de termos estrangeirados, na escrupulosa obediência às regras da gramática. A correcção do estilo consiste na nobreza da frase, na formação elegante do período, no cuidadoso desbastar de repetições, de batologias e de outros defeitos que ferem desagradavelmente o ouvido.

Pouco antes, afirmava Chagas que Camilo Castelo Branco conseguira melhorar «imensamente» o seu *estilo*, apurando-o, tornando-o «pomposo sem afectação, epigramático sem brutalidade», e igualmente a sua linguagem, libertando-a de «certas fezes arcaicas» (2ª ed., Lisboa, 1863, págs. XCIII-XCIV). Já Júlio César Machado — de que Chagas também comenta uma obra — pusera à vista, a par de autênticas qualidades estilísticas, uma defeituosa linguagem. A frase impregna-se-lhe, diz o crítico, de feição estrangeira, e falta ao autor um domínio do idioma que garanta soluções pertinentes.³⁴

5.4. «Enquanto ao estilo»

O ‘estilo’ constituiu, como já se pôde concluir, umas das grandes preocupações do período. Poderia falar-se de uma quase compulsividade no apreciar dos dotes expressivos dos textos alheios. O comentário era frequentemente introduzido pelo giro frásico «Enquanto ao estilo», ou por variantes dele («Quanto ao estilo», «Pelo que toca» ou «pertence ao estilo», «Em quanto a estilos», outros ainda). A intensa busca de ideias claras, que mostrámos no § 3, é contraditada pela igualmente geral perversão do conceito, utilizado, caso frequente, com propósitos pejorativos.

A primeira exposição teórica acerca do «estilo», encontramos-la na *Lições elementares de eloquência*, de 1834, de Freire de Carvalho (de que sabemos retomarem de perto as doutrinações de Quintiliano e de Blair). Aí se define o estilo como factor individualizador, e mais exactamente «a forma geral da elocução que predomina em toda uma obra ou em parte dela, e que resulta de certa espécie de pensamentos, e da escolha e colocação das palavras conveniente à matéria de que se trata» (Rio de Janeiro, 1834, pág. 175). Proceder-se, em seguida, à especificação dos estilos, já segundo a «quantidade», sendo o ático o melhor, seguido do ródio, ocupando os extremos o lacónico «por falta» e o asiático «por excesso»; já segundo a «qualidade», onde se obtêm o ténue, o sublime ou o temperado. Cada um deles é, em seguida, minuciosamente caracterizado, indicando-se-lhe também a melhor aplicação. Lembra-se, depois, a conveniência de que, na obra, um dos tipos «predomine», operando-se a desejada diversificação por referência a esse. O estudo encerra com o formular de uma «regra» que torna claros os limites, e daí as possibilidades de desordem, do estilo. Determina ela que

em todo o caso, e em todas as circunstâncias, nunca a atenção que dermos ao estilo seja tal que por ela cheguemos a distrair-nos da que é devida aos pensamentos. [...] Porquanto é justamente digno de desprezo aquele autor que, só atento às palavras, não cura de outra coisa; e que, correndo após os vãos ornatos, lhes não prefere o agradar às pessoas que sabem dar apreço a belezas sólidas e verdadeiras (págs. 186-187).

Os autores de compêndios seguem, com variações de pormenor, essa lição, que faz do estilo factor individuante. Assim, Borges de Figueiredo nas suas *Instituições elementares de retórica* de 1849, que ensina ser o estilo «a forma de elocução que de certos pensamentos e palavras toma todo um discurso ou parte dele», acrescentando (numa perspectiva estática, dominante no autor) que «a lei fundamental do estilo é a sua conveniência com a matéria.»³⁵ A surrada analogia da ‘vestimenta’ («as palavras são o traje dos pensamentos, e a eles se devem de ajustar, como ao corpo o vestido») não faltará aqui.

No *Manual de estilo* de Delfim Maia, correlaciona-se o estilo às predisposições do indivíduo, onde dominará a sensibilidade ou a razão ou a imaginação, onde reinarão maior ou menor lucidez e método, maior ou menor conhecimento do idioma e da arte da escrita. É, sustenta o autor, «desse diferente uso e combinação» que surgem os diferentes estilos, que são

«modo especiais por que cada um concebe, ordena e exprime os seus pensamentos» (2ª ed., melhorada, Porto, 1861, pág. 7). Esta opção pelo indivíduo rapidamente se revelará infrutífera. É o próprio Maia a logo sublinhar a impossibilidade de caracterizar suficientemente qualquer estilo individual. Ei-lo, pois, constrangido à exposição das habituais classificações. Daí que as suas caracterizações de cada tipo de estilo sejam, como todas as anteriores, decepcionantes na sua redundância, na ausência de qualquer componente criativa. Observe-se o que Maia afirma do estilo que chama «natural»:

É uma variedade de estilo simples, mas junta à simplicidade da expressão a dos pensamentos. O que diz, e o modo por que o diz, é tudo tão fácil e natural que a todos parece fácilimo fazer o mesmo.

Como é bem de ver, esta naturalidade, não sendo [entenda-se: se não for] companheira do talento, cai no insípido, baixo, pueril e desalinhado. Para ser bela, deve sair dum engenho rico, duma imaginação viva ou duma fina sensibilidade (pág. 54).

Diferentemente, todavia, de Freire e de Figueiredo, Delfim Maia abunda em exemplificação (inexistente em Freire de Carvalho, enquanto que os exemplos da *Retórica* de Figueiredo são na quase totalidade poéticos). Maia transcreve trechos de Fernão Mendes Pinto, Francisco Rodrigues Lobo, Jacinto Freire e um de um coevo, Herculano.

De todos estes manuais está, contudo, ausente qualquer especificação de ordem sintáctica ou lexical como caracterizadora dos tipos de estilo. A caracterização é operada pela mecânica identificação de tropos e figuras, sendo estranha a este procedimento a dimensão de ‘escolha’. Ora, surpreendentemente (e como já referimos no Cap. 2.6., a propósito desta mesma obra de Maia), eram exactamente especificações de tipo lexical e sintáctico, e portanto do domínio da opção, que permitiam apartar «estilo poético» de «estilo da prosa».

Uma obra já tardia no nosso período, o *Compêndio de poética e estilo* de José Simões Dias, de 1872 (e também citada no Cap. 2.6.), é a primeira a sugerir a ideia de ‘escolha’, de ‘ponderação’, no tratamento do estilo. Ensina ele que as palavras deverão ser «puras, próprias, claras, decentes e convenientes» (Viseu, 1872, págs. 98-99). Nas frases e cláusulas, são qualidades essenciais «a correcção, a pureza, a clareza, a força e harmonia» (pág. 104). Mas, se é certo a criatividade se ver convocada, os percalços revelam-se numerosos. Assim, quem desejar garantir a «harmonia» da frase deve evitar «as palavras ásperas e difíceis de pronunciar», «a continuação dos mesmos sons», «a repetição de monossílabos», «a continuação de sílabas breves, assim como de longas», as cacofonias e os hiatos. Escrever é, nestas condições, um ofício precário. Tanto mais, quanto esses mesmos vícios inesperadamente se transformam em virtudes, caso haja agora a intenção de, através eles, «tornar a frase mais significativa e mais ornada» (pág. 108).

Um último autor didáctico, o gramático Júlio Caldas Aulete — o primeiro a debruçar-se sobre a «Estilística» —, encara já o estilo como «a *escolha* das palavras e do arranjo delas na frase, por maneira que o discurso seja claro, deleitável e persuasivo.»³⁶ Afirma, também, não ser suficiente o conhecimento dos tipos de estilo ou das figuras, sendo igualmente necessário saber aliar as palavras, empregar epítetos, formar períodos. A criatividade — não o mecânico reconhecimento do tipo de estilo — recebe, finalmente, relevância central. Ensina Caldas Aulete: «Nenhuma coisa impressiona mais o leitor que as frases que, pela sua imprevista e feliz combinação, produzem uma verdadeira surpresa, pelo ar de originalidade que lhe imprimiu o talento do seu autor» [7].

Fora dos manuais, e desenvolvida pelo ensaísta Caetano Teixeira Coelho, encontramos uma curiosa tipologia do estilo. Existem, segundo ele, no Portugal de 1861, dois estilos, ambos excessivos: o estilo «estalo» e o estilo «esfinge». O primeiro — que diz ser «rascado protesto da portuguesia contra as frandulices estrangeiras» e vir combater uma certa

«nonchalance» — caracterizar-se-ia por «grande rompante e barulho, viva arquipérbole» e uso de «palavras estrídulas e sonoras».³⁷ O estilo «esfinge» seria «nevoento, vaporoso, subido e cerrado», «indefinido e vago». E esclarece ser frequente, e mais desastrosa ainda, a combinação dos dois tipos.

Em nenhum autor se pode melhor que em Pinheiro Chagas observar a transição de um conceito positivo a um desfavorável do 'estilo'. Numa crítica a Camilo Castelo Branco de Abril de 1865, escrevia: «A eloquência, ou o estilo, como hoje se denomina, não é um enfeite vão [...], não é uma oca sonoridade [...]; é a paixão, é a labareda do fogo sagrado que ilumina e abrasa, é o sinal que distingue as obras dos *artistas* das dos *artífices*» [8]. E insistindo: «O que é uma obra literária despida de estilo? [...] Não é, repito, não é só nos recamos da linguagem, na pompa do fraseado que o estilo consiste; é no sentimento, é na paixão, é no fogo, é no relevo!» (pág. 46).

Em Agosto, já a ambiguidade se tornou sensível. «O estilo, leitor, é a grande preocupação da literatura portuguesa contemporânea, ou antes, da literatura portuguesa. E quer saber, meu caro companheiro, qual o verdadeiro nome dessa pedra filosofal literária [...]? Sabe qual é o verdadeiro nome disso a que chamam pomposamente *estilo*? Sabe qual é? *Palavreado*. [...] O que quer dizer ser um grande estilista? Amontoar palavras pomposas, que nada exprimem, diluir em frases uma ideia banal, repetir mil vezes um pensamento, exprimindo-o com mil sinónimos, já que, para desgraça nossa, temos uma língua tão rica que estes perdulários podem enterrar os braços no cofre maravilhoso dos seus vocábulos.»³⁸ E Chagas corrige: «Grande estilista, na acepção boa do termo, é sinónimo de grande escritor.» Em estudo contemporâneo desse, sobre o orador José Cardoso Vieira de Castro (ver a seu respeito Cap. 8.3.), vemo-lo esclarecendo aquilo a que «se chama por aí enigmaticamente *estilo*»: floreados, rendilhados, ornamentações supérfluas, «o espanejar luxuriante das metáforas prolongadas.»³⁹ E jogando na caricatura: «Brada-se: 'O sr. Vieira de Castro falou admiravelmente!' 'O que disse então?' pergunta-se. Não se sabe: *fez estilo*» (pág. 140).

Decerto: em ambos os artigos Chagas se afirma crente das virtudes da espontaneidade. «O estilo não se procura»; «Em se conhecendo bem o instrumento que é a língua, o pensamento por si tomará corpo»; «Se um grande pensamento abrasa a mente do orador, [...] a imagem brilhante acode-lhe espontaneamente». Mas o desvalor do 'estilo' anda no ar.

É isso que permite a Antero de Quental, no opúsculo *A dignidade das letras e as literaturas oficiais* multiplicar, por recurso a ele, censuras a um Castilho «contente com arredondar os seus períodos, limar as suas frases», em quem apenas se poderá admirar «o dom exterior da forma, o génio da proporção e da harmonia, o segredo das aparências formosas — o estilo» (Lisboa, 1865, pág. 29). E mais adiante: «Uma coisa só não varia: o bom estilo, porque é esse o instrumento de todas as variações...». Nas vinte páginas do «Apêndice» ao opúsculo, nada menos que doze passagens semelhantes se poderiam aduzir, onde sistematicamente 'estilo' recebe a valoração de um estigma (ver também Cap. 8.4. e Cap. 10.4.).

Mais de um autor contestaria estas afirmações em demasia absolutas. Rui de Porto-Carrero dirá: «Ocasões há em que é melhor ter um belo estilo, saber usar dele admiravelmente, do que ser operários de grandes ideias e não as saber expor, explicar nem apresentar.»⁴⁰ E Camilo Castelo Branco aproveitará a intervenção na contenda coimbrã para, respondendo a Antero, pôr em ordem as várias ideias vigentes sobre a matéria:

O sr. Antero de Quental sabe ao certo o que é estilo? É a concepção das ideias, manifestada em fórmulas visíveis e transmissíveis; é a luz exterior reflectida da luz interna. É ainda, em sentido menos lato, a escolha harmoniosa das palavras, congruentes à elevação ou simplicidade do assunto. Que é mais o estilo? É a fisionomia distinta da obra, do autor, do assunto, do país, e do século. É, finalmente, o que aí há menos material na arte de escrever.⁴¹

Um reparo sobre o estilo, cria, em 1872, um ponto de tensão entre Teófilo Braga e Antero. De um estudo do primeiro, afirmara Antero haver aí «certa confusão, a adopção quase *sur parole* dos sistemas estrangeiros, e algum mau estilo...»⁴² O atingido (que não passa sem vincar as «inocentes reticências»), reage vivamente, confessando a «piedade» que lhe faz o ver quanto «um velho preconceito dos retóricos ainda transpira neste século da crítica.»⁴³ A preocupação estilística em contexto ‘científico’ afigura-se deslocada a Teófilo, que se pergunta: «Como pode trabalhar-se para definir a ideia, dar o seu equivalente na palavra, expor com dedução, desenvolver, fazer surgir a verdade da fórmula que se condensou dos factos, e ao mesmo tempo estudar o ritmo dos períodos, animá-los com breves incidentes, matizá-los com alguns adjectivos e procurar a amenidade?» (págs. 29-30). É, agora, a vez de Antero de ver-se apodado de «estilista», de «onanista do estilo», para além de «ignorante». Afirma o historiador: «O sr. Antero achou-se estilista nesta terra dos artigos de fundo e dos necrológicos, dispensou-se de estudar, e acoima os que estudam de ‘*algum mau estilo...*’» [9].

Em Antero — e isso demonstra quanto as invectivas ao estilista Castilho não eram inspiradas por fundamental convicção — esse ajuizar do estilo dum autor constituía habitual ocupação. Assim, examinando uma obra de Oliveira Martins, dirá que, nela, «não é da ideia que provém a obscuridade, mas da composição e do estilo.»⁴⁴ Daí a sugestão ao escritor de que «*arejasse* um pouco o estilo» (cursivo original). Com efeito, entende ele, «o estilo nas obras não literárias, e até nas de ciência pura, não deve ser considerado como coisa acessória e secundária». E explica, detidamente, à eventual atenção de Teófilo:

Certamente que não aconselho aos homens de ciência que *façam estilo*; mas é que tal conselho não o daria também aos literatos e aos poetas. Para mim, entre ter bom estilo e *fazer estilo* há uma diferença essencial: ter bom estilo significa ter o estilo próprio e conveniente das ideias que se expõem; *fazer estilo* significa encobrir a falta de ideias com frases redundantes e aparatosas [10].

Uma última consideração, encontramos-la em carta a António de Azevedo Castelo Branco (1842-1916), de Julho de 1875, onde, comentando um conto deste, Antero lhe aponta no estilo «algum ressaibo clássico à Camilo», o que todavia não tem como defeito, já que tal maneira de exprimir-se «não é buscada e rebuscada [...], mas sim espontânea.»⁴⁵ E ajunta não haver obrigação de possuir «um estilo pessoal e característico», nem ser a falta dele um defeito. A concepção de Antero de Quental é, pois, transparente: o estilo não é obrigatoriamente o homem; e sempre que for apropriado e natural é bom.

[1] *Prosas sócio-políticas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972, p. 400. (Original: *Diário Popular*, 24-II-1873). Outra era a concepção de Gabriel Coutinho, para quem as obras não-literárias — quais eram as da «ciência» — não deveriam ir até ao cultivo do «estilo». Este seria nelas um «luxo escusado e mal-cabido». Com efeito, «as galas do estilo», aí, «longe de servirem, estorvam» (op. cit., pp. 6-7).

[2] In *R.U.L.*, 4, 1845, 587. Nos Apontamentos Autobiográficos de 1858, escreve: «A *Revista Universal* teve, não o posso negar, muitos leitores, e créditos de prestadia, que decerto era. Enramalhada (quanto eu soube e pude) de Literatura, servindo fielmente ao culto da língua, [...]» (*Castilho pintado por ele próprio*, vol. 2, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1909, p. 56).

Em 1865, Silva Túlio recordava: «Filosofia, arte, locução, pureza de linguagem, opulência de frase, poesia, moção dos afectos, riso, prantos, chistes, epigramas, tudo enfim quanto pode fazer a escrita para arrebatara a alma e comover o coração, tudo se acha nos divertidíssimos painéis que formam a galeria de notícias dos primeiros quatro volumes da *Revista*» (Introdução ao *Brinde aos senhores assinantes do Diário de Notícias*, 1865). Curioso, e decerto realista, é o comentário que, em 1891, Alfredo da Cunha fará destas afirmações: «O que Silva Túlio apontava como sendo as principais e mais apreciáveis qualidades da *Revista*, a *filosofia*, a *opulência de frase*, o *enfeitado e maravilhoso artifício* do estilo, foi, em grande parte sem dúvida, o que mais concorreu para que ela não lograsse ser aceita pela maioria do público», o que atribui à «limitadíssima instrução» do mesmo (*Brinde aos senhores assinantes do Diário de Notícias em 1891*, p. 88).

[3] «Introdução», in *O Panorama*, 9, 1846-1852, 1. Um prospecto de 1852, com um «Programa» a que a revista diz comprometer-se, afirma que a predilecção do público pelo *Panorama* se explica pela «utilidade e variedade das matérias nele tratadas clara e amenamente *em boa linguagem portuguesa*». De resto, prossegue, também as publicações periódicas da «Europa culta» primam por redactores que «sabem unir a *correccção e elegância da frase*, decência e mais condições necessárias à proficiência e clareza do ensino» (ib., 311-312, cursivos nossos).

[4] Datado de Setembro de 1863. Segundo Reis Dâmaso («Camilo Castelo Branco», in *Revista de Estudos Livres*, 1884-1885), este tipo de afirmações equivale a «vir confessar-se em público uma completa ausência de ideias e a mais crassa ignorância dos belos princípios da Arte» e revela «o desejo íntimo [de Camilo] de ser considerado de preferência como um purista da frase» (p. 558). Por desatenção, Dâmaso Reis dá as afirmações como recentemente feitas, aquando da edição (a quinta) de 1879.

[5] *Algumas observações acerca do Dicionário Bibliográfico e seu autor*, Lisboa, 1870, pp. 7-8. Neste opúsculo se encontram já, a par de ‘glótica’ (termo que Adolfo Coelho advogava, mas não vingaria), os de ‘linguística’, ‘linguista’ e ‘linguístico’.

[6] *Tratado de metrificacção portuguesa*, 3ª ed., Porto, Viúva Moré Editora, 1876, p. XIV. Inocência informa: «Começou a imprimir-se o *Tentame de arte poética*, escrito original e inédito, de que infelizmente apenas saiu do prelo, segundo creio, a primeira folha, com 36 p., contendo os capítulos 1º a 9º do livro 1º. Vi e pude salvar um exemplar dessa folha, que suponho se inutilizou de todo» (Inocência Francisco da Silva, *Dicionário bibliográfico português*, t. 8, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, p. 135).

António Salgado Júnior informa ter tido acesso a um exemplar do «Livro» impresso, exemplar excepcionalíssimo, depreende, já que o próprio Júlio de Castilho confessara desconhecer-lo. A descrição que Salgado produz do texto permite tê-lo como singularmente decepcionante. «A gente pasma: ele não nos diz o que é a *Poesia*, ele não nos diz o que é o *Poeta*. Tal Livro da *Arte* é apenas a exposição do modo de reconhecer em alguém natureza poética e o modo de o levar a fazer poesia». Uma relação mais pormenorizada do conteúdo, que Salgado designa como um «desconchavo», cria particular desconforto pela insipiência dos métodos desse ‘reconhecimento’ de um talento poético em alguém (ver «António Feliciano de Castilho», in João Gaspar Simões (org.), *Perspectiva da literatura portuguesa do século XIX*, I, Lisboa, Ática, 1947, pp. 78-79).

[7] Observações esparsas em textos *críticos* permitem apreciar opções de ordem prática. Assim, Camilo Castelo Branco, num estudo sobre Faustino Xavier de Novais, fala numa «ciência do adjectivo», que seria «o mais relevante dote do escritor elegante», e que implica não a adopção do primeiro adjectivo que ocorre, mas a busca do «epíteto frisante» (cf. Juízo crítico, Faustino Xavier de Novais, *Novas poesias*, Porto, 1858, pp. 301-302). Dez anos mais tarde, referirá ainda a «escolha do epíteto» como «predicado que muito faz na ciência de bem escrever» (Prefácio, Abade Pluquet, *Discurso sobre os desvarios do espírito humano*, Porto, 1869, p. IX). No que se refere à sintaxe, cite-se a apreciação que Antero faz de um prólogo de Germano Meireles, em que aponta progressos na harmonização do «luxo de estilo» do autor com o tipo de construção adoptada. Congratula-se Antero por uma troca da «construção clássica» pela «construção directa, para se tornar a frase mais rápida e enérgica» (Carta a Flórido Teles de Menezes, de 7-VIII-1861, Antero de Quental, *Obras Completas, Cartas. I*, Lisboa, Editorial Comunicação, 1989, p. 16). Observação semelhante se acha num comentário de Antero a uma colectânea de «poesia grave e profunda»: também aí quadram bem «a frase concisa e enérgica, a imagem rápida mas grande» («Revista literária de Coimbra», in *A Revolução de Setembro*, 26-I-1862, ass. Raimundo Castromino). Numa referência, agora pública, ao prólogo de Germano Meireles, não reafirma um qualquer «progresso de estilo», vincando, pelo contrário, no texto a demasiada «poesia», «muita imaginação, estilo amplo, como a eloquência asiática», onde era de esperar sobriedade.

[8] In *Jornal do Comércio*, 6-IV-1865. Num comentário de 1874 a um romance de Chagas, em que louva a sobriedade estilística, o próprio Camilo chama ao estilo uma «excelência secundária» em romances. «Sabemos, de própria experiência, que os livros desta espécie, mais lapidados, e, no dizer antigo, mais penteados na frase, são, por via de regra, os menormente benquistos da maioria de leitores, que desadoram palavras que lhes não sejam da maior familiaridade» («'O Terramoto de Lisboa' por M. Pinheiro Chagas», *Noites de insónia*, 4, nº 10, Outubro de 1874).

[9] Teófilo nunca perdoará a Antero esses reparos. Em 1880, na *História do Romantismo em Portugal*, comentando a carta *Bom senso e bom gosto* de 1865, prosseguirá o ajuste de contas, ao dizer que, nela, Antero «tinha ainda a incoerência de ideias e preocupação do estilo, de que nunca se libertou» (Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1880, p. 496).

[10] Pela mesma época, quando se impugnar a tradução do *Fausto* de Goethe por Castilho (a examinar no Cap. 9.2.), de novo Antero se centrará em apreciações estilísticas, levando o comentador Joaquim de Vasconcelos a apontar — algo a despropósito, aqui, aliás — uma «monomania do crítico pelo *estilo*». E Vasconcelos aproveita para uma denúncia do que chama «essa fúria pelo *estilo*, [...] essa fúria por uma forma afectada, coisa acidental» (*O Faust de Goethe e a tradução do Visconde de Castilho*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1872, pp. 439 e 441).

NOTAS

Introdução

1. «Os líricos românticos», in *Revista de História*, 1, 1912, 29-46.
2. Lisboa, Clássica Editora, 1916. É a edição revista de *A crítica literária em Portugal*, de Lisboa, 1910.
3. «António Feliciano de Castilho», in João Gaspar Simões (org.), *Perspectiva da literatura portuguesa do século XIX*, I, Lisboa, Ática, 1947, pp.45-86.
4. «Nota Preliminar», Camilo Castelo Branco, *Esboços de apreciações literárias*, 5ª ed., Lisboa, A. M. Pereira, 1969, p. 12. O ensaísta já o exprimira em estudo de 1944, onde escrevia, a propósito mais particularmente do Ultra-romantismo, ter nele faltado «a acção duma crítica orientadora, capaz de valorizar objectivamente, em quaisquer preconceitos alheios à estética, e de ensinar a resistência ao fácil, a alegria duma contínua superação» (*A poesia ultra-romântica*, 1º vol., Lisboa, Clássica Editora, 1944, p. 30).
5. «Lopes de Mendonça», in João Gaspar Simões (org.), *Perspectiva da literatura portuguesa do século XIX*, I, Lisboa, Ática, 1947, p. 253.
6. *Da «Chronica» do Distrito de Évora às Farpas: a conformação da crónica queirosiana* (tese de doutoramento), Lisboa, 1994, p. 6.
7. Recensão de «Estética do Romantismo em Portugal» (vários autores), in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. VIII, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1974, pp. 659 e 661.
8. *Literatura portuguesa. História e crítica*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, pp. 9-10. Também a investigação internacional tem ignorado a ensaística e a crítica literária portuguesa. René Wellek, por exemplo, não lhe dedica qualquer atenção no seu monumental estudo *A history of modern criticism. 1750-1950*, 8 volumes, New Haven (Conn.)/London, Yale University Press, 1955-1992.
9. *Subsídios para o estudo da evolução da história e crítica da literatura portuguesa*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1986.
10. Lisboa, Verbo, 1993.
11. Encontramos estes estudos em *Actas do Congresso internacional de estudos camilianos* (Coimbra, 1994). Carlos Reis, «Narrativa e meta-narrativa: Camilo e a poética do romance», pp. 105-118; A. Manuel Machado, «Camilo e a crítica ao romantismo: modelos nacionais e estrangeiros», pp. 343-354; Telmo Verdelho, «Camilo e a tradição vernacular», pp. 301-325.
12. Op. cit., p. 660.
13. *Temas oitocentistas*, Lisboa, Edições Ática, 1964, pp. 54 e 60-61.

14. «Antero de Quental e a reforma moral», in Ana Maria Almeida Martins (org.), *Antero de Quental, 1842-1891*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1991, p. 112.
15. *Bibliografia crítica de história e literatura*, 1, 1873-75, p. 46; *Ciência e probidade*, Porto, 1873, p. 8.
16. *O Fausto de Goethe e a tradução do visconde de Castilho*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1872.
17. A. Pereira de Castro, «Folhetim. A respeito de 'D. Jaime'», in *Jornal do Porto*, 29-IX-1862.
18. «Encontros e desencontros», in *O Primeiro de Janeiro*, 25-XI-1964.
19. *A dignidade das letras e as literaturas oficiais*, Lisboa, 1865, p. 31.
20. *O primeiro Fradique Mendes*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985, p. 51.
21. *História do romantismo em Portugal*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1880, p. 117.
22. *As modernas ideias na literatura portuguesa*, Porto, Lugan & Genelioux, 1892, p. 95.
23. «A literatura portuguesa contemporânea», in *Revista de Portugal*, 1, 1889, x21.
24. «Antero de Quental», *Notas Contemporâneas*, Porto, Lello & Irmão, 1945, p. 337.
25. Op. cit., p. 47.
26. João Bigotte Chorão, «Nótulas sobre jornalismo literário do século XIX», in *Camilo Castelo Branco. Jornalismo e literatura no séc. XIX*, Centro de Estudos Camilianos, 1993, p. 15. Também Ofélia Paiva Monteiro, num de resto excelente estudo (a entrada «Castilho» da *Enciclopédia das Literaturas de Língua Portuguesa - Biblos*, Lisboa, Verbo, 1995), ignora o ensaísta e o doutrinário de literatura.
27. Castelo Branco Chaves em *Castilho. Alguns aspectos vivos da sua obra*, Lisboa, Seara Nova, 1935; Salgado em «António Feliciano de Castilho», in João Gaspar Simões (org.), op. cit.
28. *O romantismo em Portugal*, II, Lisboa, Livros Horizonte, s.d. [1972], p. 467.
29. «Um ofício em centenário», in *Colóquio-Letras*, nº 28, 1975, p.36.
30. *Estudos filosóficos e críticos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, p. 279.
31. «Tradição e contestação no romantismo português», in *Estética do romantismo em Portugal*, Lisboa, Grémio Literário, 1974, p. 92.
32. «A Questão nua e crua», in *O Comércio do Porto*, 11 e 25-I-1966.
33. «Antero e Castilho», in *Colóquio-Letras*, nº 123-124, 1992, p. 49.
34. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, 1986.
35. Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1880, p. 117. Castelo Branco Chaves, em *Castilho. Alguns aspectos vivos da sua obra*, Lisboa, Seara Nova, 1935, apelida o volume de Teófilo, não sem propriedade, de «livro-panfleto» (p. 13)
36. Porto, Chardron, 1903, p. 61.

37. *Estudos de cultura portuguesa (século XIX)*, Lisboa, Moraes, 1980, p. 45.
38. *Retórica e teorização literária em Portugal*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1973, p. 70.
39. Cf. Aníbal Pinto de Castro, *Alguns aspectos da teorização poética no Neoclassicismo português*, Braga, 1974, p. 17.
40. Leia-se o nosso estudo «A persistência clássica», in *Cadernos de Literatura*, nº 23, 1986, 46-57.
41. «O Classicismo dos Arcades», in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Letras, t. II, 1936, p. 152.
42. Cf. *Lições de cultura e literatura portuguesas*, vol. 2, Coimbra, Coimbra Editora, 1968, p. 245.
43. Cf. «Notas ao poemeto precedente», in *A Primavera*, 2ª ed., Lisboa, 1837, pp. 131-162.
44. «Crítica literária. 'Dores e Flores'. Poesias de Emílio Augusto Zaluar», in *Revista Universal Lisbonense*, 11, 1851-1852, 295.
45. Introdução, in *A Esmeralda*, 1, 1850.
46. *História da literatura portuguesa*, 15ª ed., Porto, Porto Editora, 1989, p. 723.
47. *Temas oitocentistas*, Lisboa, Edições Ática, 1964, pp. 60-61.
48. Ver José Bruno Carreiro, *Antero de Quental. Subsídios para a sua biografia*, 2 vols., Lisboa, 1948. E sobretudo Ana Maria Almeida Martins, «Bibliografia activa», in *Antero de Quental, 1842-1891*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1991, pp. 17-34.
49. Ver M. Manuela Tavares Ribeiro, «Teorias e teses literárias de António Pedro Lopes de Mendonça», in *Revista de História das Ideias*, vol. 2, Coimbra, 1978-1979. Notámos apenas ausência de referência ao texto «Ensaios críticos. Poetas dramáticos modernos de Portugal», in *A Aurora*, 1, 1945, 41-50 (trabalho que se propunha continuação, mas que, segundo cremos, não a obteve).
50. Não encontramos esta tradução (existe outra, sem interesse, do mesmo ano) em nenhuma das bibliotecas consultadas. Também não se acha na «Colecção Castilho» da Torre do Tombo.
51. Cf. Prólogo, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841, p. XX. Em edição posterior, os editores (na realidade, Júlio de Castilho) optaram pelo 'aligeiramento' da pontuação (ver *Vivos e Mortos*, vol. 2, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1904, p. 26).
52. Cf. Ofélia Paiva Monteiro, *A formação de Almeida Garrett*, vol. I, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1971, p. 307.
53. Para um levantamento de paralelos com outros países europeus, são de consultar Pedro Sáinz Rodríguez, *Historia de la crítica literaria en España* (Madrid, Taurus, 1989), Philippe van Tieghem, *Les grandes doctrines littéraires en France* (8ª ed., Paris, P.U.F., 1968), Francesco Foti, *La critica letteraria*, vol. II (Roma, Fermenti, 1983) e de R. Wellek o capítulo «English criticism» da obra já citada *A history of modern criticism. 1750-1950*, 3º vol., 1970, pp. 86-149.
54. Assim, o periódico *O Instrutor Português*, do Porto, transcreve, em 1844, umas «Regras da arte de escrever» de Buffon. Em 1857, *O Nacional* publica uns «Estudos literários» de Lamartine, e, no ano seguinte, *O Escolástico Politécnico* o ensaio «Dos livros e da leitura» de Isaac Watts.

55. Sobre Blair leia-se Thomas M. Conley, *Rhetoric in the European tradition*, Chicago/London, The University of Chicago Press, 1990, pp. 220-223.

56. In *Álbum de família. Ensaio sobre autores portugueses do século XIX*, Lisboa, Editorial, Caminho, 1984, pp. 141-142.

Capítulo 1

1. *A Noite do Castelo e Os Ciúmes do Bardo. Poemas seguidos de 'A Confissão de Amélia'*, Lisboa, 1836, pp. XIV-XV.

2. «Coisa é muito para lastimar-se que, sendo a nossa língua tão formosa em seu parecer e feições características, tão rica e tão bem dotada que poucas podem ombrear com ela, e porventura nenhuma avantajá-la, tão desconhecida e desprezada se veja de seus naturais, que, pelo afiado desdém com que a tratam e menosprezam, esteja a ponto de perder-se de todo» («Considerações sobre a língua portuguesa e seu estudo», in *Crónica Literária da Nova Academia Dramática*, I, 1840, 325).

3. «De mês a mês nos desnaturalizamos a olhos vistos [...]; abastarda-se e degenera o falar copioso, valente, suave e, por latino, tão artístico de nossos avós; de linguagem vai passando a algaravia ou patois; de princesa a serva» («Livraria Clássica Portuguesa», in *Revista Universal Lisbonense* [daqui em diante: *R.U.L.*], 4, 1845, 569-570).

4. *A língua portuguesa é filha da latina, ou Refutação da memória em que o senhor Patriarca Eleito, D. Francisco de S. Luís, nega esta filiação*, Lisboa, 1843, p. 5-6.

5. «Duas palavras sobre galicismos», in *O Murmúrio, periódico literário e instrutivo*, 1856, nº 9, 2. Os contributos deste autor serão estudados em pormenor no Cap. 4.6.

6. Cf. Prefácio de *Padre Manuel Bernardes*, Rio de Janeiro, Livraria de B. L. Garnier, 1865, p. IX.

7. In *Tira-Teimas*, 1861-62. O ensaio foi, já depois da morte do autor, reeditado em volume (Coimbra, Imprensa da Universidade, s/d [1871]).

8. Prefácio, Abade Pluquet, *Discurso sobre os desvarios do espírito humano*, Braga, Eduardo Coelho, 1869, p. XX.

9. Nota «Linguagem», *Camões. Estudo histórico-poético*, Ponta Delgada, 1849, p. 189.

10. Lisboa, Imprensa Nacional, 1853, pp. 182-194.

11. Lisboa, Imprensa Nacional, 1844, p. 84. Ver também adiante Cap. 2.1.

12. «Desejos de um amigo da literatura portuguesa», in *Crónica Literária da Nova Academia Dramática*, 1, 1840, 256.

13. Cf. «Livraria Clássica Portuguesa», in *R.U.L.*, 4, 1845, 569-570.

14. «Conversação preambular com os meninos estudiosos», *Íris Clássico*, s.l. [Lisboa], 1859, p. 6.

15. In Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, tomo III, 2ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, p. 311.
16. In Júlio Dinis, *Inéditos e Esparsos*, vol. I, 2ª ed., s.l., 1918, p. XXXIII.
17. «Cartas profanas. X», in *A Revolução de Setembro*, 9-VIII-1862.
18. *Ib.*, 9-IX-1862.
19. *Padre João de Lucena*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1868, p. 216.
20. «Elogio histórico de D. Frei Francisco de S. Luís» (1856), in *Elogios Académicos*, Lisboa, A. M. Pereira, 1873. A nota é de difícil datação, mas pode-se supô-la contemporânea do Elogio. Não será, em todo o caso, posterior ao *Relatório*, de 1870, a que em seguida aludiremos, dada a maturidade relativa deste.
21. *O Relatório do Sr. Latino Coelho acerca do Dicionário da Academia examinado por F. Adolfo Coelho*, Lisboa, 1870.
22. António Falcão Rodrigues, *Esboços críticos*, Coimbra, 1876, pp. 43-44.
23. Cf. Francisco Freire de Carvalho, *Lições elementares de eloquência nacional*, Rio de Janeiro, Eduardo Laemmert, 1834, p. 251.
24. Cf. *Lições elementares de poética nacional*, Lisboa, 1840, p. 88.
25. «Considerações sobre a língua portuguesa e seu estudo», in *Crónica Literária da Nova Academia Dramática*, 1, 1840, 325.
26. Em 1857, e como veremos no Cap. 4.6., Gabriel de Sousa Coutinho consagrará um volume à crítica da linguagem de dois compêndios escolares. Ver também Cap. 5.1.
27. «Língua portuguesa. Ao Diário do Governo», in *R.U.L.*, 1, 1842, 450.
28. *Bosquejo histórico da literatura clássica, grega, latina e portuguesa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1844, p. 10.
29. «Obras de J. B. d'Almeida Garrett», in *O Panorama*, 3, 1839, 200. Merece interesse o parágrafo sobre 'crítica literária' do estudo de Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos *Intelectuais Portugueses na primeira metade de Oitocentos* (Lisboa, Editorial Presença, 1988, pp. 150-153).
30. «A escola moderna literária. I. O sr. Garrett», in *A Época*, 1848, nrs. 7-27, *passim*.
31. Cf. *Ensaio biográfico-crítico sobre os melhores poetas portugueses*, t. I, Lisboa, 1850, p. 6.
32. In *A Península*, 1, 1852, 15.
33. «Poesias de F. H. [X.] de Novais», in *Ilustração Luso-Brasileira*, 1, 1856, pp. 122-123.
34. Prólogo, *Flores Agrestes*, Porto, Viúva Moré Editora, 1870, p. 15.
35. Epílogo, *Poesias*, Lisboa, 1851, p. 233.
36. Cf. «Esboços críticos. Poetas portuenses. Faustino Xavier de Novais», in *O Panorama*, 13, 1856, 150. Sobre a actividade crítica de Andrade Ferreira leia-se Fidelino de Figueiredo, *História da crítica*

literária em Portugal, 2ª ed., Lisboa, Clássica Editora, 1916, pp. 128-132. Também no *Panorama* (10, 1853) F. Gomes de Amorim diz considerar as colunas dos jornais o lugar próprio da crítica. Com efeito, «os prólogos de encomenda ou os juízos críticos a pedido são quase sempre banalidades» (p. 370).

37. «Crónica», in *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, 2, 1861, 270.

38. «Revista crónica», in *O Farol*, nº 34, 1848, 78. O próprio Lopes de Mendonça disserta sobre o papel da crítica num dos seus primeiros textos («Ensaio crítico. Poetas dramáticos modernos em Portugal», in *A Aurora*, 1, 1845, 41-42) e em várias passagens dos *Ensaio de crítica*, Lisboa, 1849.

39. «Crítica literária. ‘Dores e Flores’. Poesias de Emílio Augusto Zaluar», in *R.U.L.*, 11, 1951-52, 296.

40. Cf. Prólogo, Saint-Germain Leduc, *O novo amigo dos meninos*, t. I, Lisboa, 1854, p. XXX.

41. «Conversação preambular» [dd. 11.7.1862], Tomás Ribeiro, *D. Jaime*, 2ª ed., Lisboa, 1863, pp. XCII-XCIII.

42. «Crítica literária», Pinheiro Chagas, *Poema da Mocidade*, Lisboa, 1865, pp. 221 e 225.

43. Porto, 1866, pp. 7-8.

44. «A respeito do D. Jaime, II», in *Jornal do Porto*, 2-X-1862.

45. Artigo de 6-I-1867, in *Páginas de Jornalismo*, org. Aníbal Pinto de Castro, vol. II, Porto, Lello & Irmão, 1981, p. 418.

46. *Livro de crítica. Arte e literatura portuguesa de hoje, 1868-1869*, Porto, 1869 (ver particularmente pp. 21-29). Aí reúne artigos publicados sobretudo em *A Revolução de Setembro*. Sobre o desenvolvimento das concepções de ‘crítica literária’ veja-se ainda o *Ensaio filológico* de F. A. Rodrigues de Gusmão (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1878).

Capítulo 2

1. *Cartas de António Feliciano de Castilho e de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara*, Évora, Biblioteca Pública, 1941, p. 30.

2. «Análise e combinações filosóficas sobre a elocução e estilo de Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha e Camões», in *Memórias de Literatura Portuguesa*, t. IV, 1793.

3. «João de Barros, exemplar da mais sólida eloquência portuguesa», in *Memórias*, t. cit.

4. «Glossário das palavras e frases da língua francesa que por descuido, ignorância ou necessidade se tem introduzido na locução portuguesa moderna», in *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, t. IV, parte II, 1816; *Ensaio sobre alguns sinónimos da língua portuguesa*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1821-1828. (Ver também Cap. 4.6.)

Já no nosso período, São Luís publica a «Memória em que se pretende mostrar que a língua portuguesa não é filha da latina», *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, t. XII, 1837. Dela, e de reacções a ela, trataremos no Cap. 4.1.

5. «Qual é o estado da nossa literatura? Qual é o trilho que ela hoje deve seguir?», in *Repositório Literário*, 1834, 5.
6. «Poesia. Imitação - belo - unidade», ib., 1835, 54.
7. Recensão, in *O Panorama*, 4, 1840, 408. As *Lições de Eloquência* de Freire de Carvalho terão ainda duas edições: uma terceira, em 1844, e uma quarta, em 1856.
8. *Lições elementares de poética nacional, seguidas de um Breve ensaio sobre a crítica literária*, Lisboa, 1840. Conheceu segunda edição em 1851 e uma terceira em 1860.
9. *Teoria do discurso*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1836, p. 265, cursivos originais.
10. *O mentor da mocidade*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844, p. 9.
11. *A língua portuguesa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868, pp. VII-VIII.
12. «Quero-me explicar, não para os mestres, sim para os novéis no ofício de escrever, com os quais particularmente converso nos meus prólogos» (Prólogo, *A Primavera*, 2ª ed., Lisboa, 1837, p. 31.)
13. «Língua portuguesa. Ao Diário do Governo», in *R.U.L.*, 1, 1842, 463.
14. Prólogo, *Manual de estilo*, 2ª ed., Porto, 1861, p. 3.
15. In *O Farol*, 1, 1848, 179.
16. *Ensaio biográfico-crítico sobre os melhores poetas portugueses*, t. I, Lisboa, Imprensa Silviana, 1850.
17. «O novo Curso Superior de Letras», in *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, 1, 1859, 369.
18. «A Arcádia Portuguesa», in *Anais das Ciências e Letras*, 1, 1857, 57.
19. In *Boletim Geral de Instrução Pública*, 3-4, 1863-1864.
20. Ler a este propósito as informadas «Notas sobre este *Curso* e Camilo» de José Viale Moutinho, na reedição de 1986 (Lisboa, Editorial Labirinto, pp. I-XI). Numa recensão à mesma, escreve João Macedo, acerca da continuação do *Curso*: «É mais um roteiro dos gostos e das leituras de Camilo do que um manual de literatura» (in *Expresso*, 6-XII-1986).
21. Ser-nos-ão de particular utilidade o volume 4 da *História do teatro português*, sobre Garrett (1871), a *Teoria da História da literatura portuguesa* (1872), o opúsculo *Os críticos da História da literatura portuguesa* (1872) e o *Manual da História da literatura portuguesa* (1875).
22. Sobre a teorização literária de Teófilo Braga leia-se o prefácio de João Palma-Ferreira à reedição de *História da Literatura Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 7-56; e, em particular sobre *Teoria da História*, ver João Palma-Ferreira, *Literatura portuguesa. História e crítica*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, pp. 178-190.
23. *A questão do ensino, conferência pública feita no Casino Lisbonense em 17 de Junho de 1871*, Porto, Ernesto Chardon, 1872, p. 32.
24. Cf. *Dicionário dos sinónimos da língua portuguesa*, Paris, J.-P. Aillaud, 1850, p. 421.

25. Rio de Janeiro, 1834. (A partir da 2ª edição, de 1840, a obra é editada em Lisboa).
26. «Conversação preambular com os meninos estudiosos», *Íris Clássico*, s.l. [Lisboa], 1859, p. 9. Está assinado como sendo de José Feliciano, mas a autoria de António Feliciano não sofre dúvida. (Ver a nota de Júlio de Castilho em *Telas literárias*, vol. II, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1907, p. 101-103). Isto não obstou a que, em *Pena de Talião* (Recife, 1868), José Feliciano citasse, como suas, largas passagens do ensaio.
27. Cf. «Língua portuguesa», in *R.U.L.*, 1, 1842, p. 250.
28. Trata-se do artigo «Considerações sobre a língua portuguesa e o seu estudo», também de 1840.
29. António Cardoso Borges de Figueiredo, *Bosquejo histórico da literatura clássica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1844, p. 9.
Uma classificação em tudo semelhante é adoptada ainda em 1881 num compêndio (*Elementos da literatura clássica, antiga e moderna* de José Gonçalves Laje, Coimbra).
30. 2ª ed., 1876, Porto, Livraria Internacional, p. 6. Em nota, o autor afirma discordar dessa concepção, mas tê-la adoptado por imposição do Programa.
31. *Primeiros traços duma resenha da literatura portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853, p. 7.
32. 3, 1859, 42-43 e 49-50. Por motivos que se desconhece, o ensaio não tem sequência para lá desse primeiro artigo, o que não obsta a que o seu valor seja fundamental para o presente campo de pesquisa.
33. Porto, Chardron, 1871. Foi reeditado em *Questões da língua portuguesa*, I, Porto, Chardron, 1874.
34. «Origem e fins da Poesia», 1840, 9.
35. «Notícia da vida e obras de M. M. Barbosa du Bocage», *Livraria Clássica Portuguesa*, t. XXV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1847, p. 83.
36. *Ensaio biográfico-crítico sobre os melhores poetas portugueses*, t. 1, Lisboa, 1850, p. 29.
37. *Génio da língua portuguesa*, t. II, Lisboa, 1858, p. 284.
38. «Tipos nacionais. O poeta», in *A Semana*, 2, 1852, pp. 429-433, 441-444.
39. Bernardino Joaquim da Silva Carneiro, *Poética para uso das escolas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1843, p. 3. Uma nona edição, de 1876, «muito melhorada», mantém a asserção.
40. Prefácio (1835), *A Noite do Castelo*, Lisboa, 1836, p. XII.
41. Conversação Preambular, Tomás Ribeiro, *D. Jaime*, 2ª ed., Lisboa, 1863, XCIII ss.
42. «A poesia e o senso comum», in *Revista Popular*, 2, 1949-50, 406.
43. «Poesia», in *O Panorama*, 1, 1837, 59.
44. In *A Revolução de Setembro*, 18-VIII-1848.
45. «José Agostinho de Macedo e a sua época», in *Anais das Ciências e Letras*, 2, 1858, 518.
46. «Crítica literária. 'Dores e Flores'. Poesias de Emílio Augusto Zaluar», in *R.U.L.*, 11, 1851-52, 295.

47. «A propósito dum poeta», in *O Fósforo*, 1861, 73.
48. *Odes modernas*, Coimbra, 1865, p. 160.
49. In *O Panorama*, 18, 1868, 163.
50. Carta-prefácio, Cláudio José Nunes, *Cenas contemporâneas*, Lisboa, Rolland & Semiond, 1873, XIV.
51. «Considerações sobre a língua portuguesa e seu estudo», in *Crónica Literária da Nova Academia Dramática*, 1, 1840, 371.
52. Cf. «Língua portuguesa», in *R.U.L.*, 1, 1841, 450 e 463.
53. Cf. *Noções elementares de retórica*, Coimbra, 1845, p. 174.
54. Ver II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1851, pp. XI-XII.
55. *Lições elementares de eloquência nacional*, Rio de Janeiro, Eduardo Laemmert, 1834, p. XIII.
56. *As Farpas*, Janeiro a Fevereiro de 1874, pp. 41-43.
57. Notas, Francisco José Freire, *Reflexões sobre a língua portuguesa*, I, Lisboa, 1942, p. 168.
58. Ver, por exemplo, Freire de Carvalho, *Lições de Poética*. Figueiredo publica uns *Lugares selectos dos clássicos portugueses nos principais géneros de discurso prosaico* (3ª ed., Coimbra, 1854), mas na edição de 1873 já adopta «de discurso em prosa».
59. *Livraria Clássica Portuguesa*, t. VII, Lisboa, 1845, pp. 133-134. Cita António Ribeiro dos Santos, que opinava ser graças à metrificação e à poesia que se formava e polia «a prosa literária e rica, a prosa mestra» p. 135).
60. Cf. «Literatura portuguesa. I. Da literatura em geral», in *A Ilustração Luso-Brasileira*, 3, 1859, 42-43.
61. 2ª ed., Porto, 1861, p. 59. O texto (tal como a exemplificação que se segue) mantém-se inalterado na 7ª edição (Porto, 1875), e encontra-se repetido com ligeira modificação nas *Noções de poética* do mesmo autor, 2ª ed. melhorada, Porto, 1874, p. 8.
62. Cf. *Compêndio de poética e estilo*, Viseu, 1872, p. 96.
63. *História de Camões*, parte II, Porto, Imprensa Portuguesa, 1875, p. 532.
64. Prólogo, *Torrentes*, Porto, Carneiro e Moraes Editores, 1869, p. VII.
65. «Ao Conservatório Real» [1843], *Teatro. III. Frei Luís de Sousa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844, p. 8.
66. *Lições elementares de poética nacional*, Lisboa, 1840, pp. 8-9.
67. *Lisboa, Coimbra e Porto e a questão literária*, Lisboa, 1866, p. p. 10.
68. Prólogo, *Quadros históricos de Portugal*, Lisboa, 1838.

69. Cf. «Crítica literária. Carta ao Editor», Manuel Pinheiro Chagas, *Poema da Mocidade, seguido do Anjo do lar*, Lisboa, A. M. Pereira, 1865, p. 235.
70. «Nuno Maria de Sousa e Moura», in *R.U.L.*, 4, 1845, 534.
71. Cf. «Eurico, o Presbítero», *ib.*, 311-314.
72. Carta a Alberto Teles (1865), *Prosas*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1898, pp. 48 e 50, cursivo original.
73. *Compêndio de poética e estilo*, Viseu, 1872, p. 31.
74. Prefácio, in Casimiro de Abreu, *As Primaveras*, Porto, 1866, p. II.
75. Lisboa, Rolland & Semiond, 1875, p. 151. Sobre o tema deste parágrafo, ler Margarida Vieira Mendes, «O conceito de poesia na segunda metade do século XIX», in Maria Lúcia Lepecki e.o., *Para uma história das ideias literárias em Portugal*, Lisboa, INIC, 1980, em particular pp. 75-79. O parágrafo dedicado a Castilho é, deve acrescentar-se, inexacto e caricatural.
76. «A arte e o belo. Extractos duma Poética», in *O Instituto*, 15, 1871, 66.
77. In *Diário de Notícias*, 7-VI-1871. O texto foi elaborado a partir de anotações do jornalista presente (anónimo).

Capítulo 3

1. «Kenilworth», in *O Panorama*, 6, 1842, 136.
2. «Sobre o Kenilworth», in *R.U.L.*, 1, 1841-1842, 396.
3. Vol. 1. Primeira parte: 449-451. Segunda parte: 461-464.
4. *Reflexões filológicas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1835, pp. 2-3.
5. «Língua portuguesa», in *R.U.L.*, 1, 1841-1842, 450.
6. «Duas palavras sobre galicismos», in *O Murmúrio*, nº 10, 1856, 7.
7. «Despedida do colector. Aos meninos estudiosos», *Íris Clássico*, s.l. [Lisboa], 1859, p. 226.
8. «Cartas ao Ill.mo Sr. J. D. Ramalho Ortigão. Em resposta à que este senhor fez inserir no Correio Mercantil de 24 de Dezembro de 1862. 2ª carta», in *A Revolução de Setembro*, 21-3-1863.
9. Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, t. III, 2ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, p. 311.
10. Júlio Dinis, *Inéditos e Esparsos*, I, 2ª ed., Lisboa, 1918, p. XXXII.
11. *Lugares selectos dos clássicos portugueses nos principais géneros de discurso em prosa*, 13ª ed., «muito melhorada», Coimbra, 1873, p. V.

12. Prólogo, Públio Ovídio Nasão, *Metamorfoses*, I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841, p. XXI.
13. «Conversação preambular» (1862), Tomás Ribeiro, *D. Jaime*, 2ª ed., Lisboa, 1863, p. CIII.
14. Cf. «Dos limites da autoridade dos clássicos em matéria de linguagem», in *O Pantólogo*, 1, 1844, 71. Sobre a noção de ‘clássico’, ver Cap. 6.1.
15. Leia-se, a respeito do ensaísta, Maria Beatriz Nizza da Silva, *Silvestre Pinheiro Ferreira: ideologia e teoria*, Lisboa, Sá da Costa, 1975, em particular 2ª parte, cap. II.
16. «O poema do sr. Tomás Ribeiro», in *O Jornal do Porto*, 21-VIII-1862.
17. «Notícia sobre o poema ‘D. Jaime ou a dominação de Castela’, recente publicação do sr. Tomás Ribeiro», in *Diário Mercantil*, 30-VIII-1862.
18. «O ‘D. Jaime’, o sr. Leonel de Sampaio e eu», in *O Jornal do Porto*, 3-IX-1862.
19. «O poema do sr. Tomás Ribeiro e o crítico do ‘Jornal do Porto’», in *A Revolução de Setembro*, 3-IX-1862.
20. «Cartas Profanas. XVII», in *A Revolução de Setembro*, 6-IX-1862.
21. Cf. «A respeito do ‘D. Jaime’. II», in *Jornal do Porto*. 2-X-1862.
22. «O poema de ‘D. Jaime’ por Tomás Ribeiro», in *A Revolução de Setembro*, 23-XI-1862.
23. As nove *Cartas* de José Feliciano no *Constitucional* do Rio de Janeiro foram reproduzidas pela *Gazeta de Portugal* de 11 a 29-XI-1862.
24. «Carta ao Exmo. sr. José Feliciano de Castilho», in *O Jornal do Porto*, 1-XII-1862.
25. Reproduzida do *Constitucional*, in *A Revolução de Setembro*, 21-3-1863.
26. *D. Jaime*, 2ª ed., Lisboa, 1863, p. LIII.
27. «Ao redactor do Diário Ilustrado», in *As Farpas*, Outubro, 1874, 30.
28. Além de Castilho, falam de «contextura», por exemplo: Falcão, em «Considerações», op. cit., p. 345; Herculano, «Parecer. ‘D. Maria Teles’», *Opúsculos*, 5, p. 101; Coutinho, *Análise crítica*, p. 62.
29. «Conversação preambular com os meninos estudiosos», op. cit., pp. 12.
30. «Conversação Preliminar a ‘A confissão de Amélia’», *A Noite do Castelo e Os Ciúmes do Bardo, Poemas seguidos da Confissão de Amélia*, Lisboa, 1836, p. 176.
31. In *A Restauração*, 14-I-1845. O artigo não vem assinado. A autoria castilhana é garantida por Júlio de Castilho (*Memórias*, IV, p. 179). Sobre a citada Sociedade leia-se José Silvestre Ribeiro, *Estabelecimentos*, VIII, 1879, pp. 362-363.
32. «Notícia literária acerca da srª D. Francisca de Paula Possollo da Costa», Fontenelle, *Conversações sobre a pluralidade dos mundos*, Lisboa, 1841, pp. XL-XLI.
33. «Língua portuguesa», in *R.U.L.*, 1, 1842, 451.

34. «Notícia da vida e obras do Padre Manuel Bernardes», *Livraria Clássica Portuguesa*, t. VII, Lisboa, 1845, p. 131.
35. Prólogo, Eugène Sue, *O judeu errante* (1844), in *Vivos e mortos*, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1904, p. 75.
36. *Pena de Talião*, Recife, 1868, p. 113.
37. *António Ferreira, poeta quinhentista*, I, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1875, p. 167.
38. In *Arquivo Pitoresco*, 2, 1858, 310.
39. *A língua portuguesa é filha da latina ou Refutação da memória em que o Senhor Patriarca Eleito, D. Francisco de S. Luís, nega esta filiação*, Lisboa, 1842, p. 25.
40. Paris, J.-P. Aillaud, 1851, pp. 104-106. No Cap. 4.6., no contexto do galicismo, se dará mais extensa exemplificação.
41. «Duas palavras sobre galicismos», in *O Murmúrio*, nº 13, 1856, 5.
42. «Poetas líricos da geração nova. Mendes Leal», in *O Panorama*, 11, 1854, 84.
43. *Saraiva e Castilho a propósito de Ovídio*, Londres, B. W. Gardiner & Son, 1862, p. 259.
44. *As teocracias literárias. Relance sobre o estado actual da literatura portuguesa*, Lisboa, 1865, p. 11.

Capítulo 4

1. «Notícia da vida e obras do Padre Manuel Bernardes», *Livraria Clássica Portuguesa*, t. VII, Lisboa, 1845, pp. 127-128.
2. In *O Panorama*, 5, 1841, 127, cursivo nosso.
3. P. Ovídio Nasão, *Metamorfozes*, I, Lisboa, 1841, p. XVII.
4. *Castilho pintado por ele próprio*, vol. 2, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1909, pp. 67-68. Os apontamentos em questão, que datam de 1858, destinavam-se a uma «Vida» de Castilho, que José Feliciano projectava e que jamais se publicaria.
5. *Novos ensaios críticos*, Porto, Viúva Moré Editora, 1867, p. 187.
6. Cf. «A Arcádia Portuguesa», in *Anais das Ciências e Letras*, 1, 1857, 72.
7. *António Ferreira, poeta quinhentista*, ed. cit., p. 166.
8. Cf. «Um lance de olhos pela língua», in *Tira-Teimas*, 1861-1862, 178.
9. Cf. *Teoria da história da literatura portuguesa*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1872, pp. 16-18. Ver igualmente I. F. Silveira da Mota, que fala de Quinhentos nestes termos: «Naqueles tempos de absolutismo literário, esquecidos o estilo, a cor, o tom da genuína poesia portuguesa, latinizado cada

vez mais o nosso idioma [...]» («António Feliciano de Castilho. Tradução dos Fastos de Ovídio» (1863), *Horas de repouso*, Lisboa, 1880, pp. 45-46).

10. António Ferreira, ed. cit., pp. 164 e 167.

11. Cf. *Teoria da História*, loc. cit.

12. *Escavações poéticas*, Lisboa, 1844, p. 71.

13. In *O Instituto*, 10, 1862, 39.

14. Cf. «A Arcádia Portuguesa», loc. cit.

15. «Memória em que se pretende mostrar que a língua portuguesa não é filha da latina, nem esta foi em algum tempo a língua vulgar dos lusitanos», in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, t. 12, 1837.

16. *A língua portuguesa é filha da latina*, Lisboa, 1843. Campos defende, mesmo assim, a superioridade «incalculável» das línguas modernas frente ao latim: «A clareza e precisão das línguas modernas é infinitamente maior que a da língua latina» (p. 20).

17. *Reflexões filológicas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1835, p. 9.

18. «Linguagem vernácula», in *R.U.L.*, 6, 1847, 392.

19. «Desejos de um amigo da literatura portuguesa», in *Crónica Literária da Nova Academia Dramática*, 1, 1840, 255.

20. *Código do bom tom ou Regras de civilidade e de bem viver no XIXº século*, Paris, J. P. Aillaud, 1845, pp. 251-254.

21. «Linguagem vernácula», ib. Como elementos recuperáveis, cita entre outros: *quiçá, asinha, ledó, devícias* e os advérbios *algures, nenhures, alhures*.

22. *Obras completas*, I, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1904, p. 264.

23. *Viagens na minha terra*, cap. V. De notar que este trecho não figurava na versão original, da *Revista Universal Lisbonense*.

24. «Conversação Preliminar a ‘A confissão de Amélia’», *A Noite do Castelo*, Lisboa, 1836, pp. 174-175. Já fizemos referência às virtudes da exageração sintáctica (Cap. 3.4.).

25. Cf. «Um lance de olhos», ed. cit., p. 131.

26. «Livraria Clássica Portuguesa», ib., 4, 1844-45, 570.

27. Francisco José Freire, *Reflexões sobre a língua portuguesa*, I, Lisboa, 1842, p. 165.

28. «Perfis literários em 1855. J. M. Latino Coelho», in *A Revolução de Setembro*, 23-II-1855.

29. In *O Instituto*, 10, 1863, 263.

30. *O Faust de Goethe e a tradução do Visconde de Castilho*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1872, p. 436, cursivo original.

31. Cf. «Notícia da vida e obras do Padre João de Lucena», *Padre João de Lucena*, I, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1869, p. 84. Trata-se particularmente de inversões (ex.: «*Tanto fiava Deus da caridade dos seus santos*») ou de variantes morfológicas (ex.: «*Nem Diogo Pereira era ainda tornado*»).
32. *Relatório da Comissão encarregada de propor à Academia Real das Ciências de Lisboa o modo de levar a efeito a publicação do Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, 1870. No Cap. 1.5., já nos referimos à ausência de Castilho dos trabalhos da Comissão, para que fora indigitado.
33. Cf. *O relatório do sr. Latino Coelho acerca do Dicionário da Academia*, Lisboa, 1870, p. 6.
34. *A Noite do Castelo e Os Ciúmes do Bardo. Poemas seguidos da Confissão de Amélia*, Lisboa, 1836, pp. 173-174.
35. «Língua portuguesa», in *R.U.L.*, 1, 1842, 449. Em Escavações poéticas, recordará um servo da residência de S. Mamede, Francisco Gomes, afirmando a respeito dele: «Por nunca ter aprendido nada, nem a ler, nem saído jamais dos seus montes, [era] um dos mais chapados clássicos que nunca topei» (Lisboa, 1844, p. 16, nota 10).
36. «Conversação preambular com os meninos estudiosos», *Íris Clássico*, ed. cit., p. 110.
37. «Um lance de olhos», loc. cit., 76.
38. «Carta a um redactor do Século XIX», in *O Século XIX*, 13-IV-1864.
39. *Manual da história da literatura portuguesa*, Porto, Livraria Universal, 1875, p. 110.
40. «Desejos de uma amigo da literatura portuguesa», in *Crónica Literária da Nova Academia Dramática*, 1, 1840, 258.
41. Francisco José Freire, *Reflexões*, ed. cit., p. 165.
42. «Cartas profanas. Carta XVII», in *A Revolução de Setembro*, 6-IX-1862.
43. Cf. *O Faust de Goethe e a tradução do Visconde de Castilho*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1872. Esta obra será estudada em mais pormenor no Cap. 9.2.
44. *Código do bom-tom*, Paris, J. P. Aillaud, 1845, pp. 254-255 e 263.
45. «Desejos de um amigo da literatura portuguesa», loc. cit., p. 256.
46. Cf. «Dicionário universal da língua portuguesa», in *O Pantólogo*, 1, 1844, 168.
47. Nota 4 de «Elogio histórico de D. Frei Francisco de S. Luís» (1856), *Elogios Académicos*, Lisboa, A. M. Pereira, 1973, p. 48.
48. *Pena de Talião*, Recife, 1868, p. 37.
49. Carta-prólogo, Mateus de Magalhães, *Mulher funesta, homem funesto*, Lisboa, 1865.
50. Prólogo, P. Ovídio Nasão, *Metamorfoses*, ed. cit., p. XX. Castilho retomará o tema, algo prolixamente, num prólogo à tradução de *O novo livro dos meninos* de Saint-Germain Leduc, t. I, Lisboa, 1854.
51. «Língua portuguesa», in *R.U.L.*, 1, 1941-1842, 450.

52. Prólogo (de 1848 ou 1849), in M. de Cormenin, *Colóquios aldeões*, Porto, Imprensa Comercial, 1879, pp. XVII-XVIII.
53. Cf. «Duas palavras sobre galicismos», in *O Murmúrio*, nº 11, p. 5.
54. Cf. ed. cit., pp. 12-13. Na Introdução ao *Grande dicionário* de Domingos Vieira, Adolfo Coelho faz a distinção de três tipos de neologismo: o de criação interna, o de fonte grega ou latina e o proveniente de língua moderna (ed. cit., p. XXVIII).
55. «Língua portuguesa», in *R.U.L.*, 1, 1841-1842, 451.
56. *Manual de estilo*, 4ª ed., Porto, 1863, p. 29.
57. *Lições de literatura portuguesa*, 2ª ed., 1876, p. 44.
58. *Gramática para os portugueses e brasileiros que desejam aprender a língua francesa sem esquecerem a propriedade e o giro da sua*, Paris, J. P. Aillaud, 1850, I-II.
59. «Bibliografia castelhana», in *R.U.L.*, 1, 1841-1842, 24, cursivo nosso. Também Falcão assim opina: «Por sem dúvida tenho que, em razão da semelhança e de muitas locuções comuns, grande proveito colherá o estudioso da lição dos documentos antigos em língua castelhana» («Considerações sobre a língua portuguesa e seu estudo», in *Crónica Literária*, 1, 1842, 329).
60. «Notícia da vida e obras do Padre Manuel Bernardes», *Livraria Clássica Portuguesa*, VII, 1845, pp. 129-130.
61. «Notícia literária acerca da srª D. Francisca de Paula Possollo da Costa», in Fontenelle, *Conversações sobre a pluralidade dos mundos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841, p. XLII.
62. Introdução, A. Galleano-Ravara, *Álbum ítalo-português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853, p. X.
63. Carta X, in *A Revolução de Setembro*, 9-VIII-1862.
64. António Ferreira, ed. cit., p. 170.
65. «Conversação Preliminar a ‘A confissão de Amélia’», *A Noite do Castelo e Os Ciúmes do Bardo*, Lisboa, 1836, p. 173.
66. Em 1837 dissera: «Os galicismos foram em sucessivo crescimento, sendo já hoje tão caudais e transbordados que principio a desconfiar não haverá remédio senão rendermo-nos, encruzar os braços e deixarmo-nos ir ao fundo» (Notas, *A Primavera*, ed. cit., p. 146).
67. Prólogo, *Metamorfoses*, ed. cit., p. XVI.
68. Prólogo, Eugène Sue, *O judeu errante* (1844), Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1904, p. 75.
69. «Notícia da vida e obras do Padre Manuel Bernardes», ed. cit., p. 130.
70. Notas, in Francisco José Freire, *Reflexões*, ed. cit., p. 169.
71. *Gramática para os portugueses e brasileiros que desejam aprender a língua francesa*, Paris, J. P. Aillaud, 1850, p. II.
72. *Dicionário de sinónimos da língua portuguesa*, Paris, J. P. Aillaud, 1850, p. VIII.

73. Vol. 10, 1850-51, 259. O estudo foi, como já dissemos, posteriormente editado em volume com o título de *Primeiros traços duma resenha da literatura portuguesa*, I (único), Lisboa, Imprensa Nacional, 1853.
74. «Perfis literários de 1855. J. M. Latino Coelho», in *A Revolução de Setembro*, 23-II-1855.
75. «‘Memórias de literatura portuguesa’ por António Pedro Lopes de Mendonça», in *Revista Peninsular*, 1, 1855, 26.
76. Braga, 1857. Encontramos publicidade à obra, em finais de 1856, em *A Nação*, diário lisboeta.
77. António Francisco Barata cita a *Análise* em 1870 numas *Advertências curiosas sobre a língua portuguesa* (Coimbra, Imprensa Literária, com 2ª ed. em 1872), a propósito de arcaísmos.
78. «Discurso proemial», *Anos de prosa* (1858), 4ª ed., Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1973, p. 5. O repúdio do galicismo tomará em Camilo frequentemente este vezo jocoso. Adiante veremos que a contemporização venceu nele.
Sobre os numerosos comentários feitos por Camilo, nas suas obras de ficção, ao galicismo, ver Cláudio Basto, *A linguagem de Camilo*, Porto, Maranus, 1927, pp. 91-127.
79. *Tira-Teimas*, 1861. Reeditado em volume em 1871.
80. Portaria de 5 de Outubro de 1872. Porto, Ernesto Chardron, 1872, pp. 19-20.
81. «Crítica literária. Carta ao Editor», M. Pinheiro Chagas, *Poema da Mocidade*, Lisboa, Livraria de A. M. Pereira, 1865, p. 194.
82. «*As Farpas*. O sr. R. Ortigão e o sr. Eça de Queirós», in *Gazeta do Povo*, 26-VIII-1871.
83. Cf. *As Farpas*, Agosto, 1871, 62. Segundo E. Guerra da Cal (*Bibliografia Queirociana*), é Ramalho quem redige esta resposta.
84. «‘Viagens. Espanha e França’», por Luciano Cordeiro», in *Cenáculo*, 1, 1875, 94-96.
85. «Crítica literária. Carta a Cândido de Figueiredo», ib., 135-142. Figueiredo ficaria mais tarde, sobretudo no Brasil, conhecido pela duvidosa deontologia das suas polémicas (ver Barbosa Lima Sobrinho, *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1977, pp. 99-101).
86. «Últimas linhas», in *República das Letras*, 1, 1875, 46. O artigo de Penha virá, um dia, a ser integrado numa secção de «Reflexões literárias e críticas», na 18ª ed. dos *Lugares selectos dos clássicos portugueses nos principais géneros de discurso em prosa* de A. C. Borges de Figueiredo, Coimbra, 1883, pp. 143-148.
Sobre os pontos de vista estéticos do autor, leia-se: Maria Amália Ortiz da Fonseca, *Introdução ao estudo de João Penha*, Lisboa, Portugália Editora, 1963, pp. 97-111.
87. Nos *Lugares selectos* desaparece esta referência (que englobava Manuel Roussado, em Bordéus), tida, possivelmente, por circunstancial em demasia.
88. Carta de 12-V-1858, a José Barbosa e Silva, *Cem cartas de Camilo*, Lisboa, s.d. [1919], p. 134.

Capítulo 5

1. In *O Panorama*, 6, 1842, 264.
2. Do primeiro dos «Estudinhos de língua pátria», in *Arquivo Pitoresco*, 2, 1858, 298. Num ‘in memoriam’ a Túlio, Ramalho Ortigão testemunha os extremos de cuidado que o académico punha na escrita própria e alheia (cf. *As Farpas*, Janeiro de 1884).
3. *Análise crítica*, Braga, 1857, p. 3.
4. In *Crónica Literária da Nova Academia Dramática*, 1, 1840, 254.
5. «Um lance de olhos pela língua», in *Tira-Teimas*, 1861-62, 122.
6. *Reflexões sobre a língua portuguesa*, I, Lisboa, 1842, p. 164. A intromissão dos Editores pode explicar que, em nota seguinte, se considere a «escrupulosa propriedade de dicção» condição para escrever «com acerto e clareza» (p. 170).
7. *Curso de literatura portuguesa*, Lisboa, Matos Moreira & C^a, 1876, p. 42.
8. Cf. «Considerações sobre a língua portuguesa e seu estudo», in *Crónica Literária da Nova Academia Dramática*, 1, 1840, 345-346.
9. Cf. Introdução, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857, p. XX. Veja-se também a crítica de Ramalho Ortigão à deficiente tradução de um livro de história destinado às escolas (in *As Farpas*, Março-Abril, 1873, 24-28).
10. «Introdução», ib., 11, 1854, 1. Em *A Geração Nova*, de 1885, Sampaio Bruno sublinhará ainda o papel do *Panorama* na «reforma no dizer» e na «abolição progressiva dos moldes retóricos em que o classicismo fechava o espírito».
11. Prólogo, *A Primavera*, 2^a ed., Lisboa, 1837.
12. «Notícia da vida e obras do Padre Manuel Bernardes», *Livraria Clássica Portuguesa*, t. VII, Lisboa, 1845.
13. «Luís Augusto Rebelo da Silva», *Esboços de apreciações literárias*, Porto, Viúva Moré Editora, 1865, pp. 225-226.
14. Cf. *Lições elementares de eloquência nacional*, Rio de Janeiro, Eduardo Laemmert, 1834, pp. 60 e 67.
15. *O mentor da mocidade ou Cartas sobre educação*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844, pp. 85-86.
16. *Advertências curiosas sobre a língua portuguesa*, Coimbra, 1870, p. 42.
17. Veja-se a referência que, em outro contexto, fazemos a essa dissensão, no Cap. 4 nota 17.
18. *Tratado de metrificação portuguesa, para em pouco tempo, e até sem mestre, se aprenderem a fazer versos de todas as medidas e composições*, 1^a ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1851, pp. III-IV.
19. «Livraria Clássica Portuguesa. Anúncio importante», in *R.U.L.*, 4, 1845, 570.

20. F. A. Rodrigues de Gusmão, «'Instituições elementares de retórica para uso das escolas' por A. Cardoso Borges de Figueiredo», in *R.U.L.*, 8, 1848-1849, 463.
21. *Tratado de metrificacão portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Central, 1858, p. XI.
22. *Tratado de metrificacão portuguesa*, 4ª ed., Porto, Livraria Moré, 1874, p. 156.
23. As cartas foram inseridas em Francisco de Monte Alverne, *Trabalhos oratórios e literários*, Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, 1863, pp. 28-41.
24. *Castilho e Camilo*, João Costa (org.), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924, p. 33.
25. «Revista da semana», in *A Revoluçã de Setembro*, 31-X-1865.
26. Prefácio (1835), *A Noite do Castelo*, Lisboa, 1836, p. XVII.
27. Cf. «Parecer. 'D. Maria Teles' (de Andrade Corvo)» (1842), *Opúsculos*, 5, Lisboa, Editorial Presença, 1986, p. 101.
28. Cf. «Kenilworth», in *R.U.L.*, 1, 1842, 346.
29. Cf. «Notícia da vida e obras do Padre Manuel Bernardes», *Livraria Clássica Portuguesa*, tomo VII, Lisboa, 1845, pp. 125-132.
30. Bernardino Joaquim da Silva Carneiro, *Poética para uso das escolas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1843, pp. 9-10. A 9ª edição, de 1876, «muito melhorada segundo apontamentos do autor», conserva quase inalteradas as passagens em questão.
31. «Joaquim Pinto Ribeiro Júnior» (1856), *Esboços de apreciações literárias*, Porto, Viúva Moré Editora, 1865, pp. 71-72.
32. *Manual de eloquência sagrada*, Paris, Ve. J.-P. Aillaud, Monlon et Cie, 1857, p. 286. A edição de 1878 reproduz aquela.
33. «'Vinte horas de liteira', por Camilo Castelo Branco», in *Jornal do Comércio*, 3-XII-1864.
34. «A. P. Lopes de Mendonça», in *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, 5, 1864-1865, p. 566.
35. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1849, p. 147. Existe uma 7ª edição em 1870 com modificações mínimas no que respeita às secções teóricas.
36. *Selecta nacional. Segunda parte: Oratória*, Lisboa, A. M. Pereira, 1875, p. IV.
37. «Um lance de olhos pela língua», in *Tira-Teimas*, 1, 1861, 122.
38. «Revista da semana», in *Jornal do Comércio*, 11-VIII-1865.
39. «A eloquência parlamentar», in *Revista do Século*, 1, 1865, 135 (em nº datado de 1 de Setembro).
40. *Lisboa, Coimbra e Porto e a questão literária*, Lisboa, 1866, p. 9.
41. *Vaidades irritadas e irritantes*, Porto, Viúva Moré Editora, 1866, p. 41.

42. «Considerações sobre a filosofia da História literária portuguesa», in *O Primeiro de Janeiro*, 9-V-1872.
43. *Os críticos da História da literatura portuguesa*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1872, p. 29.
44. «‘Teoria do socialismo. Evolução política e económica das sociedades da Europa’ por J. P. de Oliveira Martins» (original in *Diário Popular*, 24/25-II-1873), *Prosas sócio-políticas* (org. Joel Serrão), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p. 400.
45. *Obras Completas. Cartas. I*, Lisboa, Editorial Comunicação, 1989, p. 293.